Tribunal de Contas da União

POLÍTICAS FEDERAIS PARA A FRONTEIRA

GOVERNANÇA: INSTITUCIONALIZAÇÃO, PLANOS E OBJETIVOS

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL PARA AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS DE GOVERNANÇA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENO DA FRONTEIRA

TC nº 014.387/2014-0 **Fiscalização nº** 355/2014

Relator: Ministro Augusto Nardes

Modalidade: Auditoria Operacional

Ato originário: Despacho de 19/05/2014 do Ministro Aroldo Cedraz (TC 010.791/2014-0)

Objetivo da Fiscalização: Avaliar aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira.

Ato de designação: Portarias de Fiscalização SECEX-MS nºs 645, 724, 1083, 1269, 1325 e 1596, todas de 2014.

Período de Realização da Auditoria: 05/05/2014 a 16/12/2014

Composição da equipe nas fases de Planejamento, Execução e Relatório:

Auditor	Matrícula	Lotação
Abenathar Lopes de Araújo Junior	3063-5	Secex-MS
Luís Antônio Guimarães Corrêa	3852-0	Secex-MS
Mário Júnior Bertuol (Coordenador)	3057-0	Secex-MS
Edmur Baida (Supervisor)	3452-5	Secex-MS
Tiago Modesto Carneiro (Apoio Técnico)	6583-8	Secex Ambiental
Auditores de outras Secretarias (Apoio Executivo)	Relacionados no Apêndice c	
TFCE Cristiane Miranda Mônaco (Apoio Administrativo)	8934-6	Secex-MS

Unidades fiscalizadas: Ministério da Integração Nacional – MI;
Ministério da Defesa – MD;
Ministério da Fazenda – MF;
Ministério da Justiça – MJ;
Ministério das Relações Exteriores – MRE e
Vice-Presidência da República.

Vinculação no TCU: SecexDesen (Secretaria de C. E. do Desenvolvimento Econômico);
SecexDefesa (Secretaria de C. E. da Defesa Nacional e Segurança Pública);
SecexFazenda (Secretaria de C. E. da Fazenda Nacional) e
SecexAdmin (Secretaria de C. E. da Administração do Estado).

Responsáveis: Ministros Francisco José Coelho Teixeira (MI), Celso Amorim (MD, Guido Mantega (MF), José Eduardo Cardozo (MJ), Luiz Alberto Figueiredo Machado (MRE) e Vice-Presidente Michel Temer.

Volume de recursos fiscalizados: R$ 14,2 bilhões em dotações orçamentárias de 2012 a 2014.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

EM RESUMO

Por que a auditoria foi realizada?

A fronteira nacional tem sofrido os efeitos da desarticulação das políticas públicas aplicadas à região e a consequente pulverização de recursos em investimentos desconectados e projetos fragmentados, com baixo impacto na geração de emprego e renda. As diferenças legais e socioeconômicas entre o Brasil e os países vizinhos propiciam ambiente favorável à proliferação de atividades ilícitas, em especial aquelas relacionadas com o tráfico de drogas e armas. Atento a essa realidade e embasado na percepção geral das atividades governamentais exercidas na região, obtida em levantamento próprio que permitiu a obtenção de visão sistêmica sobre uma área considerada estratégica para o país, o TCU decidiu promover a avaliação dos aspectos de governança das políticas públicas aplicadas à fronteira, a começar pelos componentes institucionalização, planos e objetivos.

Quais as principais proposições?

São propostas medidas para a definição clara e formal de critérios e procedimentos de atuação integrada, com destaque para as funções e responsabilidades dos principais órgãos envolvidos nas políticas federais aplicadas à fronteira, alertando-se a Presidência da República e o Congresso Nacional acerca da necessidade de se aprovar uma política nacional para a região.

Para elevar o grau de interação com os países vizinhos e facilitar a coordenação entre as instituições congêneres, sugere-se a sistematização das cooperações vigentes, o levantamento de prioridades a serem negociadas e a adoção de providências que tornem mais ágeis os processos de internalização de acordos e tratados internacionais.

Com vistas a orientar as ações dos diversos órgãos com atuação na zona de fronteira, recomenda-se a elaboração de instrumentos de planejamento, nos quais se prevejam as atividades necessárias e os recursos correspondentes para a sua realização, de forma logicamente encadeada com os resultados que se pretende alcançar, explicitando-se a estratégia adotada, o cronograma a ser seguido e etapas de realização de objetivos e metas consensualmente definidos.

Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul
Contato: (67) 3382.7552 - Ramal 208

POLÍTICAS FEDERAIS PARA A FRONTEIRA:

O Estado brasileiro precisa construir as bases necessárias para a definição de uma lógica de intervenção das políticas federais para o fortalecimento da faixa de fronteira que alinhe insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos em função dos complexos problemas já diagnosticados pelo Governo Federal nessa região considerada prioritária para o desenvolvimento nacional.

O que o TCU encontrou?

Embora já se tenha um conjunto de estudos oficiais voltados para a região, com inúmeros desafios ainda a serem superados, não consta no arcabouço normativo brasileiro uma política nacional para a faixa de fronteira, formal e adequadamente instituída, com a competência e a legitimidade do Congresso Nacional, para orientar as ações que dependem de atuação coordenada das diversas agências encarregadas de promoverem o desenvolvimento socioeconômico, a segurança e a integração daquele espaço territorial.

Também não foram formalmente estabelecidos instrumentos que possibilitem a identificação dos papéis e responsabilidades dos envolvidos na política que se implementa, de maneira a se mitigar efeitos de sobreposições e lacunas de atuação conjunta.

A falta de sistematização específica para os países limítrofes dos mecanismos de cooperação internacional e os entraves políticos, institucionais, legais e processuais comprometem a concretização de acordos binacionais e multilaterais com as nações vizinhas, com forte impacto negativo nas perspectivas de integração sul-americana, que é requisito imprescindível à valorização de uma área repleta de oportunidades e desafios.

Verificaram-se fragilidades na lógica de intervenção integrada que abrange as políticas federais que compõem a atuação governamental na faixa de fronteira, em prejuízo do pertinente alinhamento de insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos desejados, relacionados às causas dos problemas a serem atacados.

Além disso, constatou-se a insuficiência de planos capazes de orientarem plenamente as ações dos diversos órgãos que atuam na região, com o estabelecimento de visão de futuro sobre os propósitos nacionais para aquele território, os objetivos, indicadores e metas determinados, em níveis estratégicos, intermediários e operacional, as prioridades definidas e as etapas previstas, assim como os meios de controle a serem utilizados.

Quais os benefícios esperados?

Espera-se que a operacionalização das medidas propostas pelo TCU possa aprimorar a institucionalização das políticas públicas direcionadas à fronteira, em aspectos relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitem a implementação de ações que efetivamente alterem a realidade local.

Além disso, há expectativa de que possam ser reforçados os mecanismos de coordenação, proporcionados por um ambiente normativo favorável à mobilização político-administrativa necessária à promoção da integração das nações vizinhas.

Espera-se, ainda, que a formalização de instrumentos que explicitem a lógica de intervenção das políticas aplicadas à fronteira e do modelo operacional de atuação coordenada definido, delineado em função de diretrizes, objetivos e metas propostas, permita que haja o devido direcionamento à gestão e o correspondente controle necessário para o aperfeiçoamento do desempenho governamental na busca dos resultados pretendidos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Lista de Siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência, subordinada ao GSI.
COC	Centro de Operações Conjuntas, criado pelo Decreto nº 7.496/2011, é uma estrutura do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC2MD) permanentemente ativada no que diz respeito ao Ministério da Defesa, mas que conta com a participação de representantes designados pelos órgãos dos Ministérios da Justiça e da Fazenda somente na realização das Operações Ágata.
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
CENSIPAN	Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia.
COC	Centro de Operações Conjuntas, criado pelo Decreto nº 7.496/2011, é uma estrutura do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC2MD) permanentemente ativada no que diz respeito ao Ministério da Defesa, mas que conta com a participação de representantes designados pelos órgãos dos Ministérios da Justiça e da Fazenda somente na realização das Operações Ágata.
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
CONDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro.
DPF	Departamento de Polícia Federal.
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública.
GGI	Gabinete de Gestão Integrada.
GGI-M	Gabinete de Gestão Integrada Municipal.
GGI-FRONs	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, criados pelo Decreto nº 7.496/2011 para promover a integração e a articulação das ações da União, Estados e Municípios nas áreas de prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e daqueles praticados na faixa de fronteira brasileira.
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MD	Ministério da Defesa.
MF	Ministério da Fazenda.
MI	Ministério da Integração Nacional.
MJ	Ministério da Justiça.
MRE	Ministério das Relações Exteriores.
PEF	Plano Estratégico de Fronteiras.
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
PPA	Plano Plurianual.
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.
RFB	Receita Federal do Brasil.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
SIGMA	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (do Exército).
SINARM	Sistema Nacional de Armas (da Polícia Federal).
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.
SINIC	Sistema Nacional de Informações Criminais.
SINIVEM	Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Monitoramento.
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência.
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior.
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural.
SNIDR	Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional.
SIVAN	Sistema de Vigilância da Amazônia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Listas de gráficos e figuras

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades para esse Órgão, além das atividades normalmente exercidas? 15
Gráfico 2 – Participação dos Órgãos/Unidades nos colegiados....16
Gráfico 3 –Existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos:....25
Gráfico 4 – Produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano Estratégico de Fronteiras ...17
Gráfico 5 – Dotações orçamentárias para iniciativas/ações direcionadas à fronteira e respectivas execuções orçamentáriasdos....28

Lista de Figuras

Figura 1 – Faixa de Fronteira, seus problemas, potenciais e áreas de intervenção governamental....8
Figura 2 – Histórico do arcabouço normativo específico para a faixa de fronteira....9
Figura 3 – Arcabouço Normativo para Orientação da Atuação Governamental na Faixa de Fronteira 11
Figura 4 – Exemplos de estudos que apontam as peculiaridades da faixa de fronteira....12
Figura 5 – Fóruns criados pelo Decreto 7.496/2011 e pelo Decreto s/n, de 8 de setembro 2010 17
Figura 6 – Alinhamento dos componentes da política....20
Figura 7 – Ação esperada das políticas públicas 22

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Sumário

1. Introdução 7

2. Visão Geral 8

3. A definição institucional das prioridades do Estado Brasileiro para a faixa de fronteira pode otimizar a atuação dos entes públicos nessa região 8

3.1. A institucionalização de uma política formal, com a legitimidade do Congresso Nacional, pode servir como base fundamental para orientar a atuação do Estado na faixa de fronteira. 10

3.2. A edição de normativos interinstitucionais com atribuições e responsabilidades dos agentes governamentais na fronteira pode mitigar efeitos de sobreposições e lacunas de atuação. 13

3.3. Acordos binacionais e multilaterais com países fronteiriços podem maximizar as iniciativas de cada País nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança 17

4. A formalização de uma lógica de intervenção e de um planejamento para as políticas da faixa de fronteira podem melhorar sua operacionalização em benefício da sociedade 19

4.1. Uma lógica de intervenção para a faixa de fronteira formalizada pode alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos da ação governamental em benefício da sociedade 20

4.2. A existência de um planejamento estratégico para a faixa de fronteira pode incentivar a coordenação dos órgãos governamentais e facilitar a consecução de seus objetivos. 23

4.3. A consolidação de ações voltadas para a fronteira em plano específico, com sequenciamento de atividades e alocação de recursos necessários, facilitaria o processo de tomada de decisão e traria maior sustentabilidade para a política. 23

5. Análise dos comentários dos Gestores 30

6. Conclusão 31

7. Proposta de Encaminhamento 33

Referências 35

Glossário 36

Apêndices 37

Apêndice a – Documentos e análises de suporte dos achados de auditoria 37

Apêndice b – Detalhamento da Metodologia 40

Apêndice c – Auditores de outras unidades que participaram dos trabalhos 46

Apêndice d – Instrumentos de coleta de dados 47

Apêndice e – Projeto de Auditoria 368

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. Introdução

Trata-se de auditoria operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança do conjunto de políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira, com o propósito de aprimorar a atuação governamental nessa região e melhorar o desempenho da Administração Pública.

2. As políticas federais para a região de fronteira compõem um universo complexo, no qual há muitos órgãos envolvidos, cada um com diretrizes próprias e múltiplas atribuições em diversas linhas de ação, as quais precisam ser realizadas de forma conjunta e coesa, com infraestrutura adequada, controles apropriados e propósitos complementares, para que suas atuações sejam produtivas, sem lacunas ou esforços contraproducentes, de modo a possibilitar que os objetivos comuns sejam atingidos.

3. A governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

4. Neste trabalho, aplicou-se o Referencial aprovado pela Portaria/TCU nº 230, de 25 de agosto de 2014, que é um modelo de análise de políticas públicas baseado em fatores de governança acompanhado de questões avaliativas.

5. Conforme explicitado na Conclusão do Projeto de Auditoria (Apêndice e), apresenta-se neste relatório a avaliação de dois componentes de governança – "Institucionalização" e "Planos e Objetivos", os quais, em conjunto com outros seis, a serem oportunamente divulgados, possibilitarão um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que está o sistema de governança.

6. A avaliação que ora se realiza visa apenas contribuir para que se conheçam os problemas de governança identificados pelo conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar a realidade existente na fronteira.

7. O processo de tratamento, ou seja, a forma como essa governança precisa ser melhorada, nos casos concretos, cabe aos gestores públicos responsáveis pela política pública.

8. A auditoria abrangeu o perímetro da fronteira dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, onde foram realizadas entrevistas com os dirigentes dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela promoção do desenvolvimento, segurança e integração da região.

9. Em Brasília/DF, entrevistaram-se os coordenadores da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – Ministério da Integração Nacional, e do Plano Estratégico de Fronteiras – Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda, assim como os dirigentes máximos do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Receita Federal do Brasil, e, ainda, do Ministério das Relações Exteriores, representado pela Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, pela Subsecretaria-Geral Política I, pela Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa, pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças e pela Secretaria de Controle Interno.

10. O presente relatório está organizado em dois capítulos: o primeiro apresenta proposições relacionadas ao aspecto de institucionalização do conjunto de políticas públicas para a faixa de fronteira e o segundo se refere aos aspectos de planos e de objetivos definidos para essas políticas. Cada capítulo está dividido em subcapítulos que representam as proposições relacionadas a cada achado detectado na auditoria. Todos os documentos e análises que serviram de suporte para as conclusões empreendidas são enumerados no Apêndice a, com o fim de dar consistência metodológica ao trabalho, e tornar o texto do relatório mais sintético e didático.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. Visão Geral

11. A faixa de fronteira corresponde a 27% do território nacional (2.357.850 km²) e caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo dos 16.886 km de extensão da fronteira terrestre brasileira, sendo 7.363 km em linha seca e 9.523 km em rios, lagos e canais ao longo de 11 Estados da federação, que fazem divisa com 10 países da América do Sul. Nessa área, há 23.415 km de rodovias federais e nela residem mais de 10 milhões de brasileiros, em 588 municípios, sendo 122 limítrofes, com 30 cidades gêmeas. Segundo a Constituição Federal é considerada fundamental para defesa do território nacional e sua ocupação e utilização sofrem restrições legais.

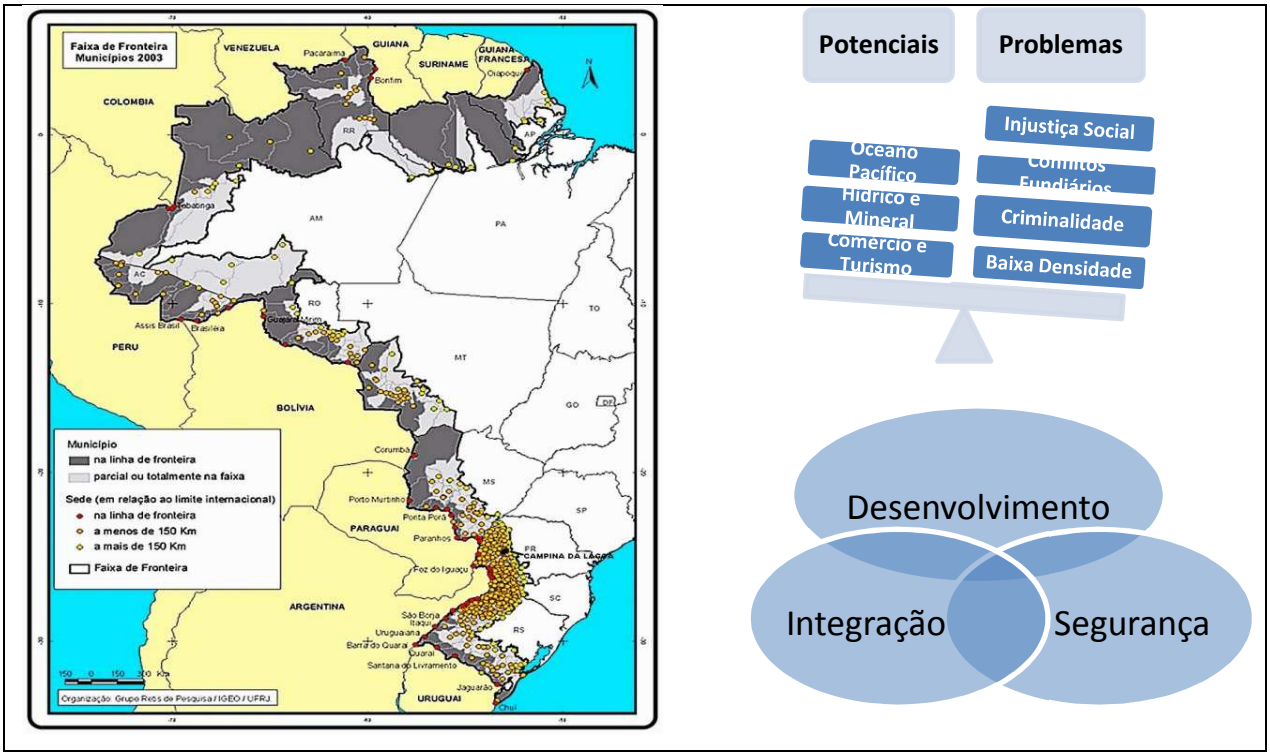
12. Por estar situada no lado oposto àquele onde se iniciou a ocupação do território brasileiro – a costa do Atlântico, em cuja linha ou proximidades desenvolveram-se os principais conglomerados urbanos e aparelhos produtivos do país, a faixa de fronteira é muito menos povoada e desenvolvida que a costa Leste, conquanto seja de vital importância para a defesa nacional, para a segurança pública e para a integração com os países vizinhos.

13. Dentre os problemas específicos da região pode-se destacar: a baixa densidade demográfica, a ocorrência de crimes transnacionais, a existência de conflitos fundiários, a injustiça social e a degradação do meio ambiente. Além disso, as populações locais estão permeadas por cidadãos de países vizinhos, com reflexos diretos nas áreas de segurança, saúde, educação, emprego e assistência social.

14. Por outro lado, a faixa de fronteira também tem diversas potencialidades a serem exploradas, como turismo, riquezas naturais, florestas, terras férteis, potencial hídrico e mineral, além de serem rotas de comunicação comercial e social internacional e de acesso à costa oeste da América do Sul (Oceano Pacífico).

15. O desenho atual das políticas públicas destinadas ao fortalecimento da faixa de fronteira objetiva minimizar os problemas já diagnosticados e aproveitar oportunidades mapeadas nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança.

Figura 1 – Faixa de Fronteira, seus problemas, potenciais e áreas de intervenção governamental.



Fonte: Elaborado pelo TCU, alterado de Grupo Retis de Pesquisa/IGEO/UFRJ.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

16. Apesar da inexistência de uma política nacional específica para a fronteira, o art. 4º da Constituição Federal, referente aos princípios que orientam as relações internacionais da República Federativa do Brasil, estabelece como prioridade a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

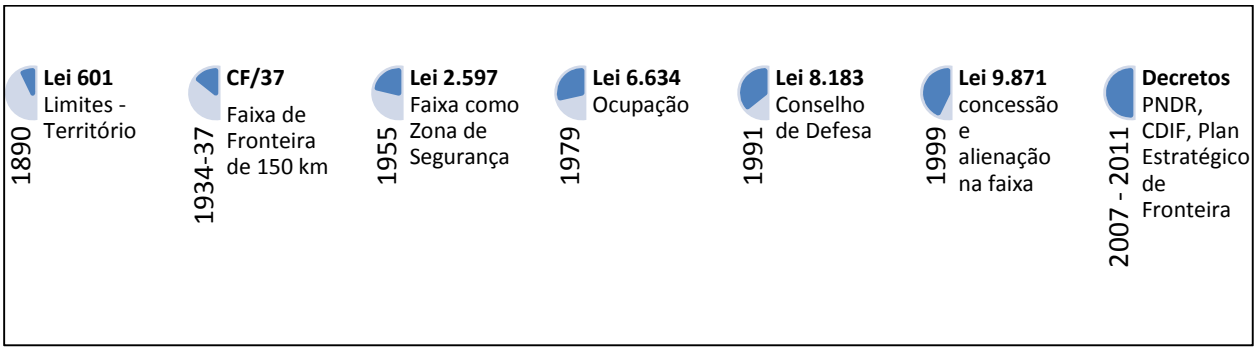
17. Nessa linha, o Decreto 6.047/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, estabeleceu tratamento diferenciado para a faixa de fronteira, considerando o impacto previsível nesse território em decorrência de investimentos estruturantes, a serem promovidos pelo Governo Federal.

18. Em 08/09/2010, criou-se, via Decreto, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional e formada por representantes de dezoito ministérios, além de outras entidades federais, estaduais e municipais, a qual tem buscado, desde então, oferecer solução aos problemas gerados pela fragmentação e desarticulação das políticas públicas em execução naquela região.

19. No ano subsequente, já sob a gestão da presidente Dilma Rousseff, com a edição do Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, foi instituído o Plano Estratégico de Fronteiras - PEF, coordenado pelos Ministérios da Justiça, Defesa e Fazenda, para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira.

20. Sendo esses os principais normativos que regem as políticas federais direcionadas à fronteira, sintetiza-se, adiante, o marco regulatório para a faixa, com diversas configurações ao longo da história.

Figura 2 - Histórico do arcabouço normativo específico para a faixa de fronteira



Fonte: Elaborado pelo TCU.

21. A despeito de ser uma região estratégica, os resultados obtidos ainda são modestos e o montante de recursos aplicados pelo governo federal especificamente para essa área, além de baixa materialidade, tem identificação complexa, se não inviável, na forma como está configurado no PPA em vigor.

22. Os beneficiários do atual conjunto de políticas públicas dirigidas à fronteira não são apenas os cidadãos brasileiros habitantes daquela região, mas também a população estrangeira que lá vive, relaciona-se e acaba por consumir serviços como educação, saúde, infraestrutura, etc.

23. Os impactos dessas políticas se refletem no interior do País, vez que problemas na área de segurança e de defesa, como o tráfico de pessoas, mercadorias, drogas e armas, além da degradação social, fundiária e ambiental nessa região, comprometem o desenvolvimento do Estado Brasileiro como um todo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. A definição institucional das prioridades do Estado Brasileiro para a faixa de fronteira pode otimizar a atuação dos entes públicos nessa região.

24. Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública (Subitem 3.1.1 do Referencial TCU).

25. Embora já se tenha um conjunto de estudos oficiais voltados para a região, com inúmeros desafios ainda a serem superados, não consta do arcabouço normativo brasileiro uma política nacional para a faixa de fronteira, formal e adequadamente instituída, com a competência e a legitimidade do Congresso Nacional, para orientar as ações que dependem de atuação coordenada das diversas agências encarregadas de promoverem o desenvolvimento socioeconômico, a segurança e a integração daquele espaço territorial.

26. Também não foram formalmente estabelecidos instrumentos que possibilitem a identificação dos papéis e responsabilidades dos envolvidos na política que se implementa, de maneira a se mitigar efeitos de sobreposições e lacunas de atuação conjunta.

27. Além disso, a falta de sistematização específica para os países limítrofes dos mecanismos de cooperação internacional e os entraves políticos, institucionais, legais e processuais comprometem a concretização de acordos binacionais e multilaterais com as nações vizinhas, com forte impacto nas perspectivas de integração sul-americana, requisito imprescindível à valorização de uma área repleta de oportunidades e desafios.

3.1. A institucionalização de uma política formal, com a legitimidade do Congresso Nacional, pode servir como base fundamental para orientar a atuação do Estado na faixa de fronteira.

28. Não consta no arcabouço normativo brasileiro uma política nacional específica para a fronteira, formal e adequadamente instituída, para orientar a atuação integrada dos diversos órgãos e instituições encarregados da execução das ações de segurança, desenvolvimento e integração da região, nas esferas federal, estadual e municipal. Buscando suprir essa lacuna, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 6.460/2013 – Câmara, originado no PLS nº 380, de 2012 – Senado Federal, que propõe a instituição da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

29. O fato de não existir uma política pública institucionalizada para delinear a atuação governamental na região de fronteira não impede que o governo atue, nem impossibilita que resultados sejam alcançados.

30. Entretanto, a ausência de institucionalização concorre para que várias fragilidades prevaleçam, como instabilidade de objetivos e estratégicas, imprevisibilidade de recursos, indefinição de competências, baixo grau de coerência entre programas e atores públicos (gerando lacunas, sobreposições e outras ineficiências), ausência de instrumentos formais para coordenação e inexistência de sistemas dedicados para monitoramento e avaliação, accountability de desempenho e gestão de riscos.

31. Na falta de uma lei própria para nortear a atuação dos entes públicos do Estado brasileiro, a ação governamental para o desenvolvimento, a integração e a segurança na faixa de fronteira é, em grande parte, orientada pelo Decreto 7.496/2011, que estabeleceu o Plano Estratégico de Fronteiras, pelo Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010, que criou a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, e pelo Decreto 6.407/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Figura 3 - Arcabouço Normativo para Orientação da Atuação Governamental na Faixa de Fronteira.

Fonte: Elaborado pelo TCU.

32. A PNDR dá tratamento diferenciado à faixa de fronteira, eis que tem o propósito de promover o desenvolvimento desse espaço por meio de sua estruturação física, social e econômica.

33. A CDIF, que reúne ministérios do governo federal, representantes dos estados e de fóruns dos governos estaduais, bem como representantes dos governos locais, dos consórcios intermunicipais e das entidades municipais, foi criada com a finalidade de se buscar um diálogo de fortalecimento da região, mediante ações específicas que visem ao desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação governamental.

34. O Plano Estratégico de Fronteiras, que uniu Defesa, Segurança Pública e Receita Federal, passou a ser o marco legal de orientação das políticas de segurança para a região, mas limitou-se a estabelecer instâncias de atuação conjunta entre órgãos federais e estaduais, com o objetivo de neutralizar o crime organizado, reduzir os índices de violência e intensificar a presença estatal na região.

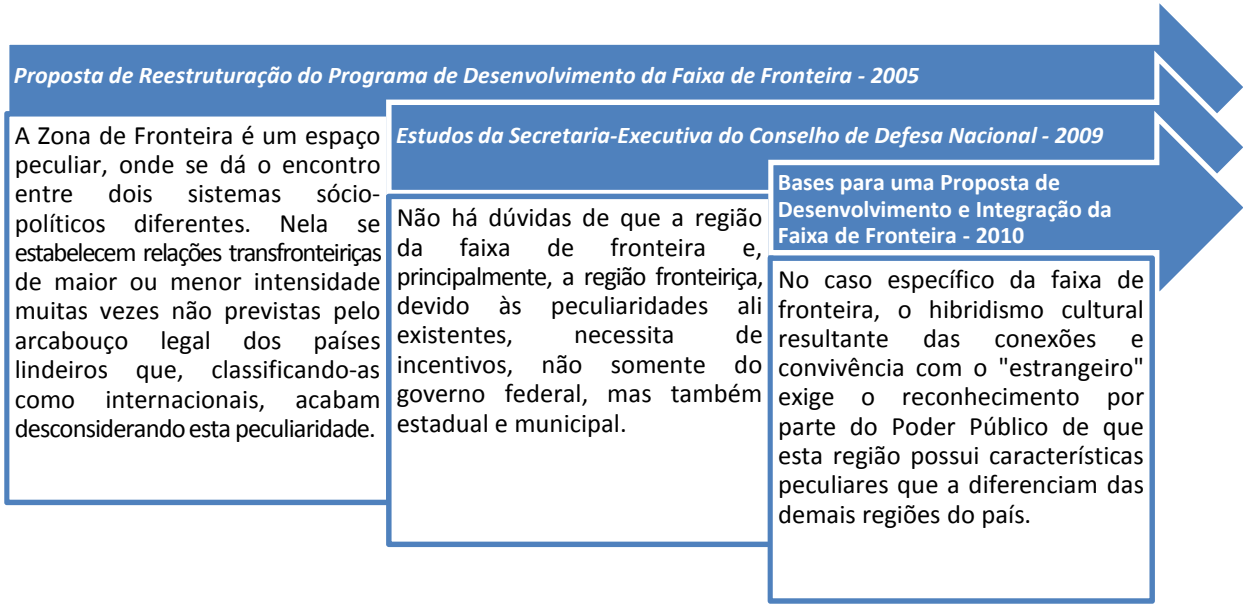
35. A despeito desses Decretos, ainda não foi definido um plano, de âmbito nacional, para a promoção do desenvolvimento, segurança e integração da faixa de fronteira, que permita a visão geral da atuação coordenada dos diversos órgãos e instituições com atribuições naquele território.

36. Vale lembrar que a faixa de fronteira é uma área com características peculiares que a diferenciam do restante do País, devido ao estreito contato com os demais países da América do Sul, evidenciado principalmente nas cidades-gêmeas, com modelos próprios de organização em meio às dificuldades geradas pelo complexo arcabouço legal existente,

37. Selecionaram-se três documentos oficiais que contêm estudos onde se sinaliza a necessidade de se prestar tratamento especial a essa região, que requer esforços coordenados, progressivos e continuados para a promoção do seu desenvolvimento e a integração com os países limítrofes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Figura 4 – Exemplos de estudos que apontam as peculiaridades da faixa de fronteira



Fonte: Elaborado pelo TCU.

38. Os estudos efetuados por Comissão Especial do Conselho de Defesa Nacional, ao longo de quatro anos, a partir de 2005, com a participação de representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de quatorze ministérios que atuam na faixa de fronteira e outros convidados, inclusive municipais, traçaram um diagnóstico da região que gerou uma série de propostas de melhorias na gestão pública, com vistas a direcionar a atuação do governo federal naquele espaço.

39. Firmou-se o entendimento de que se trata de uma região estratégica que deve ser considerada uma zona de integração entre o Brasil e os países vizinhos, possuindo duas vertentes: segurança e desenvolvimento.

40. Ao final, concluiu-se pela necessidade de se formular uma política específica, cujo nome seria Política Nacional para a Faixa de Fronteira – PNFF, com vistas à promoção do desenvolvimento da região e destinada à cooperação e integração fronteiriças, a ser coordenada por um órgão permanente.

41. O Legislativo também reconheceu as peculiaridades da faixa de fronteira, conforme justificação do PL nº 6.460/2013 – Câmara:

> "(...) A Amazônia e a faixa de fronteira do Brasil com outros países sul-americanos compartilham problemas comuns, decorrentes da baixa densidade demográfica, da ocorrência de crimes transnacionais, da existência de conflitos fundiários, da injustiça social e da degradação do meio ambiente, entre outros fatores. Para fazer frente a essas ameaças, as duas regiões precisam ser, de fato, integradas ao espaço econômico nacional e tratadas como espaço geográfico privilegiado de integração regional.".

42. Aliás, a competência para dispor sobre planos e programas regionais e setoriais de desenvolvimento é exclusiva do Congresso Nacional, nos termos do artigo 48, inc. IV da Constituição Federal, visto que a alçada regulamentar do Presidente da República, conforme o art. 84, inc. IV, da CF/88, restringe-se à edição de decretos e regulamentos exclusivamente para a fiel execução da Lei.

43. Outrossim, a base legal utilizada para a edição dos mencionados Decretos foi o art. 84, inc. VI, alínea "a", que apenas autoriza o poder executivo a disciplinar sobre a organização e o funcionamento da administração federal, desde que não ocasione aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

44. Conforme se vê, a Carta Magna confere poderes muito circunscritos ao Chefe do Executivo, que, como não pode criar nem extinguir órgãos e tampouco determinar qualquer medida que implique aumento de despesa, fica limitado no seu poder de regulamentar as ações dos órgãos públicos, pois não pode criar novas atribuições e/ou competências, eis que já estão todas elas estabelecidas por lei.

45. Diante dessa condição, sem lei própria e com o disciplinamento exclusivamente por decreto do Poder Executivo, as ações governamentais direcionadas à faixa de fronteira ficam adstritas às prioridades estabelecidas em cada governo, não se constituindo em uma política de Estado que integre todos os entes e que possua um caráter intergovernamental.

46. As causas das deficiências apontadas no arcabouço normativo brasileiro que disciplina o conjunto de políticas públicas direcionadas à fronteira podem ser encontradas no âmbito dos poderes legislativo e executivo.

47. De fato, observa-se que o Poder Legislativo omite-se e/ou percebe como não prioritária a institucionalização de uma Política Nacional de Fronteira, haja vista a existência do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, sem previsão de tramitação final e promulgação.

48. Por outro lado, os esforços de articulação envidados pelo Poder Executivo com o Congresso Nacional também não se mostraram suficientes para aprovar uma Política Nacional para as fronteiras.

49. Frente a essa situação, seria recomendável dar ciência ao Congresso Nacional e à Casa Civil da Presidência da República acerca da necessidade de se instituir uma política nacional direcionada especificamente para as fronteiras, de forma a estabelecer normas, padrões e procedimentos que definam claramente as arenas decisórias, a divisão de competências e as atribuições dos atores envolvidos.

50. Caso se obtenha êxito em função desse alerta e se concretizem as expectativas, o arcabouço legal posteriormente constituído será efetivamente sustentado por uma política de Estado reconhecida como legítima e que contará com os recursos necessários para o seu desenvolvimento.

3.2. A edição de normativos interinstitucionais com atribuições e responsabilidades dos agentes governamentais na fronteira pode mitigar efeitos de sobreposições e lacunas de atuação.

51. O arcabouço normativo que sustenta a atuação governamental na fronteira, representado especialmente pelos Decretos s/nº, de 8 de setembro de 2010, e nº 7.496, de 8 de junho de 2011, embora tenha sua espinha dorsal lastreada na integração, não estabelece claramente as competências, atribuições, objetivos, responsabilidades, direitos e deveres dos diversos órgãos e instituições executores das políticas de segurança, desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, nas esferas federal, estadual e municipal.

52. E, conforme se apurou junto aos órgãos componentes dos fóruns de implementação da política nacional de fronteiras, CDIF, COC e GGI-FRONs, tampouco esses colegiados estabeleceram os elementos básicos para a atuação conjunta dos seus componentes, como critérios de priorização, complementariedade e coordenação das ações e diretrizes de integração e acompanhamento.

53. Os trabalhos desenvolvidos pela CDIF não têm trazido os resultados esperados porque se baseiam em um objetivo bastante ambicioso, mas com baixíssima alocação de recursos. Embora a Comissão tenha uma ampla abrangência, os representantes dos órgãos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

envolvidos não têm poder decisório, fato que limita ainda mais a capacidade de ação daquele colegiado, a ponto de nem ao menos ter conseguido aprovar seu Regimento Interno.

54. Ainda no âmbito dessa Comissão, pode-se destacar a elaboração por parte do Ministério da Integração Nacional, de uma proposta de plano de desenvolvimento regional e sustentável para a faixa de fronteira, que poderia servir de base para se produzir o arranjo institucional necessário e adequado para a consecução dos objetivos definidos, mas que nunca foi efetivada.

55. No campo da segurança houve avanços, haja vista a criação de mecanismos que incentivam a integração entre os órgãos, no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras.

56. Todavia, seja pela falta de cultura e experiência para realização de trabalhos conjuntos ou por obstáculos de ordem legal, política ou institucional, sequer foi elaborado um modelo de atuação coordenada, para uso diário e específico em operações, de forma a evitar lacunas e seguir critérios conhecidos e aprovados pelos envolvidos.

57. De fato, o Decreto 7.496/2011, que instituiu o PEF, estabelece que os órgãos e entidades federais, estaduais e municipais envolvidos devem atuar de forma integrada (art. 2º, inc. I, art. 3º, inc. I e II, art. 4º, inc. I, art. 6º, inc. VII e art. 7º § 2º) e que executarão ações conjuntas (art. 3º, inc. II), porém não se evidenciam nesse normativo quais são esses órgãos e suas respectivas funções, tanto no âmbito das instâncias decisórias - COC e GGI-FRONs, quanto na execução dos trabalhos de combate aos ilícitos e de proteção da fronteira.

58. Com esse formato, a implementação do PEF fica dependente da espontaneidade dos atores responsáveis pela promoção das articulações que viabilizem a realização das metas definidas.

59. Nos raros casos em que há compartilhamento de instalações, equipamentos e informações para suprir as deficiências de cada órgão, isso se deve a iniciativas individuais, baseadas em conhecimentos pessoais dos agentes públicos. Ou seja, ainda que os órgãos atuem em conjunto, não conseguem trabalhar adequadamente de forma integrada.

60. Essa concepção ignora a dinâmica de departamentalização e a tendência de inércia na administração pública.

61. Há que se considerar, ainda, que cada órgão que atua na fronteira possui suas próprias atribuições extraídas da Constituição e legislação infraconstitucional. Entretanto, existem funções concorrentes em áreas de competências comuns, a exemplo da Polícia Federal, que é responsável pela prevenção e repressão do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, contrabando e descaminho, mas tudo isso sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos, conforme dispõe o art. 144, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

62. Esse exemplo demonstra ser evidente a possibilidade de haver sobreposição de esforços para se equacionar determinado problema, bem como de existirem lacunas na atuação governamental naquelas áreas.

63. Resulta daí a necessidade de se coordenarem as ações dos órgãos que lá atuam, o que é dificultado pela inexistência de definição legal dos limites de atuação entre os órgãos federais e destes com os estaduais.

64. Ainda que haja impedimentos para se normatizar a atuação dos diversos órgãos, instituições e esferas de governo envolvidos, em decorrência de inexistir uma política pública para a fronteira institucionalizada por Lei, outras providências poderiam ser adotadas, como resultado de um esforço conjunto que se proponha a enfrentar a questão, no sentido de suprir essa necessidade e garantir maior efetividade à integração almejada.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

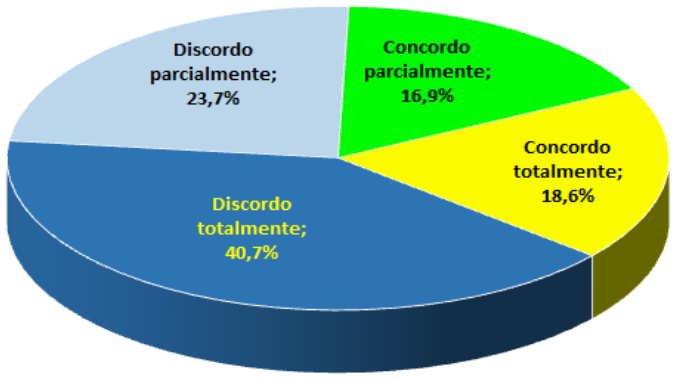
65. Com efeito, a edição de um normativo interinstitucional que reduzisse a termo as funções de cada órgão, estabelecendo-se critérios e procedimentos a serem seguidos para as atividades coordenadas direcionadas à fronteira, traria uniformização de conhecimento sobre o que se espera das agências responsáveis, além de transparência, maior organização e melhor controle sobre o modelo de atuação adotado. Isso tudo sem prejuízo das atribuições individuais, já definidas pela legislação em vigor.

66. Os efeitos da ausência desse documento são mais perceptíveis no âmbito das unidades das agências públicas situadas na própria fronteira, pois se veem sufocadas pelo excesso de atribuições a serem desempenhadas com os escassos recursos, sob todos os aspectos, disponibilizados.

67. Nos vários depoimentos colhidos, os representantes dessas unidades queixaram-se uns dos outros pela falta de apoio e reclamam muito de suas carências, alegando que suas condições mal são suficientes para desempenhar as suas funções individuais.

68. Nesse cenário, fica evidente o baixo índice de institucionalização de regras de atuação integrada na fronteira observado junto aos entrevistados dos órgãos que trabalham em prol do Plano Estratégico de Fronteiras, conforme se depreende dos resultados obtidos dos questionários aplicados.

Gráfico 1 - Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades para esse Órgão, além daquelas que já eram normalmente exercidas?



Fonte: Elaborado pelo TCU sobre questionário aplicado em Outubro/2014

69. Outro ponto destacado pelos entrevistados é a ausência de hierarquia entre os órgãos que compõem os chamados Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira – GGI-FRONs ou Centro de Operações Conjuntas – COC, fato que leva à tomada de decisões por consenso.

70. Essa configuração, sem definições claras dos papéis de cada um dos integrantes, ainda que favoreça a interação entre os membros, não garante a rotina de ações coordenadas, independentes das demandas trazidas para as poucas reuniões que têm se realizado anualmente, nas quais se combinam os apoios necessários para as operações colocadas em prática.

71. Até mesmo o papel da coordenação do PEF fica prejudicado, eis que dois dos três Ministérios responsáveis por tais funções relatam não ter regulamentação para tanto, sendo que o Ministério da Defesa, em aparente equívoco, afirmou existir regulamentação, que consistiria no próprio Decreto nº 7.496/2011, que institui o PEF, no Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA)/2ª revisão e nas Instruções e diretrizes da Operação Ágata.

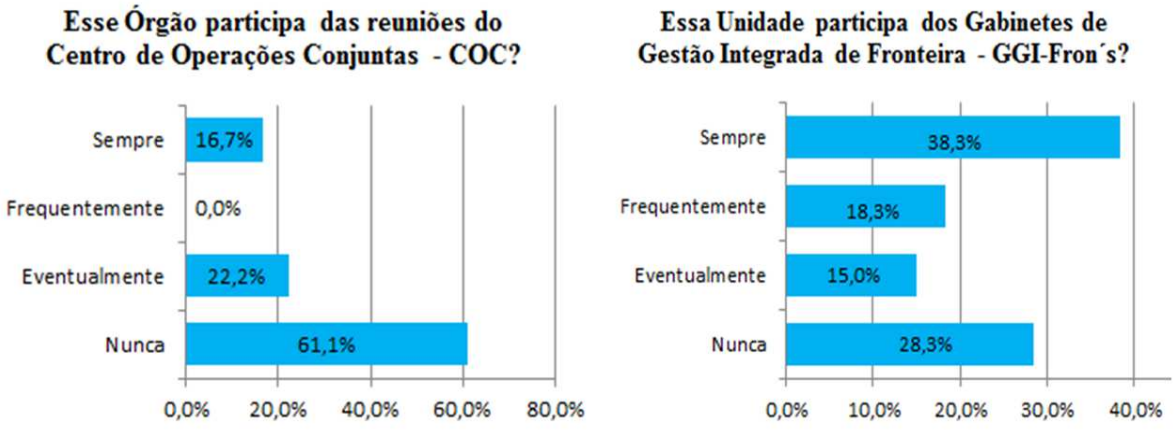
72. De se ressaltar que, conforme esclarecido nas entrevistas, o Vice-Presidente da República, incumbido de exercer a coordenação do PEF, limita a sua atuação ao plano político.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

73. A clareza das funções de coordenação, estabelecida em normativos específicos, poderia contribuir para que as demandas fossem conduzidas de forma mais consistente e célere, com base em decisões que levassem em conta as ponderações de cada um dos atores, mas que, por outro lado, também possibilitassem que os problemas fossem enfrentados com as forças necessárias, evitando, assim, que dependesse única e exclusivamente da vontade dos dirigentes a definição de suas participações ou mesmo o grau de cooperação das agências sob suas lideranças.

74. E isso se comprova pelo grau de participação das agências nos referidos colegiados, conforme se verificam nos gráficos a seguir:

Gráfico 2 – Participação dos Órgãos/Unidades nos colegiados



Fonte: Elaborado pelo TCU sobre questionário aplicado em Outubro/2014

75. Nota-se a apuração de um montante na ordem de 43,3% de entrevistados que responderam participarem eventualmente ou nunca das reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras criados pelos Estados.

76. No COC, a conclusão é ainda mais preocupante, pois 83,3% dos entrevistados participam eventualmente ou nunca, incluindo-se nesse número todas as Secretarias de Segurança Pública dos Estados, as quais, inclusive, estão impedidas de se juntar aos demais membros daquele fórum por ainda não terem assinado os respectivos acordos de cooperação, nos termos do art.7º do Decreto nº 7.496/2011.

77. Essa realidade também se reflete nas pouquíssimas reuniões ocorridas desde a criação da CDIF, cujas ações se reservam às discussões e ao campo de ideias, com considerável desinteresse e até certo desconhecimento por parte de vários entrevistados, notadamente aqueles que atuam na área de segurança e controle transfronteiriço, fato que reforça a concepção de que as ações voltadas para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira ocupam posição secundária nas prioridades do Governo.

78. Torna-se, então, necessária a adoção de uma ferramenta com viés gerencial e de comunicação que atenda a várias finalidades, tais como a melhoria do desempenho das atividades de fiscalização, equacionamento de gargalos e redução de custos, de falhas de integração, de redundância de atividades, de tarefas de baixo valor agregado, de retrabalho, de sobreposição de esforços etc.

79. Para tanto, será indispensável que as organizações colaboradoras trabalhem em conjunto para definir e concordar sobre seus respectivos papéis e responsabilidades, incluindo a forma como o esforço cooperativo será liderado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

80. Com essas providências, as organizações poderão esclarecer as funções específicas de cada membro, organizar seus esforços conjuntos e individuais e facilitar a tomada de decisão, para efetivamente integrarem suas atuações.

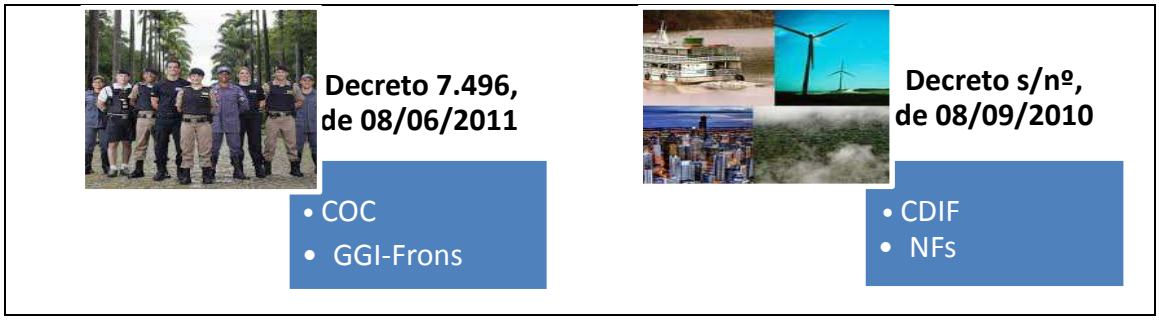
81. Para materializar essa alternativa, sugere-se recomendação aos coordenadores da CDIF (Ministério da Integração Nacional - MI) e do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministérios da Defesa - MD, da Justiça - MJ e da Fazenda - MF) para que, face à ausência da formalização de uma política nacional de fronteira, articulem os diversos órgãos e instituições integrantes dos colegiados sob suas coordenações (GDIF, COC e GGI-FRONs) e estabeleçam critérios e procedimentos de atuação integrada, com vistas à edição de normativos interinstitucionais que reduzam a termo as funções e responsabilidades das partes envolvidas, guardadas suas atribuições individuais dispostas em leis próprias de criação e respectivos regimentos internos, a exemplo de instruções normativas e/ou portarias conjuntas já editadas para objetivos semelhantes.

82. Espera-se que a adoção dessa medida possa reforçar os mecanismos de coordenação, pela construção de um ambiente normativo propício para que a mobilização político-administrativa aconteça e, assim, se possa concretizar a atuação sinérgica pretendida, minimizando-se os limites do isolamento burocrático e garantindo-se o *Accountability*, em prol de uma boa governança.

3.3. Acordos binacionais e multilaterais com países fronteiriços podem maximizar as iniciativas de cada País nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança.

83. A partir da edição dos Decretos s/nº, de 8 de setembro de 2010, e nº 7.496, de 8 de junho de 2011, esperava-se maior atuação e empenho do Brasil no estabelecimento de cooperação internacional com os países vizinhos da América do Sul nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança da faixa de fronteira.

Figura 5 – Fóruns criados pelo Decreto 7.496/2011 e pelo Decreto s/n, de 8 de setembro 2010



Fonte: Elaborado pelo TCU

84. Observou-se, contudo, que não foram definidas, como produto de trabalho dos fóruns de implementação das políticas federais para a região de fronteira (Centro de Operação Conjunta, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira e Núcleos de Fronteira nos 11 Estados fronteiriços, Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira), diretrizes de integração com países vizinhos para promoção do desenvolvimento socioeconômico e da segurança daquele espaço territorial, com base nas necessidades levantadas pelos grupos formados para atuação coordenada.

85. Os resultados dos questionários aplicados permitem a inferência de que, nos últimos três anos, realmente não houve demandas por celebração de acordos ou tratados com países limítrofes advindas das discussões promovidas no âmbito dos colegiados citados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

86. Embora o rol de entrevistados concentre-se nas atividades de segurança da fronteira, 43,9% responderam que não houve demandas ou as desconhecem.

87. Muito provavelmente os 56,1% que afirmaram ter havido demandas podem ter tomado como base as iniciativas de seus próprios órgãos para cooperações diretas, sem qualquer relação com o Plano Estratégico de Fronteiras – PEF ou com as atividades de desenvolvimento e integração desempenhadas pelos membros da CDIF.

88. Essa assertiva torna-se mais evidente pelos números trazidos pela segunda pergunta, na qual 75% dos entrevistados responderam que tais demandas haviam sido acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores, sendo que nesse mesmo Ministério afirmou-se não terem sido identificadas quaisquer reivindicações nesse sentido por parte dos coordenadores do PEF ou da CDIF. Aliás, a resposta obtida no Ministério da Integração Nacional também foi de que não houve demandas por acordos ou tratados partidas da CDIF.

89. Verifica-se que no Plano Estratégico de Fronteiras se estabelece a diretriz de integração com países vizinhos e o objetivo de realização de parcerias com essas nações para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, por meio de ações de cooperação internacional, nos termos do art. 2º, inc. II; art. 3º, inc. IV; e art. 4º, inc. III, todos do Decreto 7.496/2011.

90. Por seu turno, à CDIF compete, conforme dispõe o Decreto s/nº, de 8 de setembro de 2010, definir critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e a integração na fronteira, podendo-se, por dedução lógica, concluir que operacionalizem suas atividades em parceria com os países limítrofes, tendo em vista a participação do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior nessa Comissão, assim como do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL, na condição de membro convidado.

91. Nesse sentido, para que se concretizem os resultados da política de integração sul-americana seria desejável adotarem-se medidas no âmbito do PEF e da CDIF, com o objetivo de se detalharem e compilarem as demandas necessárias para se efetivarem trabalhos conjuntos com órgãos congêneres nos países vizinhos, assim como ações compartilhadas, de interesse mútuo e em benefício da população local, a serem viabilizados por intermédio de acordos de cooperação.

92. Os Comitês de Fronteira também poderiam ser acionados, pois eles têm como atribuição a discussão dos mais variados temas ligados ao relacionamento de países fronteiriços com o Brasil em áreas ligadas à saúde, urbanismo, energia, segurança pública, vigilância agropecuária, transporte e regime especial tributário fronteiriço.

93. O aprofundamento da cooperação internacional teria impacto positivo na implementação das políticas definidas para aquele território, na medida em que propiciasse a realização de ações integradas indispensáveis para as iniciativas de promoção do desenvolvimento socioeconômico e da segurança da região.

94. Para a mudança dessa realidade, seria oportuno recomendar aos coordenadores da CDIF e do PEF, que se articulem com os diversos órgãos e instituições componentes, com vistas a, primeiramente, promoverem a sistematização das cooperações vigentes por áreas de atuação, de acordo com critérios pré-estabelecidos, para confrontá-los com as demandas necessárias para a concretização de trabalhos em parceria com os países limítrofes e, assim, definirem as prioridades a serem encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores a fim de celebrarem-se os acordos e tratados internacionais correspondentes.

95. Sabe-se, contudo, que tais providências, embora essenciais, ainda não serão suficientes, tanto porque dependem também das iniciativas e comprometimentos dos países vizinhos, como também pela possibilidade de negociações internacionais fundamentadas pelas

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

demandas enviadas ao Itamaraty poderem ser prejudicadas pela sistemática de internalização de acordos/tratados ao direito pátrio atualmente utilizada pelo Governo Federal.

96. Com efeito, segundo informações obtidas de autoridades do MRE, na data em que se realizou a entrevista – outubro/2014, cerca de 250 decretos de promulgação de tratados, acordos ou atos internacionais estavam paralisados na Casa Civil da Presidência da República aguardando a promulgação presidencial para produzirem efeitos na ordem interna, não obstante, conforme informado por aquele Ministério, na maioria dos casos já existam efeitos de ordem externa, ou seja, obrigações entre os signatários.

97. Relatou-se, ainda, que a tramitação dos processos de decretos de promulgação do executivo, principalmente a partir de 2009, tem sido morosa, em decorrência da sistemática adotada. Todos os ministérios considerados interessados na matéria são ouvidos, sem prazo definido, ocorrendo casos de retorno do processo a ministérios em que houve substituição de Ministro de Estado.

98. Considerando o interesse do Brasil, externalizado por vários meios, de consolidar a faixa de fronteira como espaço de cooperação e integração cultural e comercial, garantindo a segurança da população, seria conveniente direcionar recomendação à Casa Civil da Presidência da República, para que envide esforços no sentido de aperfeiçoar a sistemática de tramitação de Mensagens ao Congresso e de Decretos de Promulgação de tratados, acordos ou atos internacionais de que trata o art. 49, I, da Constituição Federal/88, com vistas a tornar mais célere o processo de internalização das referidas normas no direito nacional.

99. Com essas deliberações espera-se a maximização das iniciativas de cada país no sentido de solucionar e atender as reinvindicações das comunidades fronteiriças, bem como a promoção de objetivos conjuntos das nações vizinhas nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança.

4. A formalização de uma lógica de intervenção e de um planejamento para as políticas da faixa de fronteira podem melhorar sua operacionalização em benefício da sociedade.

100. As políticas públicas devem possuir coesão interna. Assim, os objetivos e as metas definidos devem se relacionar com as intervenções escolhidas. Nesse contexto, a política pública orienta-se por uma formulação geral que define sua lógica de intervenção e por planos que permitem operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas (Subitem 3.1.2 do Referencial TCU).

101. A resolução dos problemas que afligem a região de fronteira é complexa, por compreender a associação de um conjunto de programas em diversos setores da administração pública, no campo de ação de diferentes órgãos governamentais. Isso importa enfrentar dificuldades resultantes do conflito entre o objetivo geral – a redução das vulnerabilidades próprias da região de fronteira – e os interesses específicos dos órgãos governamentais envolvidos, que se enquadram dentro de suas competências institucionais.

102. O principal obstáculo a ser vencido é o de integrar e articular a atuação desses órgãos, de forma harmônica e coordenada, para que se alcancem os resultados que se pretende obter da conjugação dos esforços aplicados. E essa articulação passa, necessariamente, pelo alinhamento estratégico da programação orçamentária das ações pertinentes a cada um dos atores governamentais.

103. Verificaram-se fragilidades na lógica de intervenção integrada que abrange as políticas federais que compõem a atuação governamental na faixa de fronteira, em prejuízo do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

pertinente alinhamento de insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos desejados, relacionados às causas dos problemas a serem atacados.

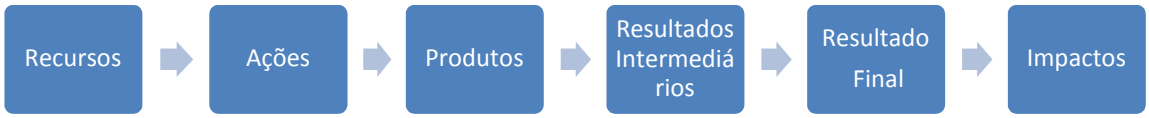
104. Além disso, constatou-se a insuficiência de planos capazes de orientarem plenamente as ações dos diversos órgãos que atuam na região, com o estabelecimento de visão de futuro sobre os propósitos nacionais para aquele território, os objetivos, indicadores e metas determinados, em níveis estratégicos, intermediários e operacional, as prioridades definidas e as etapas previstas, assim como os meios de controle a serem utilizados.

4.1. Uma lógica de intervenção para a faixa de fronteira formalizada pode alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos da ação governamental em benefício da sociedade.

105. Ante as fragilidades já apontadas relacionadas à institucionalização da política e à inexistência de um plano que contemple diretrizes, prioridades e objetivos gerais para as áreas que envolvam o desenvolvimento, a segurança e a integração da fronteira, a análise da lógica de intervenção só é possível quando baseada em inferências nos eventuais e supostos benefícios trazidos pelas respectivas políticas setoriais aplicadas à faixa de fronteira.

106. Desse modo e sem a formalização de uma estrutura lógica de atuação integrada que abranja as diversas políticas federais voltadas para a faixa de fronteira, fica prejudicada a análise do alinhamento dos componentes da política - insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos - em função dos problemas a serem enfrentados e das correspondentes causas identificadas para essa região, já diagnosticados em diversos documentos públicos.

Figura 6 – Alinhamento dos componentes da política



Fonte: Elaborado pelo TCU

107. Amplos estudos voltados para a região de fronteira, especialmente aqueles que integram os documentos “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, de 2005, e “Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira na fronteira”, de 2010, em conjunto com os diagnósticos auferidos pela Comissão Especial do Gabinete de Segurança Institucional, sintetizados na Exposição de Motivos Interministerial/MRE/MI/SRI-PR - itens 5 a 7 e, ainda, na justificação do PLS 380/2012 (atual PL 6.460/2013 – Câmara), foram suficientes para levantar os problemas específicos da fronteira ao longo desse território estratégico para o Brasil.

108. Destacam-se a baixa densidade demográfica, o baixo índice de IDH, questões relacionadas à violência, ao crime organizado, ao tráfico de armas e drogas, à exploração sexual, ao trabalho infantil, ao comércio ilegal, à falta de infraestrutura social e produtiva, dentre outros.

109. A constituição da Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF buscou oferecer solução aos problemas gerados, sobretudo pela fragmentação e desarticulação das políticas públicas que são aplicadas na região.

110. Após sua criação, respaldado pelo art. 2º do Decreto de 08 de setembro de 2010, o Ministério da Integração Nacional, enquanto órgão coordenador do CDIF, elaborou uma proposta, ainda não aprovada, que explicita a lógica de intervenção das políticas federais direcionadas à fronteira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

111. Com efeito, o documento denominado "Texto para discussão do Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável para a Faixa de Fronteira – Plano Brasil Fronteira", que inclui ações ligadas ao desenvolvimento, à integração e à segurança na faixa de fronteira, evidencia elementos que representam a atuação da ação pública desde a obtenção dos recursos até a geração dos impactos provenientes dos produtos e serviços.

112. Todavia, embora tenha sido publicado em dezembro de 2012, esse plano não foi oficializado, sob o argumento de que ainda necessita de detalhamentos e aperfeiçoamentos, conforme se depreende da Memória da IV Reunião Extraordinária da CDIF, ocorrida em 11/03/2013.

113. Ressalte-se que os planos de desenvolvimento e integração dos 11 Estados fronteiriços da federação já foram elaborados e apresentados, com base no art. 2º, inciso IV, do Decreto de 8 de setembro de 2010.

114. De qualquer forma, não foram localizados outros instrumentos que fornecessem detalhamentos executivos dos projetos a serem implementados e que descrevessem os objetivos geral e específicos, para se atacarem os problemas associados às ações e atividades a serem realizadas e suas causas, seguindo orçamentos e estratégias de financiamentos definidos dentro da área de abrangência delimitada para se alcançarem os resultados esperados.

115. Nos termos do art. 2º do Decreto s/n de 8 de setembro de 2010, cabe aos órgãos e instituições integrantes da CDIF, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, promover a discussão, o detalhamento, o aperfeiçoamento e a operacionalização dos planos e objetivos das políticas federais para a faixa de fronteira, seja pela materialização das ações do Plano Brasil Fronteira, ou outro instrumento considerado adequado, relativamente ao desenvolvimento e integração da região e, conforme se depreende do art. 3º c/c art. 9º do Decreto 7.496/2011, alterado pelo Decreto 7.638/2011, estabelecer, junto aos coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, a interface com as ações de segurança.

116. Saliente-se que a CDIF é composta por dezoito ministérios ligados às ações de desenvolvimento regional e integração internacional, além da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, os quais reúnem, em conjunto, as competências necessárias para a materialização de planos e objetivos para as políticas federais voltadas para a região de fronteira.

117. Do mesmo modo, os três Ministérios que coordenam o Plano Estratégico de Fronteiras e que também compõem a CDIF, são responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das ações necessárias à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços.

118. Em que pese a área de segurança ter assumido papel de destaque dentre as políticas federais implementadas na faixa de fronteira, não se pode afirmar que o Plano Estratégico de Fronteiras seja suficiente para orientar plenamente as ações dos diversos órgãos que o compõem, notadamente por não se terem estabelecido os recursos necessários (dinheiro, pessoal, material, sistemas), a sequência das atividades e a previsão de etapas de realização de objetivos e metas.

119. Há que se considerar, ainda, que esse plano limita-se a fortalecer as atividades relacionadas à segurança da fronteira, sem, contudo, evidenciar com clareza qual o resultado esperado que refletiria a mudança desejada, fato que repercute no encadeamento lógico necessário para atacar o problema.

120. Nesse contexto, observa-se que o arranjo institucional praticado para as políticas federais na faixa de fronteira, com prioridade para a área de segurança e pouca ênfase na sua coordenação com as atividades de desenvolvimento e integração, traduzido pela insipiência de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

formalização de planos e objetivos por parte da CDIF, não se harmoniza com a sequência de intervenção adequada para o enfrentamento dos problemas já diagnosticados.

121. A propósito dessa análise, percebe-se a necessidade de superação da estratégia vigente, com vistas a adotar o critério que melhor atenda aos problemas que afligem a região, sopesando-se segurança e desenvolvimento.

122. Entende-se que para haver segurança faz-se necessária a vivificação da faixa de fronteira e a promessa de desenvolvimento, com geração de emprego e renda.

123. A figura a seguir traduz bem o quadro que se pretende combater com políticas de incentivo ao desenvolvimento social e econômico em detrimento às atividades ilícitas que se propagam na região.

Figura 7 – Ação esperada das políticas públicas

Fonte: Blog da CDIF - http://cdif-documentos.blogspot.com.br/

124. Percebe-se, contudo, que as áreas de fronteira ganharam destaque no debate público, fato que tem exigido atenção redobrada do governo para o controle da violência e dos mercados ilegais. Em via contrária, as demandas por integração com os países vizinhos pressionam a necessidade de se alavancar o comércio internacional, que traz consigo a elevação do fluxo de pessoas e mercadorias.

125. Para equacionar essa questão e buscar soluções para as oportunidades e desafios já mapeados seria indicada a montagem de uma cadeia de valor que contemplasse o desenvolvimento socioeconômico da região, a sua segurança e a integração sul-americana, de maneira a se progredir nos rumos da visão de futuro estabelecida.

126. A ausência de um instrumento que permita visualizar o encadeamento dos componentes da política pública - insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos – inviabiliza o processo que facilite o planejamento geral e a comunicação do que se pretende alcançar e de qual o funcionamento se espera, dentro de um horizonte temporal definido, em todas as áreas envolvidas.

127. Nesse sentido, em que pesem os percucientes estudos e pesquisas produzidos sobre a fronteira, que deram origem a amplos diagnósticos, destacados, inclusive, em uma

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

proposta elaborada pelo Ministério da Integração Nacional, onde se inseriram a visão de futuro, diretrizes e objetivos para que se promova o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região e sua integração cultural e comercial com os vizinhos sul-americanos, não houve uma articulação dos membros integrantes da CDIF, incluindo-se os coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, no sentido de se formalizar um instrumento que caracterize uma lógica de intervenção das políticas federais para a faixa de fronteira, seja o Plano Brasil Fronteira ou outro que se considere adequado, no qual se identifiquem os efeitos decorrentes de sua implantação e dos principais mecanismos necessários à realização da política pública, além da delimitação precisa do público-alvo, com associação a produtos e resultados esperados.

128. Para suprir essa lacuna, sugere-se recomendação à Presidência da República para que se articule com os membros integrantes da CDIF, incluindo-se os coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, com a finalidade de se editar um instrumento formal que consolide os elementos necessários para a caracterização de uma lógica de intervenção das políticas federais aplicadas à faixa de fronteira, sob os aspectos de desenvolvimento socioeconômico, segurança e integração, de forma a alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos em função dos problemas a serem atacados.

129. Espera-se que a formalização desse instrumento possa tornar explícito o funcionamento da política adotada e servir de referência principal à gestão, além de objeto imprescindível à sua avaliação. Também deve propiciar ambiente adequado para a formatação de um planejamento estratégico que oriente a operacionalização de suas ações, elevando as chances de sucesso na resolução dos problemas e causas identificadas nos diversos estudos realizados sobre o tema.

4.2. A existência de um planejamento estratégico para a faixa de fronteira pode incentivar e aprimorar a coordenação dos órgãos governamentais e facilitar a consecução de seus objetivos.

130. Ainda não está declarada uma visão estratégica de longo prazo sobre a atuação governamental relativa às questões de fronteira.

131. Não foi localizado um normativo vigente que explicite as prioridades, objetivos e metas a serem alcançados pelo conjunto de políticas federais que são executadas pelos órgãos integrantes do Plano Estratégico de Fronteiras - PEF e membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

132. Observa-se que o Plano Brasil Fronteira, elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e levado para discussão junto aos demais integrantes da CDIF, reúne parte desses elementos direcionadores da estratégia, mas não foi sequer oficializado, sob a justificativa de que ainda carece de aperfeiçoamentos, participação efetiva e consenso dos membros que compõem aquela Comissão.

133. Nem mesmo a área ligada à segurança na fronteira demonstrou possuir processo formal de formulação e implementação do PEF que contemple objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos, metas e respectivos indicadores de desempenho.

134. Na manifestação recebida do Ministério da Justiça, este asseverou que o PEF estaria refletido em seu Mapa Estratégico, elaborado para o período de 2011 a 2014, de onde se extrairiam oito objetivos para cujas implementações foram estabelecidos objetivos e metas constantes do Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Advertiu, contudo, que algumas metas daquele Ministério, de seus órgãos e entidades vinculadas, com abrangência no território nacional, perpassam a faixa de fronteira, embora contribuam para o PEF.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

135. Esse argumento não merece prosperar, porque o planejamento estratégico referido é do próprio Ministério da Justiça e não de uma política de segurança e controle estabelecida para a fronteira que congregue a participação de órgãos não vinculados àquela Pasta, a exemplo da Receita Federal do Brasil.

136. Ademais, a existência dos programas no PPA não é evidência de que as ações estejam bem formuladas e planejadas. Ao contrário, é um sinal de que o governo reconhece a necessidade de agir, conquanto não tenha se estruturado de forma adequada para isso.

137. O PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo, sob a forma de um agregado sintético de programas temáticos que deveriam refletir as políticas públicas. Entretanto, ele não faz às vezes do planejamento estratégico de uma política ou órgão, pois não tem os elementos para isso, nem tampouco serve como plano de orientação da gestão em qualquer horizonte temporal.

138. É por essa razão que as várias áreas de atuação do governo federal, ainda que dispondo de programas temáticos no bojo do PPA, têm seus planos próprios, com diferentes escopos e abrangências, conforme as necessidades peculiares ao setor. A título de exemplo, pode-se citar o Plano Nacional de Saúde, o Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Logística e Transporte, entre outros.

139. De forma geral, o conjunto de indicadores, objetivos e metas apresentado em cada programa temático do PPA não é suficiente para exprimir a intervenção governamental no setor correspondente. Em regra, o programa temático inclui um recorte sucinto desses elementos, não suprindo as necessidades de orientação da gestão e de transparência para a sociedade.

140. Embora o PPA forneça alguns elementos próprios de um plano, por suas características e propósitos especiais ele tem um caráter sintético e aglutinador de vários programas. Assim, ele não está apto a substituir planos mais detalhados em diversos níveis, capazes de relacionar itens como:

- Visão estratégica sobre os propósitos nacionais na região de fronteira;
- Objetivos, indicadores e metas, de nível estratégico, intermediário e operacional, essenciais para a orientação da gestão e acompanhamento dos esforços e resultados;
- Previsão dos recursos destinados à política, incluindo montantes orçamentários e outras formas de financiamento (ex.: renúncias de receita, empréstimos), pessoal qualificado, infraestrutura física, sistemas de informação, entre outros;
- Sequenciamento e priorização de ações e objetivos;
- Previsão de meios de controle sobre a intervenção governamental; e
- Planejamento em horizonte superior a quatro anos.

141. Ultrapassada essa questão, retoma-se ao tema em análise, qual seja a ausência de um documento que evidencie a operacionalização das ações necessárias, fundado na definição de objetivos e metas precisos e coerentes entre si e com a visão estratégica da política.

142. Neste ponto, vale notar que até o presente momento ainda não há um plano oficial que explicite a estratégia adotada para que se estruture, no longo prazo, uma base produtiva na faixa de fronteira que garanta seu desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável, em cooperação com os países vizinhos.

143. A aparente falta de prestígio a essas ações por parte do Governo Federal pode ser concluída a partir da análise do Plano Plurianual 2012-2015 e dos valores previstos e realizados nas Leis Orçamentários Anuais de 2012 a 2014, haja vista a baixa materialidade dos recursos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

destinados para o Objetivo 0765 do Programa 2043 – Integração Sul-Americana, o qual propõe-se a estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira mediante políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração sul-americana, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais pelas populações fronteiriças.

144. De fato, para esse Objetivo são consignados no PPA 2012-2015 apenas R$ 12,3 milhões, dos quais foram efetivamente desembolsados irrisórios R$ 352.817,60 no exercício de 2012 e nada em 2013 e 2014.

145. A exígua aplicação de recursos parece desmotivar a participação efetiva e reduzir o interesse dos membros da CDIF, que, desde sua criação, contou com poucas reuniões e iniciativas, especialmente aquelas advindas dos Núcleos de Fronteira já instalados.

146. Por outro lado, nesse período, as medidas para se garantir a segurança da fronteira, representadas pelo PEF, têm sido implementadas com maior intensidade, em busca da atuação integrada dos órgãos nacionais e estrangeiros envolvidos.

147. Não se observou, contudo, unidade de objetivos estabelecida para o conjunto de órgãos parceiros responsáveis pelo alcance dos resultados nesse campo de atuação.

148. Os resultados dos questionários aplicados demonstram essa condição, haja vista a variação das respostas obtidas, fato que sugere a ausência de alinhamento entre os pares.

Gráfico 3: Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos:

Fonte: Elaborado pelo TCU sobre questionário aplicado em Outubro/2014

149. Com efeito, 50% dos entrevistados que fazem parte da alta administração dos órgãos no âmbito do Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda, ao serem questionados sobre a existência de um referencial estratégico específico para o PEF, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos, responderam desconhecer ou não haver tal referencial.

150. Cabe destacar que aqueles que responderam afirmativamente a essa questão, fundamentaram-se no PPA 2012-2015.

151. Outro item que reflete a desarmonia dos órgãos parceiros e/ou ausência de informação sobre o assunto refere-se àquele em que os membros da alta administração foram instados a indicarem os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do PEF, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Gráfico 4: Produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano Estratégico de Fronteiras

Fonte: Elaborado pelo TCU sobre questionário aplicado em Outubro/2014

152. Essa situação é preocupante, na medida em que as unidades que representam os diversos níveis operacionais dos órgãos, mais precisamente aquelas que se situam na base da cadeia hierárquica, não compreendem a estratégia adotada para a política, fato que compromete a distribuição adequada de responsabilidades de cada um dos atores envolvidos, a coordenação necessária para o atingimento dos objetivos coletivos e o próprio controle do desempenho e resultados alcançados.

153. Dessa forma, sem o devido direcionamento estratégico, as gestões das unidades operacionais caminham isoladas, em meio às suas atribuições institucionais e se desalinham entre si, em prejuízo à integração pretendida e essencial para minimização dos problemas existentes.

154. O planejamento deve ser abrangente, no sentido de se englobar tanto os esforços quanto os resultados propostos, presumindo-se que esforços desalinhados dificultam o desempenho dos órgãos e, por consequência, prejudicam o alcance dos objetivos definidos.

155. Reinado Dias, em "Políticas públicas: princípios, propósitos e processos" (2012), salienta, na mesma linha, "in verbis":

> "O estabelecimento de prioridades, objetivos e metas a serem alcançados constitui espinha dorsal de uma política pública, e sinaliza a todos quais são os parâmetros pelos quais se orientar".

156. A ausência de um referencial estratégico formulado de maneira compartilhada compromete a comunicação das diretrizes pela alta administração, a capacidade de se influenciar e mobilizar pessoas, a demarcação clara de competências, áreas e níveis de responsabilidade, a definição detalhada de procedimentos e do dimensionamento adequado de recursos humanos e materiais, bem como o desdobramento de resultados em ações e processos que se submetam a regimes de monitoramento.

157. Atribui-se aos obstáculos culturais e às dificuldades de integração entre os órgãos o fato de não ter sido desenvolvido um modelo que indique os rumos da política pública a ser implementada, determinada por um estado futuro desejado, diretrizes, objetivos, metas e indicadores democraticamente selecionados pelos membros responsáveis pela implantação das políticas federais, seja para o desenvolvimento socioeconômico ou para a segurança da região de fronteira.

158. Uma medida considerada fundamental para se obter o sucesso da governança seria sugerir-se à CDIF, bem como aos coordenadores do PEF, que convoquem seus membros a debaterem em torno de um processo de planejamento para as políticas federais voltadas para a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

faixa de fronteira, que envolvam as áreas de desenvolvimento, segurança e integração da região, de forma unificada ou setorizada, com a definição consensual dos objetivos coletivos e individuais a serem alcançados, respectivas metas e indicadores relacionados, de acordo com as prioridades estabelecidas, com a finalidade se formalizar instrumento de orientação estratégica a ser utilizado pelos órgãos que executam a política, de maneira legítima, facilitando, com isso, os procedimentos de monitoramento e avaliação, assegurando-se, também, a transparência sobre como os produtos e serviços estarão sendo prestados à sociedade.

159. Tais providências permitirão a visualização geral e detalhada da estratégia adotada, o acompanhamento das dificuldades enfrentadas, dos avanços e desempenhos obtidos e a definição precisa de papéis e responsabilidades, além de induzir os órgãos que atuam na fronteira a exercerem suas atividades de forma coordenada, com suporte em incentivos institucionais decorrentes do pacto de metas coletivamente decidido.

4.3. A consolidação de ações voltadas para a fronteira em plano específico, com sequenciamento de atividades e alocação de recursos necessários, facilitaria o processo de tomada de decisão e traria maior sustentabilidade para a política.

160. Não há planos específicos para a fronteira que reúnam as ações dos diversos órgãos que atuam na região e estabeleçam a programação de atividades a serem realizadas, em etapas, com alocação de recursos, incluindo orçamentos para projetar e orientar as provisões necessárias.

161. O Plano Estratégico de Fronteiras limitou-se a criar mecanismos que incentivem a integração entre órgãos, em todos os níveis da federação, para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão aos crimes transfronteiriços, sem, contudo, trazer na sua operacionalização, o detalhamento das prioridades, o cronograma que sequencia e delimita as ações no tempo, com os recursos materiais e financeiros correspondentes.

162. No âmbito da CDIF chegou-se a produzir um texto para discussão de um plano de desenvolvimento para a faixa de fronteira, no qual se propôs a organização em programas, destacando-se ações prioritárias a serem implementadas em carteiras de curto, médio e longo prazos.

163. Todavia, tal documento, que ainda carecia de maiores discussões e detalhamentos, não foi adiante.

164. Dessa forma, os dirigentes dos órgãos entrevistados recorrem ao PPA para justificarem a forma pela qual realizam o acompanhamento da implementação da política, por ser um instrumento que organiza a atuação governamental por intermédio de programas temáticos compostos por objetivos, metas, indicadores, valores globais e de referências.

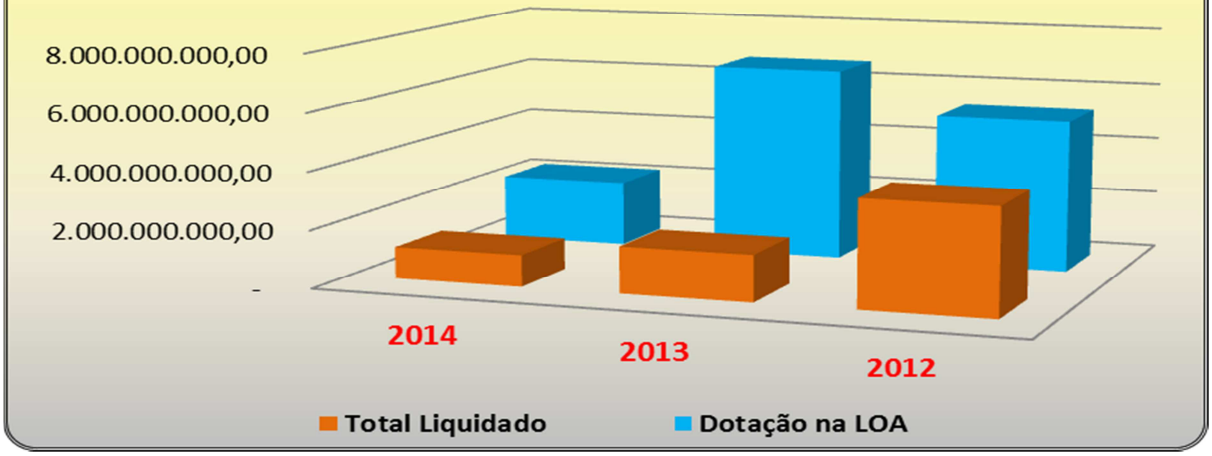
165. Ocorre, porém, que o PPA, na concepção atual, não garante a previsibilidade total de recursos destinados à política, incluindo montantes orçamentários, pessoal, materiais, sistemas etc.

166. Além disso, as metas atualmente são definidas apenas para o final do plano plurianual, sem um escalonamento que conduza a um planejamento anual de realizações.

167. Soma-se a isso o fato de que os valores programados nas leis orçamentárias, que deveriam seguir as estimativas do PPA, não vêm sendo liberados conforme previsto. Ao contrário, o baixo índice de desembolso tem sido fator comprometedor para as políticas federais aplicadas à região de fronteira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Gráfico 5 - Dotações orçamentárias para iniciativas/ações direcionadas à fronteira e respectivos valores executados



Fonte: Elaborado pelo TCU

168. Com efeito, observa-se que as LOAs - Leis Orçamentárias Anuais de 2012 a 2014 não contemplaram parte significativa das iniciativas contidas no PPA para esse fim, identificadas conforme exposto no item 2.5.4 do Projeto de Auditoria anexo (Apêndice **e**), em aparente descompasso entre os planejamentos de médio e curto prazo.

169. No exercício de 2012, incluídos os valores pagos em exercícios posteriores, 69,8% do orçamento de ações voltadas para a fronteira ou que a contemplem foi executado; no exercício de 2013 somente 23,9% de ações dessa natureza foram liquidadas e, no exercício de 2014, até 17/12/2014, a efetivação das despesas orçadas foi de apenas 48,1%, o que cria expectativa negativa quanto à possível solução dos problemas existentes.

170. Em grande parte isso se deve ao fato de o planejamento atualmente realizado ser vago, suscetível a externalidades diversas e não permitir a fixação de prioridades entre as iniciativas determinadas e a programação da alocação de recursos, segundo um cronograma financeiro pré-definido, dificultando, destarte, o estabelecimento do necessário alinhamento estratégico entre os objetivos a serem perseguidos.

171. Vale lembrar, por oportuno, que o PPA 2012-2015 estabelece como um de seus princípios a responsabilização compartilhada, sem esclarecer quais são os atores envolvidos, situação que tende a intensificar a fragmentação das despesas, com cada órgão comprometido com suas próprias tarefas.

172. Essa condição vai de encontro com a sinergia desejada, a ser constituída com alicerce nas relações institucionais e articulações entre as esferas de governo, em todas as fases do ciclo de políticas públicas voltadas para a fronteira.

173. Dessa forma, as interdependências em um conjunto de órgãos que executam uma política pública ocorrem em função da distribuição de recursos entre seus membros. A participação de cada órgão deriva diretamente da quantidade de recursos disponíveis que lhe é consignada.

174. No caso das políticas federais para a região de fronteira pode-se observar que há uma fatia considerável de recursos concentrados para a área de segurança, em detrimento às ações voltadas para o desenvolvimento e integração a região. Isso restringe o número de atores envolvidos na rede de políticas que efetivamente se interessam por essas ações.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

175. O programa temático 2043 – Integração Sul Americana, por exemplo, tem estimativa geral de gastos no valor total de R$ 12,3 milhões, destinados, principalmente, a estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira.

176. Apesar de esse reduzido montante constituir-se em um desafio, dada a complexidade envolvida na consecução dos dois objetivos propostos, no exercício de 2012 foram executados 6,1% dos valores previstos e as leis orçamentárias de 2013 e 2014 sequer consignaram quaisquer recursos para esse fim.

177. Esses números da execução orçamentária, assim como outros citados no item 2.5.4 do Projeto de Auditoria anexo (Apêndice **e**) mostram que os valores declarados no PPA guardam pouco compromisso com a real aplicação dos recursos nos programas.

178. O Programa Temático 2070 – Segurança Pública com Cidadania, com estimativa de R$ 14,9 bilhões para o período de 2012 a 2015, conta com o Objetivo 0825 – "Aprimorar o combate à criminalidade e ilícitos característicos da região de fronteira" e outros dois objetivos – 0828 e 0830 que também contemplam a fronteira, mas têm alcance nacional, o que impossibilita a determinação dos gastos totais na área de segurança pública para aquela região.

179. Já no programa temático 2057 – Política externa, identificaram-se ações possivelmente ligadas à integração com os países vizinhos dentro dos objetivos "0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas ..." e "0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o País é membro ...".

180. Entretanto, com exceção apenas das ações "6093 - Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa", "6284 - Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados" e "2536 - Demarcação de Fronteiras", não é possível identificar outras iniciativas ou ações específicas para ligação com os países vizinhos, ou seja, não há diferenciação entre os recursos alocados à relação com as nações vizinhas e aqueles destinados a quaisquer outros países não fronteiriços ou aos organismos políticos bilaterais ou multilaterais de que o Brasil faz parte.

181. É importante observar que, conquanto não haja, a menos das ações acima mencionadas, individualização orçamentária dos recursos para o relacionamento com os países limítrofes, existem na estrutura do MRE unidades dedicadas exclusivamente a essa função: Divisão da América Meridional I (Argentina e Uruguai); Divisão da América Meridional II (Bolívia e Paraguai); Divisão da América Meridional III (Peru, além de Chile e Equador); Divisão da América Meridional IV (Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela); Departamento da América do Sul I, Departamento da América do Sul II e Coordenação-Geral das Comissões Demarcadoras de Limites.

182. Além dos programas temáticos retro citados, cuja fonte é o orçamento fiscal e da seguridade social, há diversas ações esparsas de investimentos para a faixa de fronteira, porém de difícil identificação e consolidação no PPA, uma vez que estão entremeadas em iniciativas de alcance nacional, sem considerar as peculiaridades e necessidades específicas da região de fronteira.

183. Nesse contexto, ante a imprecisão de informações sobre fontes de recursos e de total de investimentos para a faixa de fronteira, tanto no orçamento fiscal e de seguridade social, quanto no orçamento de investimentos, compromete-se o gerenciamento, a tomada de decisão e a própria aferição de retorno desses investimentos por parte do Congresso Nacional e do Executivo.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

184. Ademais, apesar de terem sido previstos fóruns de implementação das políticas federais para a faixa de fronteira nos Decretos s/nº, de 8 de setembro de 2010, e nº 7.496, de 8 de junho de 2011, não há, explicitamente, uma instância de consolidação e de controle das fontes de recursos para a implementação das iniciativas relacionadas ao seu desenvolvimento, integração e segurança.

185. Dessa forma, como alternativa para minorar os efeitos da imprevisibilidade de recursos, sugere-se recomendar aos Ministérios coordenadores da CDIF e do Plano Estratégico de Fronteiras que identifiquem em um plano consolidado, complementar ao PPA, a previsão de recursos destinados à política aplicada à fronteira, incluindo montantes orçamentários e outras formas de financiamento, pessoal qualificado, infraestrutura física, sistemas de informação, e outros que se fizerem necessários à implementação dos programas relacionados ao desenvolvimento, integração e segurança da região.

186. Espera-se que a previsão de recursos destinados adequadamente realizada nesses moldes possa sistematizar o controle de gastos, indicar as prioridades e trazer clareza ao sequenciamento de atividades propostos ao longo do tempo, de forma complementar ao que se programa no PPA, de forma a se criar ambiente propício para que os responsáveis pelo gerenciamento e tomada de decisão possam atuar devidamente e assegurar a continuidade e sustentabilidade das intervenções definidas.

5. Análise dos comentários dos Gestores.

187. Em cumprimento ao disposto nos parágrafos 144-148 das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (NATs), aprovadas pela Portaria TCU 280/2010 e alteradas pela Portaria TCU 168/2011; nos parágrafos 148, 174 e 185-189 do Manual de Auditoria de Natureza Operacional, aprovado pela Portaria TCU 144/2000 e revisado pela Portaria Segecex 4/2010, encaminhou-se, por meio dos Ofícios de números 0235 a 0243/2015-TCU/SECEX-MS, respectivamente, aos titulares do Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Secretaria da Receita Federal uma via da versão preliminar deste Relatório de Auditoria para comentários que julgassem apropriados.

188. Depois de concedidas as prorrogações de prazo solicitadas por alguns dos órgãos, foram recebidas nesta Secretaria as manifestações do Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Ministério da Integração Nacional, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria da Receita Federal.

189. Não houve manifestação do Ministério da Fazenda, que se fez representar pela Secretaria da Receita Federal, nem, tampouco, do Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgãos subordinados ao Ministério da Justiça, que respondeu em um único documento.

190. O expediente do Ministério da Defesa limitou-se a informar que o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas não tem quaisquer considerações ou sugestões a apresentar.

191. Já o Ministério da Justiça elencou diversos processos de planejamento interno que, embora ainda não concluídos, já apontam para a necessidade de ajustes na política para a faixa de fronteira e apresentou uma síntese do alcance, pela DPF, DPRF e SENASP, das metas estabelecidas no PPA 2012-2015 para o Objetivo 0825 – “Aprimorar o combate à criminalidade e ilícitos característicos da região de fronteira”. No que se refere ao Relatório de Auditoria, não contestou ponto algum, apenas sugeriu retificação do número de cidades-gêmeas citado no relatório, 28, para ajustar-se ao conceito firmado na Portaria MI nº 125, de 21 de março de 2014,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

segundo o qual o número de cidades-gêmeas é 30. Complementarmente, o Departamento de Polícia Federal encaminhou cópia da Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, para que fosse atualizado o seu Plano Estratégico constante no Projeto de Auditoria.

192. Por sua vez, o Ministério da Integração Nacional teceu comentários complementares a alguns pontos do relatório e como único reparo, referente ao item II.d das recomendações propostas, ressaltou que não existe qualquer relação de subordinação entre os membros da CDIF e o MI, embora este esteja encarregado da coordenação da Comissão. Ainda observou que, no tocante às demandas dos Estados e Municípios da fronteira por acordos internacionais, percebe-se a existência de duas grandes prioridades: a efetivação e operacionalização dos acordos já firmados - que já é objeto da recomendação do item I – e a criação de condições legais que confiram aos municípios maior autonomia para promoverem cooperação internacional com seus vizinhos, em áreas relacionadas às suas competências constitucionais.

193. Em sua manifestação, o Ministério das Relações Exteriores fez diversas sugestões quanto à redação de parágrafos deste Relatório e do Projeto de Auditoria, as quais, sempre que pertinentes, foram acatadas no texto definitivo. Merece menção o comentário concernente aos parágrafos 165, 166 e 168 do Projeto de Auditoria, em que se sugere revisar as informações de execução orçamentária ali contidas. Esclarece-se que, como observado nos parágrafos 149 a 152 daquele documento, os valores citados compreendem apenas as somas das dotações e liquidações correspondentes às ações identificadas como atinentes à fronteira, o que pode ser visualizado na planilha “Execução Orçamentária”, Apêndice **b** do Projeto de Auditoria anexo.

194. A seu turno, a Secretaria da Receita Federal apontou necessidade de correção – já realizada – na quantidade de auditores-fiscais informada no parágrafo 103 do Projeto de Auditoria (Apêndice **e**) e informou que participa das reuniões da CDIF na qualidade de representante do Ministério da Fazenda, com vistas à articulação com os demais órgãos de controle fronteiriço para implementar as ações de desenvolvimento voltadas à faixa de fronteira.

6. Conclusão

195. São grandes os desafios enfrentados pelo conjunto de políticas públicas de naturezas transversais que alcançam a fronteira brasileira, sobretudo pela complexidade de áreas envolvidas, com elevados graus de interferências mútuas, sob esforços coordenados constituídos em multiníveis.

196. Neste trabalho, pretendeu-se fornecer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança inserido nessas políticas, notadamente, nesta primeira fase, dos seus componentes relacionados a institucionalização, planos e objetivos.

197. Preliminarmente, observou-se não existir uma política pública institucionalizada em lei para orientar de forma integrada a atuação governamental relativa às questões de fronteira, fato que concorre para que várias fragilidades prevaleçam em prejuízo aos impactos desejados.

198. Os estudos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Integração Nacional e do Conselho Nacional de Defesa foram suficientes para se auferir o diagnóstico daquela área, gerar propostas de ações e justificar o estabelecimento de uma política nacional que consolide os instrumentos necessários para a promoção do desenvolvimento, integração e segurança da faixa de fronteira.

199. No Congresso Nacional discute-se projeto de lei nesse sentido, embora não se perceba sua prioridade, ao passo que o Executivo Federal, limitado ao seu poder de regulamentar a atuação dos órgãos envolvidos, também não se articulou devidamente para mitigar os efeitos da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

indefinição clara e formal dos papéis e responsabilidades de cada um dos atores que implementam a política.

200. A medida indicada para contornar a questão, sem desconsiderar as iniciativas requeridas para a aprovação da lei que institua a política nacional de fronteira, é a definição conjunta de um formato de coordenação de ações que evidencie as funções de cada órgão, de forma a tornar perceptíveis os deveres individualizados necessários ao alcance da sinergia esperada.

201. No que tange à promoção da integração sul-americana, tanto para dinamização do desenvolvimento quanto para a segurança na região, percebe-se que não se estabelecem parcerias originadas em demandas trazidas pelos fóruns de implementação das políticas federais voltadas para a faixa de fronteira.

202. Em uma zona onde se quer incentivar a cooperação comercial, o livre trânsito de pessoas, o compartilhamento de trabalho e de serviços entre países com diferenças socioeconômicas significativas e que, portanto, requer a intensificação de medidas de segurança, é desejável a aceleração dos procedimentos para efetivação de acordos internacionais que deem suporte à aproximação das instituições congêneres para que juntas, possam melhor tratar os interesses comuns e atender às reivindicações das comunidades fronteiriças.

203. A sistematização dos acordos binacionais e multilaterais é uma alternativa proposta para que se possam avaliar os termos vigentes em confronto com as demandas levantadas por ocasião das políticas definidas.

204. Outrossim, sugere-se alertar a Casa Civil acerca da necessidade de se aprimorar os procedimentos de formalização de acordos internacionais com os países vizinhos, dando-se atenção especial às etapas de tramitação que ora são praticadas, com vistas a tornar mais célere o seu processo de internalização.

205. A adoção das recomendações oferecidas trará maior legitimidade ao arcabouço normativo que sustenta a política nacional de fronteiras e fortalecerá os elementos relacionados à institucionalização, quais sejam normas, padrões e procedimentos que definam as arenas decisórias, a divisão de competências e as atribuições dos atores envolvidos.

206. Outro ponto verificado e considerado essencial para que se possa demonstrar, com transparência, a organização das ações da política e suas prioridades, de forma articulada com os resultados esperados e a estratégia governamental adotada, diz respeito à insuficiência de planos formulados para direcionar a atuação dos diversos órgãos, embasada na visão de futuro declarada, a ser perseguida por intermédio de objetivos e metas propostos.

207. Propõe-se a formalização de um instrumento que preveja as atividades necessárias e os recursos correspondentes para a sua realização, de forma logicamente encadeada, com os resultados que a política se propõe a realizar.

208. Além disso, apresenta-se como boa prática a pactuação de um referencial estratégico para a política, setorizado ou não, com a definição consensual de objetivos e metas, assim como a indicação de formas de medição dos resultados e adoção de ações corretivas.

209. Espera-se, com isso, elevar as chances de sucesso da governança desse conjunto de políticas públicas, na medida em que se indicará o trajeto a ser seguido pelas organizações, delineado em função de diretrizes, objetivos e metas, a serem operacionalizados de maneira coordenada, seguindo a lógica de intervenção que conduza à alteração da realidade da fronteira brasileira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. Proposta de Encaminhamento.

210. Ante o exposto, submete-se o presente relatório à consideração superior com as seguintes propostas:

I. **Dar ciência** ao Congresso Nacional e à Casa Civil da Presidência da República sobre a necessidade da aprovação de uma Política Nacional de Fronteiras como política de Estado, de modo a estabelecer as diretrizes e os limites da atuação do poder executivo, fixando as bases para uma boa governança na faixa de fronteira;

II. **Recomendar** à Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso III, do RI-TCU, que envide esforços no sentido de aperfeiçoar a sistemática de tramitação de Mensagens ao Congresso e Decretos de Promulgação relativos a tratados, acordos ou atos internacionais de que trata o art. 49, I, da Constituição Federal/88, com vistas a proporcionar maior celeridade no processo de internalização das referidas normas no direito nacional;

III. **Recomendar** aos coordenadores da CDIF (Ministério da Integração Nacional) e do Plano Estratégico de Fronteiras (Ministério da Defesa, Ministério da Justiça e Ministério da Fazenda), com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso III, do RI-TCU que, face à ausência da formalização de uma política nacional de fronteiras:

a) Articulem-se com os diversos órgãos e instituições integrantes dos colegiados sob suas coordenações (CDIF, COC e GGI-FRONs) e estabeleçam critérios e procedimentos de atuação integrada, com vistas à edição de normativos interinstitucionais que reduzam a termo as funções e responsabilidades das partes envolvidas, guardadas suas atribuições individuais dispostas em leis próprias de criação e respectivos regimentos internos;

b) Articulem-se com os demais membros integrantes da CDIF, com a finalidade de se editar um instrumento formal que consolide os elementos necessários para a caracterização de uma lógica de intervenção das políticas federais aplicadas à faixa de fronteira, sob os aspectos de desenvolvimento socioeconômico, segurança e integração, de forma a alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos em função dos problemas a serem atacados;

c) Convoquem os demais membros integrantes da CDIF a debaterem em torno de um processo de planejamento para as políticas federais voltadas para a faixa de fronteira, que compreenda as áreas de desenvolvimento, segurança e integração da região, de forma unificada ou setorizada, com a definição consensual dos objetivos coletivos e individuais a serem alcançados, respectivas metas e indicadores relacionados, de acordo com as prioridades estabelecidas, com a finalidade de se formalizar, de maneira legítima, instrumento de orientação estratégica a ser utilizado pelos órgãos que executam a política, facilitando, com isso, os procedimentos de monitoramento e avaliação e assegurando-se, também, a transparência sobre como os produtos e serviços estarão sendo prestados à sociedade;

d) Articulem os diversos órgãos e instituições sob sua coordenação com vistas a, primeiramente, promoverem a sistematização das cooperações vigentes, por áreas de atuação, de acordo com critérios pré-estabelecidos, para, então, confrontarem com as demandas necessárias para a concretização de trabalhos em parceria com os países limítrofes, e, assim, definirem as prioridades a serem encaminhadas ao Ministério das Relações Exteriores com a finalidade de celebrarem-se os acordos e tratados internacionais correspondentes;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

e) Identifiquem em um plano consolidado, complementar ao PPA, a previsão de recursos destinados à política aplicada à fronteira, incluindo montantes orçamentários e outras formas de financiamento, pessoal qualificado, infraestrutura física, sistemas de informação, entre outros, necessários à implementação dos programas relacionados ao desenvolvimento, integração e segurança da região;

IV. **Dar conhecimento** à Casa Civil da Presidência da República das recomendações expedidas aos Ministérios da Integração Nacional, da Defesa, da Justiça e da Fazenda neste relatório, para melhor exercício das competências estabelecidas no art. 2º, inciso I, alíneas "a", "c" e "d" da Lei 10.683/2003, aprovada pelo Decreto nº 5.135/2004;

V. **Dar conhecimento** do Acórdão que vier a ser prolatado, bem como do Voto e Relatório que o fundamentam, inclusive do Relatório da Unidade Técnica que compõe o documento, aos Presidentes das Comissões pertinentes da Câmara dos Deputados (Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDN, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO, Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEIC) e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – CRE, ao Coordenador da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento de Assuntos da Faixa de Fronteira, aos Ministros da Casa Civil, Defesa, Fazenda, Integração Nacional, Justiça e Relações Exteriores, aos Diretores-Gerais dos Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal e ao Secretário da Receita Federal do Brasil, para ciência e ampla divulgação interna, assim como ao Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador-Geral da República, para exercício de suas atribuições institucionais;

VI. **Determinar** à Secex-MS que:

a) Dê continuidade aos objetivos propostos neste trabalho mediante a avaliação, nas fases subsequentes, dos demais aspectos de governança nas políticas federais direcionadas à faixa de fronteira;

b) Apense os presentes autos àqueles que vierem a ser constituídos nas etapas seguintes deste trabalho.

Campo Grande (MS), em 10 de abril de 2015.

Assinado Eletronicamente
Abenathar Lopes de Araújo Jr
AUFC – Matrícula 3063-5

Assinado Eletronicamente
Luís Antônio Guimarães Corrêa
AUFC – Matrícula 3852-0

Assinado Eletronicamente
Mário Júnior Bertuol
AUFC – Matrícula 3057-0
Coordenador

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Referências

BRASIL. Blog da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. A faixa de fronteira. Disponível em http://cdif.blogspot.com.br/.

_____. Blog da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Plano Brasil Fronteira. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B5BeIYgngIvldFlwZHJKT1VIeU0/edit?pli=1.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.460/2013. Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594072.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 84 de 02/12/2014. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_02.12.2014/index.shtm.

_____. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

_____. Decreto nº 6.407, de 22/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255372&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB.

_____. Decreto s/n de 08/09/2010. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=241832&norma=262726&anexos=.

_____. Decreto nº 7.496, de 08/06/2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=263664&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB.

_____. Decreto nº 7638, de 08/12/2011. Altera o Decreto no 7.496, de 08/06/2011, que institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7638.htm.

_____. Lei nº 12.593, de 18/01/2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm.

_____. Lei nº 12.595, de 19/01/2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12595.htm.

_____. Lei nº 12.798, de 04/04/2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12798.htm.

_____. Lei nº 12.952, de 20/01/2014. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12952.htm.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-dcf6-43e1-9e64-6248ebd1353&groupId=10157.

_____. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional. Seminário Perspectivas para a Faixa de Fronteira. Disponível em http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/seminario_perspectivas_para_a_faixa_de_fronteira.pdf.

_____. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional. Anexo ao Seminário Perspectivas para a Faixa de Fronteira. Disponível em http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/anexo_do_seminario_perspectivas_para_a_faixa_de_fronteira.pdf.

_____. Tribunal de Contas da União. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/fiscalizacao_controle/normas_auditoria/BTCU-ESPECIAL-12-de-05-07-2011%20Normas%20de%20Auditoria_0.pdf.

_____. Tribunal de Contas da União. Publicações institucionais. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2686056.PDF.

GODOI, Rafael e CASTRO, Sérgio de. Fronteiras Abertas – Um retrato do abandono da Aduana Brasileira. Brasília-DF, 2010.

DIAS, Reinaldo e MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Editora Atlas. 2012.

UFRJ. Departamento de Geografia da UFRJ. Grupo Retis/UFRJ. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Glossário

Análise stakeholder – É um processo sistemático de coleta e análise de informação para a identificação dos principais atores envolvidos, dos seus interesses e do modo como esses interesses irão afetar os riscos e a viabilidade de programas ou projetos.

Análise SWOT – Ferramenta utilizada para fazer análise subjetiva das capacidades internas, para identificar as forças e as fraquezas da organização, e do ambiente externo no qual atua a organização, para apontar as oportunidades e ameaças presentes. A palavra SWOT é um acrônimo formado pelas palavras inglesas Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Estas quatro dimensões de estudo resultam em uma lista de prós e contras que auxiliam na tomada de decisão.

Árvore de Problemas – Técnica que facilita a identificação e a organização das causas e das consequências ou efeitos de um problema central por meio da representação gráfica da situação-problema (tronco), suas principais causas (raízes) e os efeitos negativos que ela provoca na população-alvo do projeto (galhos e folhas).

Diagrama de Verificação de Risco - É uma técnica da Gestão de Risco que visa gerenciar efeitos adversos que possam comprometer um processo de gestão a partir da análise do impacto e das probabilidades de ocorrência de risco no contexto dos controles existentes.

Matriz de planejamento - É um documento que relaciona, a partir do enunciado do objetivo da auditoria, as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, quais as informações requeridas, as fontes de informações, as técnicas de auditoria, as limitações e os possíveis achados de auditoria.

Modelo Lógico - Recurso metodológico para explicitar de maneira sistemática e visual a estrutura de programa orientado para resultados e facilitar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações programadas e as mudanças ou resultados que se espera alcançar.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Apêndices

Apêndice a –Documentos e análises de suporte das oportunidades de melhoria identificadas (achados de auditoria)

Oportunidade de melhoria (*Achado de Auditoria*)	Nome do Documento	Referência processual (Peça)	Referência no Relatório (Parágrafos)
A institucionalização de uma política formal, com a legitimidade do Congresso Nacional, pode servir como base fundamental para orientar a atuação do Estado na faixa de fronteira (3.1) *Não consta no arcabouço normativo brasileiro uma política nacional específica para a fronteira, formal e adequadamente instituída, para orientar a atuação integrada dos diversos órgãos e instituições encarregados da execução das ações de segurança, desenvolvimento e integração da região, nas esferas federal, estadual e municipal.*	Projeto de Lei 6.460/2013	140	28, 41
	Decreto 7.496/2011	140	19, 31
	Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010	140	31
	Decreto 6.407/2007	140	31
	PLS 380/2012	148	28
	Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – 2005	142	37
	Estudos da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional – 2011	144	37, 38
	Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – 2010	143	37
A edição de normativos interinstitucionais com atribuições e responsabilidades dos agentes governamentais na fronteira pode mitigar efeitos de sobreposições e lacunas de atuação (3.2). *O arcabouço normativo que sustenta a atuação governamental na fronteira, representado especialmente pelos Decretos s/nº, de 8 de setembro de 2010, e nº 7.496, de 8 de junho de 2011, embora tenha sua espinha dorsal lastreada na integração, não estabelece claramente as competências, atribuições, objetivos, responsabilidades, direitos e deveres dos diversos órgãos e instituições executores das políticas de segurança, desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, nas esferas federal, estadual e municipal.*	Decreto 7.496/2011	140	51, 57, 71,76
	Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010	140	51
	Plano de desenvolvimento regional e sustentável para a faixa de fronteira – Plano Brasil Fronteira	146	54
	Questionários	204	67, 68, 69, 71, 72, 74, 75,76

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Oportunidade de melhoria (*Achado de Auditoria*)	**Nome do Documento**	**Referência processual (Peça)**	**Referência no Relatório (Parágrafos)**
Acordos binacionais e multilaterais com países fronteiriços podem maximizar as iniciativas de cada País nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança (3.3) *Não foram definidas, como produto de trabalho dos fóruns de implementação das políticas federais para a região de fronteira (Centro de Operação Conjunta, Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira e Núcleos de Fronteira nos 11 Estados fronteiriços, Comissão Permanente de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira), diretrizes de integração com países vizinhos para promoção do desenvolvimento socioeconômico e da segurança daquele espaço territorial, com base nas necessidades levantadas pelos grupos formados para atuação coordenada.*	Decreto 7.496/2011 Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010 Questionários	140 140 204	83, 89 83, 90 86, 87, 88
Uma lógica de intervenção para a faixa de fronteira formalizada pode alinhar insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos da ação governamental em benefício da sociedade (4.1) *Ante as fragilidades já apontadas relacionadas à institucionalização da política e à inexistência de um plano que contemple diretrizes, prioridades e objetivos gerais para as áreas que envolvam o desenvolvimento, a segurança e a integração da fronteira, a análise da lógica de intervenção só é possível quando baseada em inferências nos eventuais e supostos benefícios trazidos pelas respectivas políticas setoriais aplicadas à faixa de fronteira.*	Projeto de Lei 6.460/2013 Decreto 7.496/2011 Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010 Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – 2005 Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira na fronteira – 2010 Texto para discussão do Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável para a Faixa de Fronteira – Plano Brasil Fronteira Exposição de Motivos Interministerial/MRE/MI/SRI-PR PLS 380/2012 Memória da IV Reunião Extraordinária da CDIF Planos de desenvolvimento e integração dos Estados fronteiriços Plano Brasil Fronteira	140 140 140 142 143 146 147 148 149 156 146	107 115 110, 113, 115 107 107 111 107 107 112 113 115, 127

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Oportunidade de melhoria (*Achado de Auditoria*)	**Nome do Documento**	**Referência processual (Peça)**	**Referência no Relatório (Parágrafos)**
A existência de um planejamento estratégico para a faixa de fronteira pode incentivar e aprimorar a coordenação dos órgãos governamentais e facilitar a consecução de seus objetivos (4.2) *Ainda não está declarada uma visão estratégica de longo prazo sobre a atuação governamental relativa às questões de fronteira. Não foi localizado um normativo vigente que explicite as prioridades, objetivos e metas a serem alcançados pelo conjunto de políticas federais que são executadas pelos órgãos integrantes do Plano Estratégico de Fronteiras - PEF e membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.*	Plano de desenvolvimento regional e sustentável para a faixa de fronteira – Plano Brasil Fronteira PPA 2012-2015 Questionários PPA 2012-2015	146 141 204 141	132 131,140,146 148, 149, 150 134, 137, 138, 139, 140, 144, 150
A consolidação de ações voltadas para a fronteira em plano específico, com sequenciamento de atividades e alocação de recursos necessários, facilitaria o processo de tomada de decisão e traria maior sustentabilidade para a política (4.3) *Não há planos específicos para a fronteira que reúnam as ações dos diversos órgãos que atuam na região e estabeleçam a programação de atividades a serem realizadas, em etapas, com alocação de recursos, incluindo orçamentos para projetar e orientar as provisões necessárias.*	Decreto 7.496/2011 Decreto s/n, de 8 de setembro de 2010 PPA 2012-2015	140 140 141	184 184 164, 165, 167, 168, 171, 177, 182, 185, 186

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Apêndice b – Detalhamento da Metodologia

Organização e escopo

1. Preliminarmente à realização do presente trabalho foi realizado um Levantamento, no bojo do TC 017.367/2013-1, no qual a equipe serviu-se das técnicas da Árvore de Problemas, Análise Stakeholder, Modelo Lógico, Análise SWOT, Diagrama de Verificação de Risco e Matriz de Planejamento, expediu ofícios de solicitação, realizou entrevistas, aplicou questionários, consolidou as informações e elaborou uma Matriz de Riscos, em função da qual propôs a realização de ações de controle.

2. A ação de controle que constitui o objetivo desta auditoria é estabelecer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança das políticas públicas voltadas à faixa de fronteira.

3. Para perseguir esse intento, o objeto dos trabalhos foi identificar a eficiência, a eficácia e a efetividade da execução das políticas federais aplicadas naquele espaço.

4. Contudo, como ficou constatado no Levantamento que não existe uma política pública específica para a faixa de fronteira, adotou-se a abordagem ilustrada pela figura a seguir:

5. Nessa figura, a circunferência maior representa as políticas públicas nacionais e a menor (central) as parcelas dessas políticas que são aplicadas na região de fronteira. O setor evidenciado como “Política Pública para a Fronteira” é composto por essas parcelas das políticas federais mais vinculadas aos principais problemas da faixa de fronteira, que são desenvolvimento, integração, defesa e segurança pública: Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, Política Externa, Política Nacional de Defesa e Política Nacional de Segurança Pública.

6. Esse conjunto de políticas foi analisado sob a ótica de cada um dos seus componentes, tal como definidos no Referencial do TCU para Avaliação de Governança em Políticas Públicas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Componentes do Modelo Referencial do TCU para Avaliação de Governança em Políticas Públicas

7. Para realizar essa análise, foram formuladas nove questões de auditoria relacionadas aos principais aspectos de cada um dos componentes de governança adotados pelo TCU, expostas a seguir:

1. Em que medida a política nacional de fronteira está formal e adequadamente institucionalizada;

2.1. De que forma a lógica de intervenção da política nacional de fronteira está alinhada com seus componentes e resultados esperados;

2.2. De que forma os órgãos partícipes estabelecem o planejamento estratégico da política nacional de fronteira e como se alinham à política;

3. De que maneira ocorre a participação social e das partes interessadas no âmbito da política pública;

4. Em que medida os órgãos governamentais estão estruturados e dispõem de recursos suficientes para executar a Política Nacional de Fronteira;

5. Em que medida as esferas de governo e os órgãos envolvidos com a política pública atuam de maneira coerente e coordenada;

6. Em que medida o sistema de monitoramento e avaliação da política pública está adequadamente estruturado para produzir informações com vistas a retroalimentar os processos decisórios de forma a favorecer o aprendizado e o aperfeiçoamento das ações para o alcance dos resultados;

7. De que maneira os controles internos envolvidos estão estruturados para identificar e responder aos principais riscos da política pública e

8. Se os arranjos para promoção da accountability preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, que assegurem a transparência das ações e dos resultados da política pública.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. Para responder às questões de auditoria foi construída a Matriz de Planejamento (Apêndice a do Projeto de Auditoria), que orientou a definição dos órgãos e unidades detentores das informações requeridas e dos instrumentos de coleta de dados.

9. Contudo, no correr dos trabalhos ficaram evidentes três pontos:

a) Que o volume de dados levantado para esta auditoria reuniu um significativo conjunto de inter-relações entre temas que possuem alto grau de conexão, fato que requer exame cuidadoso da matéria para que não haja prejuízo da análise;

b) Que a implementação da governança de políticas públicas se dá em três estágios bem distintos: o básico, formado pelos componentes "Institucionalização" e "Planos e Objetivos", essencial para que se determine o que e como fazer; o intermediário, composto pelos elementos "Participação", "Capacidade Organizacional e Recursos" e "Coordenação e Coerência", em que se define a forma e meios de atuação; e o coroamento do conjunto, constituído pelos componentes "Monitoramento e Avaliação", "Gestão de Riscos e Controle Interno" e "Accountability", que possibilitam o controle e o gerenciamento dos esforços aplicados;

c) Que a expedição de um conjunto de recomendações englobando esses três estágios, quando sequer o primeiro foi devidamente tratado seria contraproducente, pois os órgãos precisam de tempo para se articularem e reunirem as condições necessárias para a adoção das providências requeridas.

10. Em função do acima exposto, optou-se por restringir o alcance do presente trabalho às três primeiras questões de auditoria, postergando as análises dos demais aspectos para serem efetuadas em outros dois relatórios, baseados nos mesmos dados obtidos nesta ocasião.

Não escopo

11. Pelas razões acima apresentadas, não serão abordadas neste relatório as questões de auditoria enumeradas de 3 a 8.

12. Cumpre destacar que a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não foi incluída no escopo da auditoria por já ter sido objeto de auditoria operacional realizada pela mesma equipe em 2011, no bojo do TC 026.155/2011-7.

13. Também deve ser esclarecido que o escopo desta auditoria não inclui avaliar a gestão dos diversos órgãos federais responsáveis pela concretização das políticas públicas para a faixa de fronteira e, tampouco, avaliar a governança dos órgãos estaduais e municipais envolvidos.

Critérios

14. Os principais critérios de avaliação adotados nos trabalhos de auditoria foram:

- Constituição Federal de 1988, notadamente os artigos 21, 91 e 144;
- Decreto nº 7.496/2011, que criou o Plano Estratégico de Fronteiras, sua Exposição de Motivos e os Termos de Adesão dos Estados e Acordos de Cooperação dele decorrentes;
- Regimentos Internos do Centro de Operações Conjuntas - COC e dos 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGIF;
- Decreto de 8 de setembro de 2010, que instituiu a CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira e sua Exposição de Motivos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

- Decretos Estaduais que criaram os 11 Núcleos de Fronteira e Regimentos internos destes;
- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, que dispôs sobre a Política Nacional de Defesa;
- Decreto nº 6703/2008, que estabeleceu a Estratégia Nacional de Defesa;
- Normativos regentes da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON e do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON;
- Texto para Discussão do Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável para a Faixa de Fronteira – Plano Brasil Fronteira;
- Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, já aprovado pelo Senado Federal, sob o nº 380/2012, e que tramita na Câmara dos Deputados, sob o nº 6.460/2013;
- Processos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão dos órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI;
- Regulamentações e atas dos colegiados;
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 e seus anexos;
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2012, e seus anexos;
- Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2013, e seus anexos;
- Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2014, e seus anexos;
- Dados sobre Gastos Diretos do Governo e Transferências de Recursos, disponíveis no Portal da Transparência, endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/.

Locais visitados

15. O critério de escolha dos locais a serem visitados durante a fase de execução da auditoria, além dos órgãos centrais, foi o de importância no volume de comércio internacional em cada Estado fronteiriço em que existam vias de acesso aos países vizinhos. Dentre todos os Estados fronteiriços, o único que não teve localidades selecionadas foi o Pará, por não ter vias de acesso e postos aduaneiros na fronteira. As localidades selecionadas foram:

Estado	Cidades selecionadas
Acre	Assis Brasil
Amapá	Oiapoque
Rondônia	Guajaramirim
Roraima	Pacaraima
Amazonas	Tabatinga
Mato Grosso	Cáceres
Mato Grosso do Sul	Ponta Porã e Corumbá
Paraná	Foz do Iguaçu e Guaíra/Mundo Novo - MS
Santa Catarina	Dionísio Cerqueira
Rio Grande do Sul	Uruguaiana e Santana do Livramento

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Instrumentos de Coleta de Dados

16. Para que as questões de auditoria fossem respondidas a contento, adotaram-se como instrumentos de coleta de dados, os a seguir dispostos e relacionados na matriz de planejamento que constitui o Apêndice a do Projeto de Auditoria anexo:

- Ofícios de solicitação de informações;
- Entrevistas de questões abertas e fechadas;
- Questionários eletrônicos;
- Revisão documental;
- Revisão Legal;
- Estudo orçamentário comparativo;
- Estudo financeiro comparativo;
- Observação direta; e
- Cruzamentos de bases de dados.

Procedimentos adotados

17. Conforme já anteriormente noticiado, preliminarmente à realização do presente trabalho foi realizado um Levantamento, no bojo do TC 017.367/2013-1, no qual a equipe serviu-se das técnicas da Árvore de Problemas, Análise Stakeholder, Modelo Lógico, Análise SWOT, Diagrama de Verificação de Risco e Matriz de Planejamento, expediu ofícios de solicitação, realizou entrevistas, aplicou questionários, consolidou as informações e elaborou uma Matriz de Riscos, em função da qual propôs a realização de ações de controle.

18. A ação de controle a que esta auditoria se propõe é estabelecer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança das políticas públicas voltadas à faixa de fronteira.

19. Este trabalho consistiu na elaboração das questões de auditoria que deram origem à Matriz de Planejamento e, com base nesta, definição dos órgãos e unidades detentores das informações requeridas e dos instrumentos de coleta de dados.

20. Definidos os mecanismos de obtenção de dados e as fontes de informação, expediram-se ofícios de solicitação de informações aos órgãos centrais e, com base na Matriz de Planejamento e nas respostas até então obtidas, confeccionou-se os questionários a serem aplicados em cada órgão, conforme seu papel na execução das políticas públicas analisadas.

21. Procedeu-se, então, à execução da auditoria-piloto, realizada em Mato Grosso do Sul, na qual a equipe aplicou os questionários junto aos representantes locais dos órgãos envolvidos, avaliando, durante a própria execução, a clareza e pertinência das questões formuladas.

22. Feitos os ajustes devidos, realizou-se um “workshop” com os auditores designados para fazerem as auditorias nos demais Estados fronteiriços, para orientá-los quanto ao teor e propósitos da auditoria, bem como quanto à forma de desempenharem o seu papel nesta.

23. Iniciada a fase de execução, a equipe deslocou-se a Brasília, onde aplicou os questionários junto aos representantes dos órgãos centrais, não se descuidando de coordenar a execução nos Estados em que esta já estava em curso.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

24. Ao final desta etapa, consolidaram-se as respostas aos questionários, e estabeleceram-se as conclusões deles resultantes.

Conformidade com as NAT do TCU:

25. As análises e conclusões finais do presente trabalho serão efetuadas em conformidade com as normas e técnicas de auditoria aceitas pelo Tribunal.

26. Todas as evidências coletadas durante a execução do trabalho serão submetidas à aplicação de testes de suficiência, relevância e confiabilidade.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Apêndice c – Auditores de outras unidades que participaram dos trabalhos

Aplicação de questionários no Estado do Acre

Samir Freitas Maia Porto, AUFC matrícula nº 10174-5, lotado na Secex-RO

Gérson Dias Alves, AUFC matrícula nº 10190-7, lotado na Secex-RO

Aplicação de questionários no Estado do Amazonas

Jorge Isper Abrahim Filho, AUFC matrícula nº 903-2, lotado na Secex-AM

Regivalder Pereira da Silva, AUFC matrícula nº 10200-8, lotado na Secex-MT

Aplicação de questionários no Estado do Amapá

Edem Mendes Terra Júnior, AUFC matrícula nº 10223-7, lotado na Secex-AP

Paulo Sérgio Alves Bezerra, AUFC matrícula nº 3587-4, lotado na Secex-AP

Aplicação de questionários no Estado do Mato Grosso

Regivalder Pereira da Silva, AUFC matrícula nº 10200-8, lotado na Secex-MT

Martin Mastelaro Pompeu de Barros, AUFC matrícula nº 10213-0, lotado na Secex-MT

Aplicação de questionários no Estado do Pará

Armildo Vendramin, AUFC matrícula nº 3179-8, lotado na Secex-PA

Edem Mendes Terra Júnior, AUFC matrícula nº 10223-7, lotado na Secex-AP

Aplicação de questionários no Estado do Paraná

Osmar Metzner, AUFC matrícula nº 2824-0, lotado na Secex-PR

Luiz Alexandre Schroeder Reis, AUFC matrícula nº 568-1, lotado na Secex-PR

Aplicação de questionários no Estado de Rondônia

Samir Freitas Maia Porto, AUFC matrícula nº 10174-5, lotado na Secex-RO

Gérson Dias Alves, AUFC matrícula nº 10190-7 0, lotado na Secex-RO

Aplicação de questionários no Estado de Roraima

Felipe Elias Tenório Ferreira, AUFC matrícula nº 7597-3, lotado na Secex-RR

Gérson Dias Alves, AUFC matrícula nº 10190-7, , lotado na Secex--RO

Aplicação de questionários no Estado do Rio Grande do Sul

Geraldo Márcio Rocha de Abreu, AUFC matrícula nº 2871-1, lotado na Secex-RS

Wagner Alves de Oliveira, AUFC matrícula nº 4550-0, lotado na Secex-RS

Aplicação de questionários no Estado de Santa Catarina

Geraldo Márcio Rocha de Abreu, AUFC matrícula nº 2871-1, lotado na Secex-RS

Wagner Alves de Oliveira, AUFC matrícula nº 4550-0, lotado na Secex-RS

Validação da Matriz de Planejamento e Questionários

Filipe Castro Nicolli, AUFC matrícula nº 4220-0, lotado na Secex-Admin

Agostinho Garrido Teixeira de Carvalho, AUFC matrícula nº 6462-9, lotado na Secex-Fazenda

Confecção da Matriz de Planejamento

Tiago Modesto Carneiro, AUFC matrícula nº 6583-8, lotado na Secex Ambiental

Robson Hugo Araújo dos Santos , AUFC matrícula nº 9141-3, lotado na Secex-Defesa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Apêndice d – Instrumentos de Coleta de Dados

Questionário aplicado ao Ministério da Defesa 48
Questionário aplicado ao Ministério da Justiça 74
Questionário aplicado ao Ministério da Fazenda 91
Questionário aplicado ao Ministério da Integração Nacional 114
Questionário aplicado ao Ministério das Relações Exteriores 127
Questionário aplicado ao Vice Presidente da República 140
Questionário aplicado ao Diretor Geral da Polícia Federal 157
Questionário aplicado ao Diretor Geral da Polícia Rodoviária Federal 177
Questionário aplicado à Secretária da Secretaria Nacional de Segurança Pública 197
Questionário aplicado ao Secretário da Receita Federal do Brasil 227
Questionário aplicado aos Secretários Estaduais de Segurança Pública / Justiça.....246
Questionário aplicado aos Coordenadores dos Núcleos Estaduais da Fronteira.....265
Questionário aplicado aos Superintendentes da Polícia Federal.....279
Questionário aplicado aos Superintendentes da Polícia Rodoviária Federal 297
Questionário aplicado aos Superintendentes da Receita Federal do Brasil 315
Questionário aplicado aos Delegados-Chefes da Polícia Federal nas Cidades de Fronteira 333
Questionário aplicado aos Delegados/Inspetores da Receita Federal nas Cidades de Fronteira 350

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 148 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública."

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 As atribuições exercidas por esse Ministério, em atuação direta ou delegada, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Informe a norma:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '1 [A3]' (Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras: 1.1 As atribuições exercidas por esse Ministério, em atuação direta ou delegada, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.2 Esse Ministério, por intermédio de suas Unidades Militares, participa das reuniões:

1.2.1 do Centro de Operações Conjuntas - COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.2.2. dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGI-Fron´s

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.3 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Informe as fontes: *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A5]' (1.3 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira:

1.4.1 Esse Ministério, por intermédio de suas Unidades Militares, participa das reuniões da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.4.2 Esse Ministério, por intermédio de suas Unidades Militares, participa das reuniões dos Núcleos de Fronteira dos Estados, instituídas no âmbito da CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Informe a(s) norma(s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '9 [A8]' (1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.6 Houve demandas por acordos ou tratados, do conhecimento desse Ministério?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

1.6.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '11 [A9]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.6 Houve demandas por acordos ou tratados, do conhecimento desse Ministério?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.6.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '12 [A10]' (1.6.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores

2.1 No que diz respeito à origem do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Houve estudos que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados
- ◯ Houve estudos, porém os resultados esperados não foram objetivamente identificados e definidos
- ◯ Não houve estudos documentados
- ◯ Desconheço

2.2 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não há referencial estratégico
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ◯ Desconheço

2.3 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

2.4 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.5 Há metas relacionadas a cada um deles

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.6 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores:

3.1 Pode-se afirmar que ocorreu na formulação do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.3.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regular
- ◯ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são as bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '27 [C7]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atribuições subsidiárias das Forças Armadas para atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 As atribuições previstas no art. 16-A da Lei Complementar nº 97/1999, com a redação dada pela Lei Complementar nº 136/2010, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Cite a (s) norma (s) regulamentadoras

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '29 [D1]' (4.1 As atribuições previstas no art. 16-A da Lei Complementar no 97/1999, com a redação dada pela Lei Complementar nº 136/2010, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

4.2 O efetivo de militares existente é suficiente para o exercício dessas atribuições durante o ano inteiro?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.3 O efetivo necessário para o desempenho satisfatório dessas atribuições é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.4 O critério efetivamente utilizado para definição do efetivo destinado a essas atribuições é adequado.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 O nível de treinamento dos militares designados para as atividades de patrulhamento, de revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves, assim como de prisões em flagrante delito, é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Avalie a suficiência de cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Radares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 As necessidades operacionais (treinamentos e recursos materiais) para essas atividades no processo de planejamento orçamentário plurianual são atendidas .

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.10 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.11 Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.12 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Com relação às ações de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

4.13 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

Considerando as atribuições subsidiárias das Forças Armadas para atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, nos termos da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda.
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios.

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Ministério / Forças Armadas com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Ministério da Fazenda	Ministério da Justiça	Ministério das Relações Exteriores	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.	Polícia Federal	Polícia Rodoviária Federal	Receita Federal do Brasil	Agência Brasileira Inteligência - ABIN	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Força Nacional	Polícias Estaduais de Fronteira	Secretarias Estaduais de Segurança Pública
Insuficiente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Regular	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Boa/Ótima	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Inexistente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.6 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Outros: [ ]

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais as outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas, além das Operações Ágata e Sentinela?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '78 [E9]' (5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Os órgãos/entidades componentes do Plano Estratégico de Fronteiras participam do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.11 Esse Ministério tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.12 Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011, nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça

2012 _____
2013 _____
2014 _____

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.13 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.14 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons relativamente às respectivas demandas e decisões.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '94 [E16]' (5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '96 [E18]' (5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '98 [E20]' (5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.18 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Ministério e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.19 Entre esse Departamento e demais órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.20 Esse Ministério tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.21 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.22 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Com relação às ações de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

5.23 Esse Ministério / Forças Armadas realiza trabalhos de forma integrada com outros membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.24 Esse Ministério / Forças Armadas realiza trabalhos em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.25 Esse Ministério tem acesso às atividades e resultados obtidos pelos demais membros da CDIF em ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.26 Os demais membros da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério nas ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.27 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento da política de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '110 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano são formalizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano, são gerenciados por sistemas informatizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas nos exercícios abaixo, ou ´---' caso desconheça

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.8 Os processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '118 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	São formalizados	São gerenciados por sistemas informatizados
Sim	◯	◯
Não	◯	◯
Desconheço	◯	◯

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6.9 Informe o número de avaliações das ações coordenadas realizadas nos exercícios abaixo, ou ´---' caso desconheça

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '118 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

2012
2013
2014

6.10 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação das ações coordenadas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '118 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

6.11 Os relatórios de avaliação das ações coordenadas são divulgados a todos os participantes?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '118 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

6.12 Os dados constantes nos relatórios de avaliações das ações coordenadas são utilizados para o aperfeiçoamento dessas políticas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '118 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados as ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF:

7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '132 [G9]' (7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados as ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF: 7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [G10]' (7.2.1.1. Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério:

8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Caso seja corresponsável, com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '140 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '140 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '143 [H4]' (8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes ao Plano.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Militar	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	◯	◯	◯	◯
Não	◯	◯	◯	◯

No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério:

8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '146 [H10]' (No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério: 8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8.5 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes à promoção de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Militar	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	○	○	○	○
Não	○	○	○	○

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Justiça

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 143 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública."

1.1 Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Informe a norma:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '1 [A3]' (1.1 Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras: As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.2 Esse Ministério participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Informe as fontes: *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '4 [A5]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira:

1.4 Esse Ministério participa das reuniões da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Informe a(s) norma(s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '7 [A8]' (1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.6 Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

1.6.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '9 [A9]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.6 Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

1.6.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '9 [A9]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.6 Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores

2.1 No que diz respeito à origem do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Houve estudos que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados
- ○ Houve estudos, porém os resultados esperados não foram objetivamente identificados e definidos
- ○ Não houve estudos documentados
- ○ Desconheço

2.2 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconheço

2.3 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

2.4 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 Há metas relacionadas a cada um deles

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.7 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores:

3.1 Pode-se afirmar que ocorreu na formulação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não ocorre
- ○ Ocorre de modo informal
- ○ Ocorre de modo formal
- ○ Desconheço

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nas discussões
- ○ Nas decisões

3.3.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Somente quando convidadas
- ○ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Regular
- ○ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são as bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' *ou* 'Sim' na questão '27 [C7]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

4.1 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

4.2 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda.
- ○ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios.

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ○ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ○ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ○ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ○ Não participa

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Ministério com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

5.4 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.5 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Desconheço
- ☐ Outros: [ ]

5.6 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais as outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas, além das Operações Ágata e Sentinela?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '64 [E9]' (5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.9 Os órgãos/entidades componentes do Plano Estratégico de Fronteiras participam do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.10 Esse Ministério tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.11 Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011, nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça:

2012
2013
2014

5.12 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

5.13 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '80 [E16]' (5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais os órgãos beneficiados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '82 [E18]' (5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '84 [E20]' (5.16 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Ministério e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.18 Entre os órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.19 Esse Ministério tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.20 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.21 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Com relação às ações de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

5.22 Esse Ministério realiza trabalhos de forma integrada com outros membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.23 Esse Ministério realiza trabalhos em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.24 Esse Ministério tem acesso às atividades e resultados obtidos pelos demais membros da CDIF em ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.25 Os demais membros da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério nas ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.26 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento da política de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano são formalizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

São gerenciados por sistemas informatizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas nos exercícios abaixo, ou ´---' caso desconheça:

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6.8 Os processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas

São Formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

São gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.9 Informe o número de avaliações das ações coordenadas realizadas nos exercícios abaixo, ou ´---' caso desconheça:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.10 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação das ações coordenadas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

6.11 Os relatórios de avaliação das ações coordenadas são divulgados a todos os participantes?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

6.12 Os dados constantes nos relatórios de avaliações das ações coordenadas são utilizados para o aperfeiçoamento dessas políticas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [F9]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira: 6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados às ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF:

7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G9]' (7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados às ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF: 7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '122 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério:

8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Caso seja corresponsável, com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '130 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '130 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [H4]' (8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério:

8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '138 [H10]' (No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério: 8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.5 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes à promoção de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Fazenda

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 138 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública."

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Informe a norma:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '1 [A3]' (Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras: 1.1 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.2 Esse Ministério participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Informe as fontes: *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '4 [A5]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira:

1.4 Esse Ministério participa das reuniões da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Informe a(s) norma(s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '7 [A8]' (1.5 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.6 Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

1.6.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '9 [A9]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.6 Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

1.6.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '10 [A10]' (1.6.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores

2.1 No que diz respeito à origem do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Houve estudos que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados
- ○ Houve estudos, porém os resultados esperados não foram objetivamente identificados e definidos
- ○ Não houve estudos documentados
- ○ Desconheço

2.2 Com relação à existência de um referencial específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconheço

2.3 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

2.4 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 Há metas relacionadas a cada um dele

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.7 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras, do qual esse Ministério é um dos coordenadores:

3.1 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na formulação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não ocorre
- ○ Ocorre de modo informal
- ○ Ocorre de modo formal
- ○ Desconheço

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nas discussões
- ○ Nas decisões

3.3.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Somente quando convidadas
- ○ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Regular
- ○ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Desconheço' na questão '22 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são as bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '27 [C7]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano Estratégico de Fronteiras?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

4.1 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.2 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda.
- ○ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios.

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ○ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ○ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ○ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Ministério com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

5.4 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.5 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Desconheço
- ☐ Outros: [ ]

5.6 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconhece

5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais as outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas, além das Operações Ágata e Sentinela?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '63 [E9]' (5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.9 Os órgãos/entidades componentes do Plano Estratégico de Fronteiras participam do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.10 Esse Ministério tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.11 Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas - COC, ou ´---' caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

5.12 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

5.13 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '79 [E16]' (5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais os órgãos beneficiados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '81 [E18]' (5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.16 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '83 [E20]' (5.16 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Ministério e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.18 Entre os órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.19 Esse Ministério tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.20 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.21 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Com relação às ações de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

5.22 Esse Ministério realiza trabalhos de forma integrada com outros membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.23 Esse Ministério realiza trabalhos em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.24 Esse Ministério tem acesso às atividades e resultados obtidos pelos demais membros da CDIF em ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.25 Os demais membros da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério nas ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.26 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento da política de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '96 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas:

São formalizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

são gerenciados por sistemas informatizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

6.7 Existem processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6.8 Os processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas:

São Formalizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

são gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

6.9 Informe o número de avaliações das ações coordenadas realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.10 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação das ações coordenadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.11 Os relatórios de avaliação das ações coordenadas são divulgados a todos os participantes?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.12 Os dados constantes nos relatórios de avaliações das ações coordenadas são utilizados para o aperfeiçoamento dessas políticas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados às ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '120 [G9]' (7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados às ações no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF 7.2.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '121 [G10]' (7.2.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério:

8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '129 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '129 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, na condição de um dos Coordenadores do Plano, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '132 [H4]' (8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes ao Plano.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	○	○	○
Não	○	○	○

No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério:

8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '135 [H10]' (No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, esse Ministério: 8.4 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por essas ações?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.6 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes à promoção de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	○	○	○
Não	○	○	○

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Integração Nacional

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability.*

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 71 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública."

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Informe a norma:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '1 [A3]' (Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras: 1.1 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, por esse Ministério, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.2 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução dessas ações?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Informe as fontes: *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A5]' (1.2 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução dessas ações?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:
Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

1.3.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A9]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: Houve demandas do conhecimento desse Ministério, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

1.3.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '6 [A10]' (1.3.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Relativamente ao Plano Brasil Fronteira, ainda não oficializado:

2.1 No que diz respeito à origem do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Houve estudos que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados
- ○ Houve estudos, porém os resultados esperados não foram objetivamente identificados e definidos
- ○ Não houve estudos documentados

2.2 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado

2.3 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas

2.4 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 Há metas relacionadas a cada um dele

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.7 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das partes interessadas na atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira, e no Plano Brasil Fronteira, ainda não oficializado:

3.1 Pode-se afirmar que ocorreu na formulação do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.3 Caso ocorra, predominantemente:

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

Caso ocorra, predominantemente:

3.3.2 Qual a forma de participação?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regular
- ◯ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '18 [C2]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre essa participação na execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são as bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '23 [C7]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

4.1 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF e das ações desenvolvidas nos programas destinados à faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 Os recursos financeiros solicitados para a execução dos programas destinados à faixa de fronteira, no âmbito da PNDR, têm sido liberados conforme o previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1. No que se refere às ações integradas de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, avalie a qualidade da articulação desse Ministério com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da Rep.	Ministério das Relações Exteriores	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Rep.	Ministério do Turismo	Ministério da Fazenda	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Ministério da Defesa	Ministério da Educação	Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Trabalho	Ministério da Justiça	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Insuficiente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Regular	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Boa/Ótima	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Inexistente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Previdência Social	Ministério da Cultura	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Associação Brasileira de Municípios	Confederação Nacional dos Municípios	Frente Nacional de Prefeitos	Conselho de Desenv. dos Munic. Lindeiros ao Lago de Itaipu	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL	Fórum de Governadores da Amazônia Legal	Fórum de Governadores do CODESUL	Estado do Amazonas
Insuficiente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Regular	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Boa/Ótima	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Inexistente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Estado do Acre	Estado de Rondônia	Estado do Amapá	Estado Pará	Estado de Roraima	Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso do Sul	Estado do Paraná	Estado de Santa Catarina	Estado do Rio Grande do Sul
Insuficiente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Regular	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Boa/Ótima	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Inexistente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

5.2 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.3 Informe o número de reuniões ocorridas da CDIF, ou ´---' caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

5.4 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da Rep.	Ministério das Relações Exteriores	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Rep.	Ministério do Turismo	Ministério da Fazenda	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Ministério da Defesa	Ministério da Educação	Ministério da Saúde	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Ministério do Meio Ambiente	Ministério do Trabalho	Ministério da Justiça	Ministério do Desenvolvimento Agrário
Nunca	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Eventualmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Frequentemente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Sempre	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Previdência Social	Ministério da Cultura	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Associação Brasileira de Municípios	Confederação Nacional dos Municípios	Frente Nacional de Prefeitos	Conselho de Desenv. dos Munic. Lindeiros ao Lago de Itaipu	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - CODESUL	Fórum de Governadores da Amazônia Legal	Fórum de Governadores do CODESUL
Nunca	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Eventualmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Frequentemente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Sempre	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Núcleo de Fronteira do Estado do Amazonas	Núcleo de Fronteira do Estado do Acre	Núcleo de Fronteira do Estado de Rondônia	Núcleo de Fronteira do Estado do Amapá	Núcleo de Fronteira do Estado Pará	Núcleo de Fronteira do Estado de Roraima	Núcleo de Fronteira do Estado de Mato Grosso	Núcleo de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul	Núcleo de Fronteira do Estado do Paraná	Núcleo de Fronteira do Estado de Santa Catarina	Núcleo de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul
Nunca	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Eventualmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Frequentemente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Sempre	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

5.5 Há interação entre a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF e os Núcleos de Fronteira Estaduais - NFs relativamente às respectivas demandas e decisões

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.6 Há sistemas de informação geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes da CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '38 [E18]' (5.6 Há sistemas de informação geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes da CDIF)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Há sistemas geridos por outros órgãos componentes da CDIF disponibilizados a esse Ministério

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '40 [E20]' (5.7 Há sistemas geridos por outros órgãos componentes da CDIF disponibilizados a esse Ministério)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.8 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Ministério e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.9 Esse Ministério tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes da CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.10 Os demais partícipes da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.11 O acesso aos resultados obtidos nas ações proporcionadas pela CDIF contribui para aperfeiçoamento da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira:

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano são formalizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano, são gerenciados por sistemas informatizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.3 Informe o número de avaliações realizadas na PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira realizadas , ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a todos os componentes do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno na execução da PNDR, especificamente nos programas destinados à faixa de fronteira:

7.1.1 A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação

No que tange à PNDR, especificamente quanto aos programas destinados à faixa de fronteira, na condição de coordenador da CDIF, esse Ministério:

8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Caso seja corresponsável, com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '65 [H1]' (No que tange à PNDR, especificamente quanto aos programas destinados à faixa de fronteira, na condição de coordenador da CDIF, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '65 [H1]' (No que tange à PNDR, especificamente quanto aos programas destinados à faixa de fronteira, na condição de coordenador da CDIF, esse Ministério: 8.1 Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Como o faz?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '68 [H4]' (8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes ao Plano.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	◯	◯	◯
Não	◯	◯	◯
Não se aplica	◯	◯	◯

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério das Relações Exteriores

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability.*

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 73 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 Esse Ministério participa das reuniões:

1.1.1 do Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira – GGI – Fron

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira:

1.2 As atribuições exercidas por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Informe a(s) norma(s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A3]' (Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira: 1.2 As atribuições exercidas por esse Ministério, na condição de membro da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.3 Esse Ministério participa das reuniões:

1.3.1 da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.3.2 dos Núcleos de Fronteira dos Estados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.4 Desde 2011, houve demandas junto ao MRE por parte dos Ministérios da Defesa, Justiça ou Fazenda, coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, incluindo seus órgãos vinculados, bem como dos órgãos e entidades congêneres dos países vizinhos, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de defesa, segurança pública e controle transfronteiriço

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

1.4.1 Quais foram essas demandas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '7 [A7]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Desde 2011, houve demandas junto ao MRE por parte dos Ministérios da Defesa, Justiça ou Fazenda, coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, incluindo seus órgãos vinculados, bem como dos órgãos e entidades congêneres dos países vizinhos, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de defesa, segurança pública e controle transfronteiriço)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.4.2 Quais resultaram em celebração de acordos ou tratados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '7 [A7]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Desde 2011, houve demandas junto ao MRE por parte dos Ministérios da Defesa, Justiça ou Fazenda, coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras, incluindo seus órgãos vinculados, bem como dos órgãos e entidades congêneres dos países vizinhos, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de defesa, segurança pública e controle transfronteiriço)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.5 Desde 2010, houve demandas junto ao MRE por parte do Ministério da Integração Nacional, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, incluindo os Ministérios e órgãos vinculados que integram a referida Comissão, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de desenvolvimento da fronteira e integração com países vizinhos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1.5.1 Quais foram essas demandas?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '10 [A10]' (1.5 Desde 2010, houve demandas junto ao MRE por parte do Ministério da Integração Nacional, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, incluindo os Ministérios e órgãos vinculados que integram a referida Comissão, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de desenvolvimento da fronteira e integração com países vizinhos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.5.2 Quais resultaram em celebração de acordos ou tratados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '10 [A10]' (1.5 Desde 2010, houve demandas junto ao MRE por parte do Ministério da Integração Nacional, Coordenador da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF, incluindo os Ministérios e órgãos vinculados que integram a referida Comissão, com vistas a celebração de acordos ou tratados com países limítrofes que tratem de assuntos ligados às áreas de desenvolvimento da fronteira e integração com países vizinhos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.6 Quais são os fatores, internos e externos a esse Ministério, que prejudicam a celeridade da tramitação dos processos de negociação com países limítrofes?

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.7 Quais as medidas adotadas pelo Itamaraty para tornar mais ágil a tramitação?

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.8 Quais as particularidades levadas em conta nas negociações com países limítrofes comparativamente aos demais países?

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '17 [B1]' (Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras: 2.1 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '17 [B1]' (Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras: 2.1 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 – 2013

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '17 [B1]' (Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras: 2.1 Os objetivos estratégicos desse Ministério concorrem para a execução do Plano.)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atribuições desse Ministério concernentes a relações e negociações com os países limítrofes:

4.1 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.2 Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.3 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

4.4 Existe uma estrutura interna nesse Ministério específica para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1. Avalie a qualidade da articulação desse Ministério com os órgãos/entidades relacionados a seguir, no concernente à execução do Plano

Ministério da Fazenda

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos / entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Necessidade de sigilo
- [ ] Falta de confiança
- [ ] Entraves de ordem legal
- [ ] Cultural
- [ ] Corporativismo
- [ ] Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- [ ] Outros:

5.3 Esse Ministério participa do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.4 Informe o número de reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC das quais esse Ministério participou, nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça

2012
2013
2014

5.5 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Em caso positivo, quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '39 [E5]' (5.5 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Ministério que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.6 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Em caso positivo, quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '41 [E7]' (5.6 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Ministério)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Ministério e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.8 Esse Ministério tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.9 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Com relação às ações de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira:

5.10 Esse Ministério realiza trabalhos de forma integrada com outros membros da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.11 Esse Ministério tem acesso às atividades e resultados obtidos pelos demais membros da CDIF em ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.12 Os demais membros da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Ministério nas ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.13 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento da política de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais São?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '51 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '51 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '53 [F3]' (6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano: São formalizados)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação desse Ministério no Plano realizadas, ou "---" caso desconheça, nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '51 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

2012 ☐
2013 ☐
2014 ☐

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano aplicáveis a esse Ministério?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '51 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a esse Ministério?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF:

6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.7 Os processos de monitoramento e avaliação das ações coordenadas:

São formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.8 Informe o número de avaliações da participação desse Ministério nas ações coordenadas, ou "---" caso desconheça, realizadas nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.9 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação da participação desse Ministério nas ações coordenadas

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.10 Os relatórios de avaliação das ações coordenadas são divulgados a todos os participantes

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '58 [F8]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF: 6.6 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

7.2 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados às ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

8.1 No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes ao Plano.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	○	○	○
Não	○	○	○

8.2 No que tange à execução das ações que promovem o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, assinale a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Ministério, especificamente referentes à promoção de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, no âmbito da CDIF.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	○	○	○
Não	○	○	○

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Vice Presidente

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability.*

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 108 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.4.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão ' [A7]' (1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.1 O Vice-Presidente tem participação nas reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.2 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, pelo Vice-Presidente, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Informe a(s) norma(s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A2]' (1.2 As atribuições exercidas, em atuação direta ou delegada, pelo Vice-Presidente, na condição de coordenador do Plano Estratégico de Fronteira, estão regulamentadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Informe quais são essas fontes de recursos:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A4]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.4 Houve demandas do conhecimento da Vice-Presidência por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '7 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Houve demandas do conhecimento da Vice-Presidência por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras, coordenado pelo Vice-Presidente:

2.1. No que diz respeito à origem do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Houve estudos que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados
- ◯ Houve estudos, porém os resultados esperados não foram objetivamente identificados e definidos
- ◯ Não houve estudos documentados
- ◯ Desconheço

2.2. Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não há referencial estratégico
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ◯ Desconheço

2.3. Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1. Pode-se afirmar que ocorreu na formulação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.3.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (3.2 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são essas bases de dados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '20 [C6]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando ter sido incumbido da função de coordenador dos órgãos responsáveis pelas atividades de repressão aos delitos transfronteiriços no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1. O quantitativo de pessoal nos órgãos federais componentes do Plano para o desempenho satisfatório das atividades a ele vinculadas é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2. O critério efetivamente utilizado para definição do efetivo destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.3. A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4. Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5. Existe uma estrutura interna nessa Vice-Presidência específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras [A]

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda.
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios.

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa

5.3. No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação da Vice-Presidência com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Ministério da Fazenda

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

5.4. Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos / entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: ____

5.5 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Desconheço
- ☐ Outros: ____

5.6 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais as outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas, além das Operações Ágata e Sentinela?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '62 [E9]' (5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação do Ministério da Defesa / Forças Armadas?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.9. Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011, nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.10. Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Agência Brasileira Inteligência – ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

5.11. Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.12. Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '77 [E16]' (5.12. Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.13 Entre os órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.14. O acesso de cada um dos participantes aos resultados obtidos pelos demais nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1. Há unidades da Vice-Presidência ou outros órgãos responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '82 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1. Há unidades da Vice-Presidência ou outros órgãos responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2. Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, como Coordenador do Plano, o Vice-Presidente:

8.1. Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '100 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, como Coordenador do Plano, o Vice-Presidente: 8.1. Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '100 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras, como Coordenador do Plano, o Vice-Presidente: 8.1. Tem responsabilidade ou corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

De que forma são divulgados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '103 [H4]' (8.2 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos pelo Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3. Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Vice-Presidência, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal – Diretor-Geral

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability.*

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 141 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a esse Departamento, além daquelas próprias da polícia de fronteira a que alude o art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Esse Departamento participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Informe quais são essas fontes de recursos:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A4]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.4 Houve demandas do conhecimento desse Departamento, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Houve demandas do conhecimento desse Departamento, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '6 [A7]' (1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconhece

2.2 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos.
- ☐ Objetivos estratégicos.
- ☐ Indicadores de desempenho.
- ☐ Mapa estratégico.
- ☐ Iniciativas estratégicas.
- ☐ Metas
- ☐ Desconhece

2.3 Os objetivos estratégicos desse Departamento concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.4 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

Caso ocorra, <u>predominantemente</u>:

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

Qual a frequência de participação:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '21 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades próprias de polícia de fronteiras, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 As atribuições de polícia de fronteira a que alude o art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição Federal estão regulamentadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Cite a (s) norma (s) : *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '24 [D1]' (Considerando as atividades próprias de polícia de fronteiras, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 4.1 As atribuições de polícia de fronteira a que alude o art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição Federal estão regulamentadas)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

4.2 O efetivo de policiais existente é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.3 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.4 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '30 [D7]' (4.6 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.7 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.10 As necessidades operacionais (treinamentos e recursos materiais) para essas atividades no processo de planejamento orçamentário plurianual são atendidas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.11 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.12 Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.13 Existe uma estrutura interna nesse Departamento específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios
- ◯ Desconhece

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa
- ◯ Desconhece

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Departamento com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.6 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Desconhece
- ☐ Outros: [ ]

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação desse Departamento?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '86 [E9]' (5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação desse Departamento?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Esse Departamento participa do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.11 Esse Departamento tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.12 Informe o número de reuniões no Centro de Operações Conjuntas - COC das quais esse Departamento participou, ou "--", caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

5.13 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Formulação das pautas
- ☐ Discussões
- ☐ Decisões
- ☐ Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

5.14 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '101 [E16]' (5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Departamento que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '103 [E18]' (5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Departamento que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Departamento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [E20]' (5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Departamento)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.18 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Departamento e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.19 Entre esse Departamento e demais componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Nunca
- ◌ Eventualmente
- ◌ Frequentemente
- ◌ Sempre

5.20 Esse Departamento tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.21 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por esse Departamento em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.22 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades desse Departamento ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '113 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades desse Departamento ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São Formalizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno na execução do Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '131 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '131 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '134 [H4]' (8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Departamento, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Ministério Público da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Tribunal de Contas do Estado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Outros

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Rodoviária Federal – Diretor-Geral

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability.*

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 135 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a esse Departamento, além daquelas próprias das atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Esse Departamento participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Informe quais são essas fontes de recursos:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A4]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.4 Houve demandas do conhecimento desse Departamento, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Houve demandas do conhecimento desse Departamento, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '6 [A7]' (1.4.1 Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconhece

2.2 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos.
- ☐ Objetivos estratégicos.
- ☐ Indicadores de desempenho.
- ☐ Mapa estratégico.
- ☐ Iniciativas estratégicas.
- ☐ Metas
- ☐ Desconhece

2.3 Os objetivos estratégicos desse Departamento concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.4 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

Caso ocorra, <u>predominantemente</u>:

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

Qual a frequência de participação:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são essas bases de dados? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '21 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades próprias de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais existente é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '28 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.8 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 As necessidades operacionais (treinamentos e recursos materiais) para essas atividades no processo de planejamento orçamentário plurianual são atendidas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.10 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.11 Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.12 Existe uma estrutura interna nesse Departamento específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios
- ◯ Desconhece

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa
- ◯ Desconhece

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Departamento com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Ministério da Fazenda

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.6 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)
- ☐ Desconhece
- ☐ Outros: [ ]

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação desse Departamento?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '82 [E9]' (5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação desse Departamento?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Esse Departamento participa do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.11 Esse Departamento tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.12 Informe o número de reuniões no Centro de Operações Conjuntas - COC das quais esse Departamento participou, ou "--", caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012
2013
2014

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.13 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.14 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [E16]' (5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Departamento que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '99 [E18]' (5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por esse Departamento que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Departamento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '101 [E20]' (5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a esse Departamento)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.18 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para esse Departamento e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.19 Entre esse Departamento e demais componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.20 Esse Departamento tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.21 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por esse Departamento em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.22 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades desse Departamento ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '109 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades desse Departamento ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São Formalizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '127 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '127 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '130 [H4]' (8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Departamento, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

◯ Sim
◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Senasp

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 211 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 Essa Secretaria participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.2 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Informe quais são essas fontes de recursos:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '2 [A2]' (1.2 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Secretaria, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '4 [A4]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Secretaria, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A5]' (Essas demandas foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconheço

2.2 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

2.3 Os objetivos estratégicos dessa Secretaria concorrem para a execução do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.4 Há metas relacionadas a cada um deles

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2 Caso ocorra a participação:

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidados
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
((**C1.NAOK** == "C112" or **C1.NAOK** == "C113"))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são essas bases de dados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '20 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de segurança pública exercidas pelas polícias civis e militares dos Estados, especificamente na faixa de fronteira, e as atribuições conferidas a essa Secretaria pelo art. 12 do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais existente nos estados é suficiente para o exercício dessas atividades

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.6 A eventual demanda por capacitação para o exercício dessas atividades é plenamente atendida

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

4.7 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades é suficiente:

Acre

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Discordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Desconheço	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Amazonas

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Discordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Desconheço	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Amapá

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Discordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Desconheço	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Mato Grosso

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Discordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo parcialmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Concordo totalmente	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯
Desconheço	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯	◯

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Mato Grosso do Sul

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Pará

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Paraná

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Rondônia

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Roraima

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Rio Grande do Sul

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Santa Catarina

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Instalações físicas	Armamentos	Munições	Scanners móveis	Veículos terrestres	Embarcações	Aeronaves	Combustíveis	Coletes balísticos	Cães farejadores	Equipamentos de informática	Softwares	Sistemas de comunicação interoperáveis
Discordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Discordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo parcialmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Concordo totalmente	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
Desconheço	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.8 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

4.9 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente
- ◌ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

4.10 As necessidades operacionais (treinamentos e recursos materiais) para essas atividades no processo de planejamento orçamentário plurianual da União são atendidas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.11 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.12 Os recursos financeiros constantes na Lei Orçamentária Anual da União para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.13 Existe uma estrutura interna nessa Secretaria específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios
- ◯ Desconheço

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Um exemplo de opção de resposta
- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação dessa Secretaria com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Ministério da Fazenda

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos / entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Acre

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amazonas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Amapá

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Mato Grosso

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Mato Grosso do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Pará

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Paraná

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rondônia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Roraima

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Rio Grande do Sul

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

Santa Catarina

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

5.6 O caráter temporário das Operações ÁGATA e suas delimitações territorial e cronológica decorrem de:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Disponibilidade de recursos financeiros
- ☐ Disponibilidade de efetivo das Forças Armadas
- ☐ Estratégia de atuação
- ☐ Reivindicação de países limítrofes (interesse comercial)

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.9 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Secretaria?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são?

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Essa Secretaria participa do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.11 Essa Secretaria tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.12 Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011, das quais este Departamento participou nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça:

Uma pergunta de exemplo

2012 [ ]

2013 [ ]

2014 [ ]

5.13 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

5.14 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Relacione outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '173 [E54]' (5.15 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação -TI geridos por essa Secretaria que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '175 [E56]' (5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação -TI geridos por essa Secretaria que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a nessa Secretaria

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '177 [E58]' (5.17 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a nessa Secretaria)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.18 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Secretaria e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.19 Entre essa Secretaria e demais componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.20 Essa Secretaria tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.21 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por essa Secretaria em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.22 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades dessa Secretaria ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são as unidades/órgãos/entidades responsáveis?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '185 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas nos exercícios abaixo, ou ´---' caso desconheça:

Uma pergunta de exemplo

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Caso Tenha corresponsabilidade, com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '203 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '203 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '206 [H4]' (8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Departamento, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Receita Federal do Brasil - Secretário

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 136 perguntas neste questionário

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública."

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades à Receita Federal do Brasil, além das atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Esta Secretaria participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas – COC

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Informe quais são essas fontes de recursos:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '3 [A4]' (1.3 Há fontes de recursos orçamentários específicos vinculados à execução do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.4 Houve demandas do conhecimento da Receita Federal do Brasil, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1.4.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.4 Houve demandas do conhecimento da Receita Federal do Brasil, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

1.4.1.1 Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '6 [A7]' (1.4.1 Foram acolhidas pelo Ministério das Relações Exteriores?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não há referencial estratégico
- ○ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ○ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ○ Desconheço

2.2 Indique os produtos gerados pelo processo de planejamento estratégico do Plano:

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Diagnóstico de Ambiente
- ☐ Cenários prospectivos
- ☐ Objetivos estratégicos
- ☐ Indicadores de desempenho
- ☐ Mapa estratégico
- ☐ Iniciativas estratégicas
- ☐ Metas
- ☐ Desconheço

2.3 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.4 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.5 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.6 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconhece

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '16 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas na execução do Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '21 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 As atribuições de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira estão regulamentadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

cite a (s) norma (s):

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '24 [D1]' (Considerando as atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 4.1 As atribuições de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira estão regulamentadas)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

4.2 O efetivo de servidores existente é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.3 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '30 [D6]' (4.6 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.7 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades é suficiente:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.10 As necessidades operacionais (treinamentos e recursos materiais) para essas atividades no processo de planejamento orçamentário plurianual são atendidas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.11 A necessidade de recursos financeiros para essas atividades é plenamente contemplada na proposta orçamentária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.12 Os recursos financeiros constantes na LOA para essas atividades vêm sendo liberados conforme previsto

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.13 Existe uma estrutura interna na Receita Federal do Brasil específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 No que se refere ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.2 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios
- ◯ Desconheço

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação da Receita Federal do Brasil com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Ministério da Fazenda

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Justiça

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.6 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Planejamento
- ☐ Execução
- ☐ Avaliação
- ☐ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Receita Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Planejamento
- [ ] Execução
- [ ] Avaliação
- [ ] Desconheço

5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação da Receita Federal?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ( ) Sim
- ( ) Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '84 [E9]' (5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação da Receita Federal?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.9 A Receita Federal do Brasil participa do desenvolvimento do SISFRON desde sua formulação

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

5.10 A Receita Federal do Brasil tem participação nos projetos/sistemas desenvolvidos por outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

5.11 Informe o número de reuniões ocorridas no Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inciso II, do Decreto nº 7.496/2011, das quais a Receita Federal do Brasil participou nos seguintes exercícios, ou ´---' caso desconheça:

2012
2013
2014

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.12 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do Centro de Operações Conjuntas - COC

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Ministério da Fazenda

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Ministério da Justiça

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Secretaria Nacional de Segurança Pública Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.13 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Relacione os outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '99 [E16]' (5.14 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos pela Receita Federal do Brasil que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '101 [E18]' (5.15 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos pela Receita Federal do Brasil que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados à Receita Federal do Brasil?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '103 [E20]' (5.16 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados à Receita Federal do Brasil?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.17 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para a Receita Federal do Brasil e que não são compartilhadas ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.18 Entre a Receita Federal do Brasil e demais orgãos componentes componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.19 A Receita Federal do Brasil tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.20 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos PELA Receita Federal do Brasil em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.21 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades internas dessa Secretaria ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '111 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas dessa Secretaria ou órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados aos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

com quem compartilha?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '130 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

A quem cabe a responsabilidade?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Não' na questão '130 [H1]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '133 [H4]' (8.2 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas pela Receita Federal do Brasil, especificamente referentes ao Plano.

Por favor, escolha a resposta adequada para cada item:

	Controladoria-Geral da União	Ministério Público Federal	Tribunal de Contas da União
Sim	◯	◯	◯
Não	◯	◯	◯

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Segurança Pública – Secretário Estadual

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 118 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada essa Secretaria

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ AC
- ◌ AM
- ◌ AP
- ◌ MT
- ◌ PA
- ◌ PR
- ◌ RO
- ◌ RR
- ◌ RS
- ◌ SC
- ◌ MS

Informe a cidade em que se localiza essa Secretaria

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Esse Estado assinou termo de adesão à que alude o art. 8º do Decreto nº 7496/2011, para sua participação e/ou de seus municípios nas ações relativas ao Plano Estratégico de Fronteiras?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

1.2 Esse Estado, por intermédio dessa Secretaria e/ou de suas polícias de fronteira, assinou acordo de cooperação, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7496/2011, para participarem da composição do Centro de Operações Conjuntas – COC?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

1.3 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a essa Secretaria, além daquelas que já eram exercidas pela polícia do Estado na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.4 Essa Secretaria e/ou a polícia responsável pelo patrulhamento ostensivo da faixa de fronteira participa das reuniões do Centro de Operações Conjuntas – COC ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

1.5 Essa Secretaria e/ou a polícia responsável pelo patrulhamento ostensivo da faixa de fronteira participa das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira – GGI – Fron ou Câmara Temática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.6 Houve demanda por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '8 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.6 Houve demanda por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Quanto ao Plano Estratégico de Fronteiras:

2.1 Com relação à existência de um referencial estratégico específico para o Plano, que contemple a identificação do negócio, missão, visão e valores estratégicos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não há referencial estratégico
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado, mas não foi divulgado
- ◯ O referencial estratégico foi formalizado e divulgado
- ◯ Desconhece

2.2 Os objetivos estratégicos desse Estado/Secretaria concorrem para a execução do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.5 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam:, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regular
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '17 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática, selecione uma alternativa:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano, no âmbito do GGI – Fron ou Câmara Temática?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '22 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano, no âmbito do GGI – Fron ou Câmara Temática?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de segurança pública exercidas pela polícia responsável pelo patrulhamento ostensivo da faixa de fronteira, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais existente é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '29 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.7 Os recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 O critério utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 Existe uma estrutura interna nessa Secretaria específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 A coordenação do Plano é exercida de forma:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Conjunta e igualitária pelos Ministérios da Defesa, Justiça e Fazenda
- ◯ Individual, conforme a área de atuação de cada um dos Ministérios
- ◯ Desconheço

5.2 Acerca da participação do Vice-Presidente na coordenação do Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Comanda as ações do Plano nos aspectos estratégico e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios na coordenação estratégica e operacional
- ◯ Atua de forma conjunta com os Ministérios somente na coordenação estratégica
- ◯ Exerce a coordenação apenas no plano político
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

5.3 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação dessa Secretaria, incluindo suas polícias de fronteira, com os órgãos/entidades relacionados a seguir

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastec.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Ótima
- ○ Inexistente

5.4 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.5 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.6 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não
- ○ Desconhece

Receita Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Participa
- ○ Não participa
- ○ Desconhece

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

5.7 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Ministério da Defesa / Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não
- ◌ Desconhece

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Receita Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Participa
- ◌ Não participa
- ◌ Desconhece

5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Secretaria?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '76 [E9]' (5.8 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Secretaria?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.9 Informe o número de reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática das quais essa Secretaria e/ou a polícia responsável pelo patrulhamento ostensivo da faixa de fronteira participaram, ou ´---' caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012
2013
2014

5.10 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI – Fron ou Câmara Temática:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Forças Armadas

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Receita Federal do Brasil

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Força Nacional

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Secretaria Estadual de Segurança Pública

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- [ ] Formulação das pautas
- [ ] Discussões
- [ ] Decisões
- [ ] Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.11Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas – COC, instituído pelo art. 5º, inc. II, do Decreto 7.496/2011, e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons ou Câmaras Temáticas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.12 Há sistemas de TI geridos por essa Secretaria que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '87 [E18]' (5.12 Há sistemas de TI geridos por essa Secretaria que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.13 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Secretaria

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [E20]' (5.13 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Secretaria)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.14 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Secretaria que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.15 Entre essa Secretaria e demais órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.16 Essa Secretaria tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.17 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por essa Secretaria em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.18 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação dessa Secretaria, ou ´---' caso desconheça, nos seguintes exercícios:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Secretaria

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a essa Secretaria

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '97 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades dessa Secretaria ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

Com relação à gestão de riscos e controle interno na execução do Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Tem corresponsabilidade pelo alcance dos resultados consolidados do plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

8.2 Os benefícios produzidos pela participação desse Estado nas ações do Plano são divulgados para a sociedade

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '110 [H4]' (8.2 Os benefícios produzidos pela participação desse Estado nas ações do Plano são divulgados para a sociedade)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Superintendência, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas do Estado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários ou esclarecimentos que julgue necessários.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Coordenador do Núcleo de Fronteira

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo "sim ou não", sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo "assinalamento simples", sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo "informação numérica", que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo "texto aberto", para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo "Nível de Concordância", utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   - (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   - (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   - (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   - (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo "Nível de Frequência", utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   - (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   - (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   - (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   - (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 63 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada este Núcleo:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ AC
- ○ AM
- ○ AP
- ○ MT
- ○ PA
- ○ PR
- ○ RO
- ○ RR
- ○ RS
- ○ SC
- ○ MS

Informe a cidade em que se localiza este Núcleo

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

Com relação às ações para o desenvolvimento e a integração da faixa de fronteira:

1.1 Há Representante desse Núcleo nas reuniões da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

1.2 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução dessas ações?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

informe quais:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '4 [G2_Q0002]' (1.2 Há fontes de recursos obrigatórios vinculadas à execução dessas ações?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento desse Núcleo, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Essas demandas resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '6 [G2_Q0004]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento desse Núcleo, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado:

2.1 Os objetivos estratégicos desse Estado concorrem para a execução desse Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado:

3.1 Ocorreu na formulação desse Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Não ocorre
- ○ Ocorre de modo informal
- ○ Ocorre de modo formal
- ○ Desconheço

3.3.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nas discussões
- ○ Nas decisões

3.3.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Somente quando convidadas
- ○ Espontânea

3.3.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Regular
- ○ Esporádica

3.4 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '15 [G4_Q0002]' (3.2 Pode-se afirmar, sobre a participação na execução desse Plano:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento desse Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '20 [G4_Q0007]' (3.5 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento desse Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

4.1 Há sistemas de processamento de dados, gerenciais e/ou operacionais, para o desempenho das atividades relacionadas ao Núcleo

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os sistemas suprem as necessidades?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '23 [G5_Q0001]' (4.1 Há sistemas de processamento de dados, gerenciais e/ou operacionais, para o desempenho das atividades relacionadas ao Núcleo)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Os sistemas são compartilhados com os outros membros do Núcleo

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '23 [G5_Q0001]' (4.1 Há sistemas de processamento de dados, gerenciais e/ou operacionais, para o desempenho das atividades relacionadas ao Núcleo)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.2 Os recursos financeiros disponíveis para as necessidades de custeio de pessoal e de recursos materiais são suficientes para o adequado desempenho das atividades do Núcleo

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.3 Os recursos financeiros solicitados para a execução dos Planos de Desenvolvimento elaborados no âmbito do Núcleo, com base nas propostas de ações e demandas locais, têm sido liberados, nas esferas estadual e federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

5.2 Informe o número de reuniões ocorridas do Núcleo de Fronteira nos seguintes exercícios:

2012 [ ]
2013 [ ]
2014 [ ]

5.3 Há interação entre a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira - CDIF e os Núcleos de Fronteira Estaduais - NFs

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.4 Há informações detidas por outros órgãos componentes da CDIF que seriam úteis para esse Núcleo e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.5 Esse Núcleo tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes da CDIF em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.6 Os demais partícipes da CDIF têm acesso aos resultados obtidos por esse Núcleo em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

5.7 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado

6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

São gerenciados por sistemas informatizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
((**G7_Q0001.NAOK** == "Y"))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.3 Informe o número de avaliações da participação desse Núcleo no Plano realizadas nos exercícios abaixo, ou "-" caso desconheça:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Superintendência

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a todos os componentes desse Núcleo?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '37 [G7_Q0001]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento e Integração para a faixa de Fronteira – PDIFF desse Estado 6.1 Há órgãos/entidades, internos ou externos, responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno na execução do Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '46 [G8_Q0001]' (7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno na execução do Plano Estratégico de Fronteiras: A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O plano de continuidade de negócios, que descreve as ações para recuperação ou manutenção de suas atividades em caso de interrupção imprevisível das operações, foi estabelecido e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

O modelo de gestão de riscos foi aprovado e publicado

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

A unidade de gestão de riscos é subordinada diretamente à coordenação do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os processos críticos de negócio foram identificados, priorizando o tratamento dos riscos que impactam esses processos.

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os controles utilizados para mitigar os riscos são periodicamente revisados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Os riscos identificados são periodicamente reavaliados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '47 [G8_Q0002]' (7.1.1.1 Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

8.1 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por esse plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '55 [G9_Q0001]' (8.1 Divulga para a sociedade os benefícios produzidos por esse plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.3 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por esse Núcleo, desde 2011

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Tribunal de Contas Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Auditoria-Geral do Estado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não se aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Rodoviária Federal – Superintendente

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 111 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada essa Superintendência

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ AC
- ◌ AM
- ◌ AP
- ◌ MT
- ◌ PA
- ◌ PR
- ◌ RO
- ◌ RR
- ◌ RS
- ◌ SC
- ◌ MS

Informe a cidade em que se localiza essa Superintendência

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a essa Superintendência, além daquelas próprias das atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Essa Superintendência participa das reuniões do GGI-Fron ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

2.1 Os objetivos estratégicos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi NÃO 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano no âmbito do GGI-Fron?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '18 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano no âmbito do GGI-Fron?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira exercidas na esfera de atuação dessa Superintendência exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais no âmbito dessa Superintendência é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Concord parcialmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '25 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.8 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

4.9 Existe uma estrutura interna nessa Superintendência específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Departamento com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretaria Estadual de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.3 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.4 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.5 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '71 [E9]' (5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Informe o número de reuniões do GGI-Fron das quais essa Superintendência tenha participado nos seguintes exercícios, ou "-" caso desconheça:

2012
2013
2014

5.8 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI-Fron

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.9 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são esses canais?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '81 [E16]' (5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por essa Superintendência que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '83 [E18]' (5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por essa Superintendência que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '85 [E20]' (5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.13 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Superintendência e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.14 No âmbito dessa Superintendência, existem práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos com os demais componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.15 Essa Superintendência tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.16 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos pela Unidades integrantes dessa Superintendência em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.17 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Em caso positivo, quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação dessa Superintendência no Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Superintendência

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a essa Superintendência

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionado ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [H4]' (8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Superintendência, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Rodoviária Federal – Superintendente

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 111 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada essa Superintendência

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ AC
- ◌ AM
- ◌ AP
- ◌ MT
- ◌ PA
- ◌ PR
- ◌ RO
- ◌ RR
- ◌ RS
- ◌ SC
- ◌ MS

Informe a cidade em que se localiza essa Superintendência

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a essa Superintendência, além daquelas próprias das atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Essa Superintendência participa das reuniões do GGI-Fron ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

2.1 Os objetivos estratégicos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi NÃO 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação nas reuniões do GGI-Fron:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano no âmbito do GGI-Fron?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '18 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano no âmbito do GGI-Fron?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de patrulhamento ostensivo das rodovias federais na faixa de fronteira exercidas na esfera de atuação dessa Superintendência exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais no âmbito dessa Superintendência é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Concord parcialmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '25 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.8 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

4.9 Existe uma estrutura interna nessa Superintendência específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação desse Departamento com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretaria Estadual de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.3 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.4 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.5 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '71 [E9]' (5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Informe o número de reuniões do GGI-Fron das quais essa Superintendência tenha participado nos seguintes exercícios, ou "-" caso desconheça:

2012
2013
2014

5.8 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI-Fron

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.9 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais são esses canais?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '81 [E16]' (5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por essa Superintendência que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '83 [E18]' (5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos por essa Superintendência que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '85 [E20]' (5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.13 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Superintendência e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.14 No âmbito dessa Superintendência, existem práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos com os demais componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.15 Essa Superintendência tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.16 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos pela Unidades integrantes dessa Superintendência em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.17 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Em caso positivo, quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação dessa Superintendência no Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Superintendência

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a essa Superintendência

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Rodoviária Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionado ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [H4]' (8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Superintendência, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Receita Federal do Brasil - Superintendente

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 111 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada essa Superintendência

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ AC
- ◌ AM
- ◌ AP
- ◌ MT
- ◌ PA
- ◌ PR
- ◌ RO
- ◌ RR
- ◌ RS
- ◌ SC
- ◌ MS

Informe a cidade em que se localiza essa Superintendência

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades no âmbito dessa Superintendência, além das atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Essa Superintendência participa das reuniões do GGI-Fron

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Superintendência, por acordos ou tratados:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

2.1 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regularidade
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou das entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das entidades interessadas nas reuniões do GGI-Fron:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '18 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira, exercidas por essa Superintendência, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de servidores existente no âmbito dessa Superintendência é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.3 O critério efetivamente utilizado para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '25 [D6]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades é suficiente:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 O critério efetivamente utilizado para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.9 Existe uma estrutura interna nessa Superintendência específica para tratar dos assuntos referentes ao Plano Estratégico de Fronteiras

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

5.1 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação dessa Superintendência com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Ministério das Relações Exteriores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.3 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.4 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas etapas das Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.5 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '71 [E9]' (5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Superintendência?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Informe o número de reuniões do GGI-Fron das quais essa Superintendência tenha participado, ou ´---' caso desconheça nos seguintes exercícios:

2012
2013
2014

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.8 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI-Fron

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.9 Há interação entre o Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Desconheço

5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '81 [E16]' (5.10 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação-TI geridos pela Receita Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '83 [E18]' (5.11 Há sistemas de Tecnologia da Informação-TI geridos pela Receita Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '85 [E20]' (5.12 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Superintendência ?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.13 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Superintendência e que não são compartilhadas ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.14 No âmbito dessa Superintendência, existem práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos com os demais órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.15 A Essa Superintendência tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.16 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos pela Unidades integrantes dessa Superintendência em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.17 O acesso aos resultados obtidos nas ações integradas contribui para aperfeiçoamento do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações do Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a todos os componentes do Plano?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '93 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '105 [H4]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas pela Receita Federal do Brasil, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Polícia Federal – Cidade de Fronteira - Delegado Chefe

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 107 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada a delegacia:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ AC
- ◌ AM
- ◌ AP
- ◌ MT
- ◌ PA
- ◌ PR
- ◌ RO
- ◌ RR
- ◌ RS
- ◌ SC
- ◌ MS

Informe a cidade em que se localiza a delegacia

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

Com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras:

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a essa Delegacia, além daquelas próprias da polícia de fronteira a que alude o art. 144, § 1º, inciso III, da Constituição Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Essa Delegacia participa das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira – GGI – Fron

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Delegacia, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Delegacia, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

2.1 Os objetivos estratégicos do Departamento de Polícia Federal concorrem para a execução do Plano.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regular
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou de entidades interessadas nas reuniões do GGI – Fron:)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano, no âmbito do GGI – Fron?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades próprias de polícia de fronteiras exercidas por essa Delegacia, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de policiais existente nessa Delegacia é suficiente para o exercício dessas atividades

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado pelo Departamento de Polícia Federal para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '25 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Avalie a suficiência de cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.8 O critério efetivamente utilizado pelo Departamento de Policia Federal para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

Relativamente ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação dessa Delegacia com os órgãos/entidades relacionados a seguir:

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Insuficiente
- ○ Regular
- ○ Boa/Ótima
- ○ Inexistente

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos / entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: _____

5.3 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Nunca
- ○ Eventualmente
- ○ Frequentemente
- ○ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.4 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

5.5 Selecione as opções a seguir conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não Participa
- ◯ Desconheço

5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Delegacia?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '68 [E36]' (5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Delegacia?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Informe o número de reuniões do GGI-Fron das quais essa Delegacia participou nos seguintes exercícios, ou "-" caso desconheça:

Uma pergunta de exemplo

2012
2013
2014

5.8 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI-Fron:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Participa
- ◯ Não participa
- ◯ Desconheço

5.9 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são esses canais?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '77 [E26]' (5.9 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos pelo Departamento de Polícia Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '79 [E28]' (5.10 Há sistemas de Tecnologia da Informação - TI geridos pelo Departamento de Polícia Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.11 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Delegacia?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Quais os órgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '81 [E30]' (5.11 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Delegacia?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.12 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Delegacia e que não são compartilhadas.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.13 Entre essa Delegacia e demais órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

5.14 Essa Delegacia tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

5.15 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por essa Delegacia em ações integradas.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

são gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação dessa Delegacia no Plano realizadas nos exercícios abaixo, ou "-" caso desconheça:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Delegacia

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a essa Delegacia

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '88 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades da Polícia Federal ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

7.1 Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '100 [H4]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Delegacia, especificamente referentes ao Plano.

Controladoria da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de contas do Estado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Receita Federal – Cidades

Instruções para preenchimento e envio

A Governança em políticas públicas se refere aos arranjos institucionais que condicionam a forma pela qual as políticas são formuladas, implementadas e avaliadas, em benefício da sociedade.

O Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas, aprovado pela Portaria-TCU Nº 230/2014, estabelece que a avaliação da Governança em Políticas Públicas envolve oito componentes, a saber: Institucionalização, Planos e Objetivos, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Coordenação e Coerência, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno e *Accountability*.

Este questionário presta-se ao projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas.

Este formulário deve ser respondido pelo dirigente destinatário, com suporte em informações providas pelas instâncias internas.

As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste questionário deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de controle, para verificação de consistência.

Há 8 tipos de itens de questão formulados:

1. Item do tipo “sim ou não”, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). As opções são mutuamente excludentes.
2. Item do tipo “assinalamento simples“, sinalizada com uma caixa de marcação, cuja representação gráfica é um (●). Utilizado para confirmar uma assertiva.
3. Item do tipo "única escolha", sinalizada com uma lista de alternativas mutuamente exclusivas iniciadas pela representação gráfica ¡, onde a alternativa que melhor descreva a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
4. Item do tipo "múltipla escolha", sinalizada com uma lista de alternativas não excludentes onde a(s) alternativa (s) que melhor descreva (m) a situação da instituição no quesito apresentado deve ser marcada (●).
5. Item do tipo “informação numérica”, que pode ser fechada, ou seja, restrita à alternativa indicada, ou aberta, ou seja, com um campo onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
6. Item do tipo “texto aberto”, para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro.
7. Item do Tipo “Nível de Concordância”, utilizada para medir o nível de concordância relativamente às afirmações dadas:
   (1) Discordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto do Órgão.
   (2) Discordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua minoria.
   (3) Concordo Parcialmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto do Órgão, porém, em sua maioria.
   (4) Concordo Totalmente: Significa que o conteúdo da afirmativa é sempre observado no contexto do Órgão.
8. Item do Tipo “Nível de Frequência”, utilizada para medir o nível de frequência de determinados eventos relativamente às afirmações dadas:
   (1) Nunca: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, nunca foi observado.
   (2) Eventualmente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos evento, foram observados em baixa proporção.
   (3) Frequentemente: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, é observado em alta proporção.
   (4) Sempre: Significa que o conteúdo da afirmativa, quanto à frequência dos eventos, foi sempre observado.

Há 107 perguntas neste questionário

IDENTIFICAÇÃO

Selecione o Estado da federação em que se está localizada essa Inspetoria/Delegacia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ AC
- ◯ AM
- ◯ AP
- ◯ MT
- ◯ PA
- ◯ PR
- ◯ RO
- ◯ RR
- ◯ RS
- ◯ SC
- ◯ MS

Informe a cidade em que se localiza essa Inspetoria/Delegacia

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalização de uma política pública se refere a aspectos, formais ou informais, da existência da política, relacionados a capacidades organizacionais, normatização, padrões, procedimentos, competências e recursos que possibilitam o alcance dos objetivos e resultados da política pública.

1.1 Após a criação do Decreto nº 7.496/2011, que instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras, surgiram novas atribuições e responsabilidades a essa Inspetoria/Delegacia, além das atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

1.2 Essa Inspetoria/Delegacia participa das reuniões do GGI-Fron

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos:

1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Inspetoria/Delegacia, por acordos ou tratados?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Resultaram em celebração de acordos ou tratados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '5 [A6]' (Relativamente à celebração de acordos ou tratados com os países limítrofes, nos últimos três anos: 1.3 Houve demandas do conhecimento dessa Inspetoria/Delegacia, por acordos ou tratados?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. PLANOS E OBJETIVOS

A política pública orienta-se por uma formulação geral que defina sua lógica de intervenção e por planos que permitam operacionalizar as ações necessárias, delineados em função das diretrizes, objetivos e metas propostas.

2.1 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.2 Há metas relacionadas a cada um deles?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '8 [B3]' (2.1 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.3 As metas e indicadores de desempenho definidos refletem adequadamente o alcance dos objetivos do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '8 [B3]' (2.1 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

2.4 As metas foram cumpridas nos exercícios de 2012 - 2013

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi NÃO 'Discordo totalmente' na questão '8 [B3]' (2.1 Os objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil concorrem para a execução do Plano)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. PARTICIPAÇÃO

O grau de governança em uma rede de políticas públicas depende da existência de uma ampla participação legitimada nos processos decisórios, entre outros fatores.

Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras:

3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Não ocorre
- ◯ Ocorre de modo informal
- ◯ Ocorre de modo formal
- ◯ Desconheço

3.2 Caso ocorra a participação social

3.2.1 Em que momento as entidades e/ou órgãos participam, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nas discussões
- ◯ Nas decisões

3.2.2 Qual a forma de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Somente quando convidadas
- ◯ Espontânea

3.2.3 Qual a frequência de participação, predominantemente:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo formal ' *ou* 'Ocorre de modo informal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Regular
- ◯ Esporádica

3.3 Relacione as entidades e/ou órgãos mais atuantes:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron) *e* A resposta foi 'Ocorre de modo informal ' *ou* 'Ocorre de modo formal ' na questão '13 [C1]' (Quanto à participação social e/ou de entidades interessadas no Plano Estratégico de Fronteiras: 3.1 Pode-se afirmar sobre a participação social e/ou das partes interessadas nas reuniões do GGI-Fron)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano, no âmbito do GGI – Fron ?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '18 [C6]' (3.4 Há bases de dados de acesso público disponíveis aos interessados em participar do desenvolvimento do Plano, no âmbito do GGI – Fron ?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS

Espera-se que as políticas públicas contem com organizações que possuam estruturas e processos apropriados para empreender as atividades planejadas, assegurar o bom uso dos recursos públicos, supervisionar as ações descentralizadas, monitorar os resultados e realimentar o processo decisório, com vistas ao aperfeiçoamento da sua formulação e da sua própria implantação.

Considerando as atividades de controle e fiscalização do fluxo internacional de bens, mercadorias e veículos na faixa de fronteira, exercidas por essa Inspetoria/Delegacia, exclusivamente no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

4.1 O efetivo de servidores no âmbito dessa Inspetoria/Delegacia é suficiente para o exercício dessas atividades.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.2 O quantitativo de pessoal necessário para o desempenho satisfatório dessas atividades é levantado mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

4.3 O critério efetivamente utilizado pela Receita Federal do Brasil para definição do quantitativo de pessoal destinado a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.4 Os recursos disponíveis para o custeio de diárias de pessoal e passagens são suficientes para o adequado desempenho das operações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Essa demanda é plenamente atendida? *

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '25 [D7]' (4.5 Existe demanda por capacitação para o exercício dessas atividades?)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente

4.6 Cada um dos seguintes recursos materiais necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades:

Instalações físicas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não Se Aplica

Armamentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Munições

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Scanners móveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Veículos terrestres

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Embarcações

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Aeronaves

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Combustíveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Coletes balísticos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Cães farejadores

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Equipamentos de informática

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Softwares

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Discordo totalmente
- ◯ Discordo parcialmente
- ◯ Concordo parcialmente
- ◯ Concordo totalmente
- ◯ Não se Aplica

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Sistemas de comunicação interoperáveis

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente
- ○ Não se Aplica

4.7 Os recursos materiais mencionados no item anterior necessários para o desempenho satisfatório dessas atividades são levantados mediante avaliação objetiva e formalizada da demanda verificada

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

4.8 O critério efetivamente utilizado pela Receita Federal do Brasil para definição dos quantitativos de materiais destinados a essas atividades é adequado

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ○ Discordo totalmente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5. COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

As políticas públicas devem ser integradas, tanto interna quanto externamente, de forma que as ações e os objetivos específicos das intervenções empreendidas pelas diversas partes interessadas sejam alinhados para se reforçar mutuamente.

Relativamente ao Plano Estratégico de Fronteiras:

5.1 No que se refere ao combate aos crimes transfronteiriços, avalie a qualidade da articulação dessa Inspetoria/Delegacia com os órgãos/entidades relacionados a seguir

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Superintendência Reg. do Minist. Agricultura, Pecuária e Abast.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Insuficiente
- ◯ Regular
- ◯ Boa/Ótima
- ◯ Inexistente

5.2 Quais as maiores dificuldades para trabalhar de forma articulada com os órgãos /entidades apontadas?

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- ☐ Necessidade de sigilo
- ☐ Falta de confiança
- ☐ Entraves de ordem legal
- ☐ Cultural
- ☐ Corporativismo
- ☐ Insuficiência de efetivo do (s) órgão (s) / entidade (s)
- ☐ Outros: [ ]

5.3 Há trabalho em cooperação com órgão (s) / entidade (s) congênere (s) de outros países

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Nunca
- ◯ Eventualmente
- ◯ Frequentemente
- ◯ Sempre

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.4 Selecione as opções abaixo conforme a participação dos órgãos / entidades nas Operações ÁGATA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Estadual de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.5 Selecione as opções a seguir conforme a participação dos órgãos / entidades nas ações da Operação SENTINELA:

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Superintendência do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Inspetoria/Delegacia?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não

Quais são ?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '68 [E9]' (5.6 Além das Operações Ágata e Sentinela, há outras formas de materialização do Plano com a participação dessa Inspetoria/Delegacia?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.7 Informe o número de reuniões do GGI-Fron das quais essa Inspetoria/Delegacia tenha participado, ou ´---' caso desconheça, nos seguintes exercícios:

2012
2013
2014

5.8 Selecione os órgãos / entidades que participam das reuniões do GGI-Fron

Agência Brasileira Inteligência - ABIN

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Forças Armadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícia Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícia Rodoviária Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Receita Federal do Brasil

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Força Nacional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Polícias Estaduais de Fronteira

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

5.9 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não
- ◌ Desconheço

Quais São?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '78 [E16]' (5.9 Além dos colegiados (Centro de Operações Conjuntas - COC e Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira - GGI-Frons), existem outros canais de intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.10 Há sistemas de Tecnologia da Informação-TI geridos pela Receita Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Quais os órgãos beneficiados?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '80 [E18]' (5.10 Há sistemas de Tecnologia da Informação-TI geridos pela Receita Federal que são disponibilizados a outros órgãos componentes do Plano)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

5.11 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Inspetoria/Delegacia

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Sim
- ◌ Não

Quais os Orgãos que os disponibilizam?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '82 [E20]' (5.11 Há sistemas de TI geridos por outros órgãos componentes do Plano disponibilizados a essa Inspetoria/Delegacia)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

5.12 Há informações detidas por outros órgãos componentes do Plano que seriam úteis para essa Inspetoria/Delegacia e que não são compartilhadas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.13 Entre essa Inspetoria/Delegacia e demais órgãos componentes do Plano há práticas de compartilhamento de instalações físicas, equipamentos, veículos ou outros recursos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Nunca
- ◌ Eventualmente
- ◌ Frequentemente
- ◌ Sempre

5.14 Essa Inspetoria/Delegacia tem acesso aos resultados obtidos pelos demais partícipes do Plano em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

5.15 Os demais partícipes do Plano têm acesso aos resultados obtidos por essa Inspetoria/Delegacia em ações integradas

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◌ Discordo totalmente
- ◌ Discordo parcialmente
- ◌ Concordo parcialmente
- ◌ Concordo totalmente

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma política pública deve possuir rotina para acompanhar suas ações, para aferir seus resultados e os utilizar para promoção de aperfeiçoamentos na política.

Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras:

6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Quais são?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

6.2 Os processos de monitoramento e avaliação do Plano:

São formalizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

São gerenciados por sistemas informatizados

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
((**F1.NAOK** == "F111"))

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.3 Informe o número de avaliações da participação dessa Inspetoria/Delegacia no Plano realizadas, ou ´---' caso desconheça, nos exercícios abaixo:

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

2012
2013
2014

6.4 Há indicadores de desempenho/resultados utilizados para o monitoramento e avaliação do Plano nessa Inspetoria/Delegacia

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.5 Os relatórios de avaliação são divulgados a essa Inspetoria/Delegacia

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

6.6 Os dados constantes nos relatórios de avaliações são utilizados para o aperfeiçoamento do Plano

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '89 [F1]' (Com relação ao monitoramento e avaliação das ações coordenadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras: 6.1 Há unidades internas da Receita Federal do Brasil ou outros órgãos/entidades responsáveis por esses procedimentos)

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

7. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

A gestão de riscos no presente caso se refere a atividades coordenadas para dirigir e controlar uma política no que se refere aos riscos. A consideração dos principais riscos de implementação é essencial durante o desenvolvimento da política pública, o que inclui identificá-los e tratá-los.

Com relação à gestão de riscos e controle interno relacionados ao Plano Estratégico de Fronteiras:

A estrutura e os responsáveis pelo processo de gestão de riscos estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Os mecanismos de gestão de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relevantes estão formalmente estabelecidos

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

8. ACCOUNTABILITY

Accountability envolve, principalmente, transparência, responsabilização, comunicação e prestação sistemática de contas. Os responsáveis pela política pública devem primar por esses aspectos, de forma a possibilitar a análise e o escrutínio do comportamento e do desempenho dos diversos atores responsáveis pela implementação.

No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras:

8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Desconheço

De que forma?

Só responder essa pergunta sob as seguintes condições:
A resposta foi 'Sim' na questão '101 [H4]' (No que tange ao Plano Estratégico de Fronteiras: 8.1 Os benefícios produzidos pelo Plano são divulgados para a sociedade?)

Por favor, coloque sua resposta aqui:

8.2 Assinale a seguir a ocorrência de ações de controle realizadas nas atividades conduzidas por essa Inspetoria/Delegacia, especificamente referentes ao Plano

Controladoria-Geral da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Federal

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Ministério Público Estadual

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Tribunal de Contas da União

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- ◯ Sim
- ◯ Não
- ◯ Não se aplica

Registre aqui comentários adicionais que julgar necessários:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Enviar questionário
Obrigado por ter preenchido o questionário.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Apêndice e

Projeto de Auditoria Operacional para Avaliação dos Aspectos de Governança das Políticas Públicas de Fortalecimento da Fronteira

TC nº 014.387/2014-0 **Fiscalização nº** 355/2014

Relator: Ministro Aroldo Cedraz

Modalidade: Auditoria Operacional

Ato originário: Despacho de 19/05/2014 do Ministro Aroldo Cedraz (TC 010.791/2014-0)

Objeto da Fiscalização: Avaliar aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira.

Ato de designação: Portaria de Fiscalização Secex/MS nºs 645, 724, 1083, 1325, 1269 e 1596/2014.

Período abrangido pela auditoria: Exercícios de 2011 a 2014.

Período de realização - Planejamento: 31/03/2014 a 26/09/2014.

Execução: 29/09/2014 a 31/10/2014.

Relatório: 03/11/2014 a 16/12/2014.

Unidades fiscalizadas:

Ministério da Defesa;

Ministério da Fazenda;

Ministério da Integração Nacional;

Ministério da Justiça;

Ministério das Relações Exteriores.

Volume de recursos fiscalizados: R$ 14,2 bilhões em dotações orçamentárias de 2012 a 2014.

Composição da equipe de fiscalização (fase de planejamento):

Nome do AUFC	Matrícula	Lotação	Período
Mário Júnior Bertuol (Coordenador)	3057-0	Secex-MS	05/05/2014 a 19/09/2014
Luís Antônio Guimarães Corrêa	3852-0	Secex-MS	05/05/2014 a 19/09/2014
Tiago Modesto Carneiro Costa	6583-8	Secex Ambiental	05/05/2014 a 09/05/2014
Robson Hugo Araújo dos Santos	9141-3	Secex-MS	09/06/2014 a 13/06/2014
Abenathar Lopes de Araújo Júnior	3063-5	Secex-MS	05/05/2014 a 19/09/2014
Cristiane Miranda Mônaco	8934-6	Secex-MS	05/05/2014 a 19/09/2014
Edmur Baida (supervisor)	3452-5	Secex-MS	05/05/2014 a 19/09/2014

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Lista de Siglas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência, subordinada ao GSI.
COC	Centro de Operações Conjuntas, criado pelo Decreto nº 7.496/2011, é uma estrutura do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC2MD) permanentemente ativada no que diz respeito ao Ministério da Defesa, mas que conta com a participação de representantes designados pelos órgãos dos Ministérios da Justiça e da Fazenda somente na realização das Operações Ágata.
CDIF	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira.
CENSIPAN	Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia.
COC	Centro de Operações Conjuntas, criado pelo Decreto nº 7.496/2011, é uma estrutura do Centro de Comando e Controle do Ministério da Defesa (CC2MD) permanentemente ativada no que diz respeito ao Ministério da Defesa, mas que conta com a participação de representantes designados pelos órgãos dos Ministérios da Justiça e da Fazenda somente na realização das Operações Ágata.
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul.
CONDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro.
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito.
DPF	Departamento de Polícia Federal.
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública.
GGI	Gabinete de Gestão Integrada.
GGI-M	Gabinete de Gestão Integrada Municipal.
GGI-FRON´S	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, criados pelo Decreto nº 7.496/2011 para promover a integração e a articulação das ações da União, estados e municípios nas áreas de prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e daqueles praticados na faixa de fronteira brasileira.
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
INFOSEG	Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MD	Ministério da Defesa.
MF	Ministério da Fazenda.
MI	Ministério da Integração Nacional.
MJ	Ministério da Justiça.
MRE	Ministério das Relações Exteriores.
PEFRON	Policiamento Especializado em Fronteiras
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.
RENACH	Registro Nacional de Carteira de Habilitação.
RENAVAM	Registro Nacional de Veículos Automotores
RFB	Receita Federal do Brasil.
S2ID	Sistema Integrado de Informações sobre Desastres.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
SIGMA	Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (do Exército).
SINARM	Sistema Nacional de Armas (da Polícia Federal).
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.
SINIC	Sistema Nacional de Informações Criminais.
SINIVEM	Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Monitoramento.
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro.
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência.
SISCOMEX	Sistema Integrado de Comércio Exterior.
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.
SISPED	Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa.
SISVIG	Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuário.
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia.
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural.
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Sumário

1. Introdução 4
1.1. Identificação do objeto de auditoria 4
1.2. Antecedentes 5
2. Visão geral 6
2.1. Características Gerais 6
2.2. Histórico 6
2.3. Delimitação das Políticas Públicas aplicadas à fronteira 7
2.4. Grupos de interesse envolvidos 9
2.5. Atuação dos órgãos governamentais 15
2.5.1. Estratégia 15
2.5.2. Capacidade organizacional 21
2.5.2. Sistemas de informação 22
2.5.3. Integração 25
2.5.4. Orçamento 27
2.5.5. Ambiente de controle 31
3. Problema de auditoria e objetivos 33
3.1. Problema de auditoria, objetivos e escopo 33
3.2. Metodologia 33
4. Conclusão 38

Referências 39

Glossário 40

Apêndices

Apêndice a - Matriz de Planejamento 41

Apêndice b - Execução Orçamentária 51

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1. Introdução

1.1. Identificação do objeto de auditoria

Trata o presente relatório de projeto de Auditoria Operacional que tem por objetivo avaliar os aspectos de governança das políticas públicas de fortalecimento da fronteira, com o propósito de auxiliar o Executivo Federal na implementação destas políticas públicas. A fiscalização foi inserida no Plano de Fiscalizações do TCU de 2014 e de 2015, atendendo a determinação exarada no Acórdão 382/2014 - TCU - Plenário.

2. Segundo o Mapa da Violência 2012, elaborado pelo Instituto Sangari, somente Venezuela e Colômbia possuem taxas de homicídios maiores que o Brasil, na América do Sul. Como se não bastasse, estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) mostra que o país é o segundo no ranking de usuários de cocaína e derivados, com mais de 2,8 milhões de pessoas, atrás apenas dos Estados Unidos, com 4,1 milhões.

3. No âmbito do poder Executivo, há a consciência de que parte desses problemas, percebidos principalmente nas grandes cidades brasileiras, começa em uma fronteira mal guardada, por onde passam drogas, armamentos e mercadorias contrabandeadas.

4. Em função disso, estabeleceu-se um marco legal para o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, o qual vem sendo objeto de atenção por parte da mídia nacional, ante as grandes operações realizadas e aos expressivos valores programados para as atividades de defesa e segurança pública da região.

5. Atento a essa realidade, o Tribunal de Contas da União realizou Levantamento nas Políticas Públicas de Fortalecimento da Fronteira, ante a oportunidade de se desenvolver estudos para a obtenção de visão sistêmica sobre uma área considerada estratégica para o Brasil, sob vários aspectos.

6. Com a anuência do Ministro Relator, Excelentíssimo Sr. Ministro Valmir Campelo, realizou-se o Levantamento proposto, em cuja conclusão foi proposta a realização de auditorias de natureza operacional com os seguintes propósitos: (a) obter um diagnóstico da governança e gestão dos órgãos públicos na região, com a finalidade de auxiliar as organizações governamentais nas futuras implementações das políticas públicas; (b) identificar as falhas no processo de integração entre os órgãos que atuam na faixa de fronteira, especificamente nas áreas de formulação de planos e programas regionais de desenvolvimento socioeconômico, de segurança, interação com países vizinhos e fiscalização transfronteiriça; e (c) avaliar os recursos e ferramentas disponíveis e apontar as reais causas que produzem a condição atual de alarmantes carências de infraestrutura na região (física, pessoal, equipamentos e tecnológica), para fazer frente aos problemas existentes e proteger o território nacional.

7. Por meio do Acórdão nº 382/2012-TCU-Plenário, esta Corte determinou à Segecex que promovesse as ações de fiscalização sugeridas, com vistas a minimizar os riscos identificados nas políticas públicas na área de fronteira do País, submetendo à apreciação da Presidência do Tribunal, no prazo de 90 dias, proposta preliminar de trabalho na área.

8. Dessa forma, a presente auditoria foi concebida para obter um diagnóstico da governança das Políticas Públicas de Fortalecimento da Fronteira, envolvendo o desempenho dos órgãos públicos que atuam na região de fronteira - item (a) acima, e abordar os aspectos dos itens (b) e (c) sob a ótica da governança pública.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

1.2. Antecedentes

9. A Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental –SEMAG realizou dois trabalhos direcionados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (TC 013.705/2009-6 e TC 037.079/2012-3).

10. Inicialmente, um Levantamento com o objetivo de colher informações acerca da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, com vistas ao fornecimento de subsídios para a determinação de ações específicas de auditoria, no âmbito do Tema de Maior Significância - TMS Desenvolvimento Regional (TC 013.705/2009-6 – apreciado por meio do Acórdão 2.919/2009 – Plenário).

11. Depois, outro Levantamento para examinar os principais indicadores disponíveis para avaliar o desempenho da PNDR, incluindo sua explicitação no Plano Plurianual – PPA (2012 – 2015) e nos instrumentos de financiamento empregados pelo Governo Federal (TC 037.079/2012-3 – apreciado por meio do Acórdão nº 1005/2014 – TCU – Plenário).

12. A Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública – SecexDefesa, por sua vez, desenvolveu dois trabalhos que envolveram tanto a Política Nacional de Defesa quanto a Política Nacional de Segurança Pública.

13. O primeiro refere-se a um Levantamento de Auditoria que objetivou conhecer a organização e a forma como está estruturado o Projeto Sisfron - TC 016.424/2013-1 apreciado por meio do Acórdão nº 3322/2013 – TCU – Plenário).

14. O outro, também sob a forma de Levantamento de Auditoria, objetivou avaliar as condições de governança e de gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e das organizações de segurança pública dos estados e do Distrito Federal (OSPE), em especial quanto às condições de implementação da Política Nacional de Segurança Pública (TC 018.922/2013-9 – apreciado por meio do Acórdão nº 1042/2014 – TCU – Plenário).

15. Outros antecedentes que contribuíram para a compreensão do conjunto de questões que envolvem a segurança, controle e proteção da fronteira foram os Relatórios da Comissão Parlamentar de Inquérito do narcotráfico, em novembro/2000, e da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as organizações criminosas do tráfico de armas, em novembro/2006.

16. No âmbito do TCU, identificou-se auditoria de natureza operacional (TC nº 021.180/2010-5), realizada em 2010, com foco na Política Nacional sobre Drogas, onde se avaliou, dentre vários assuntos relacionados ao tema, a atuação dos órgãos de segurança pública na região de fronteira do país.

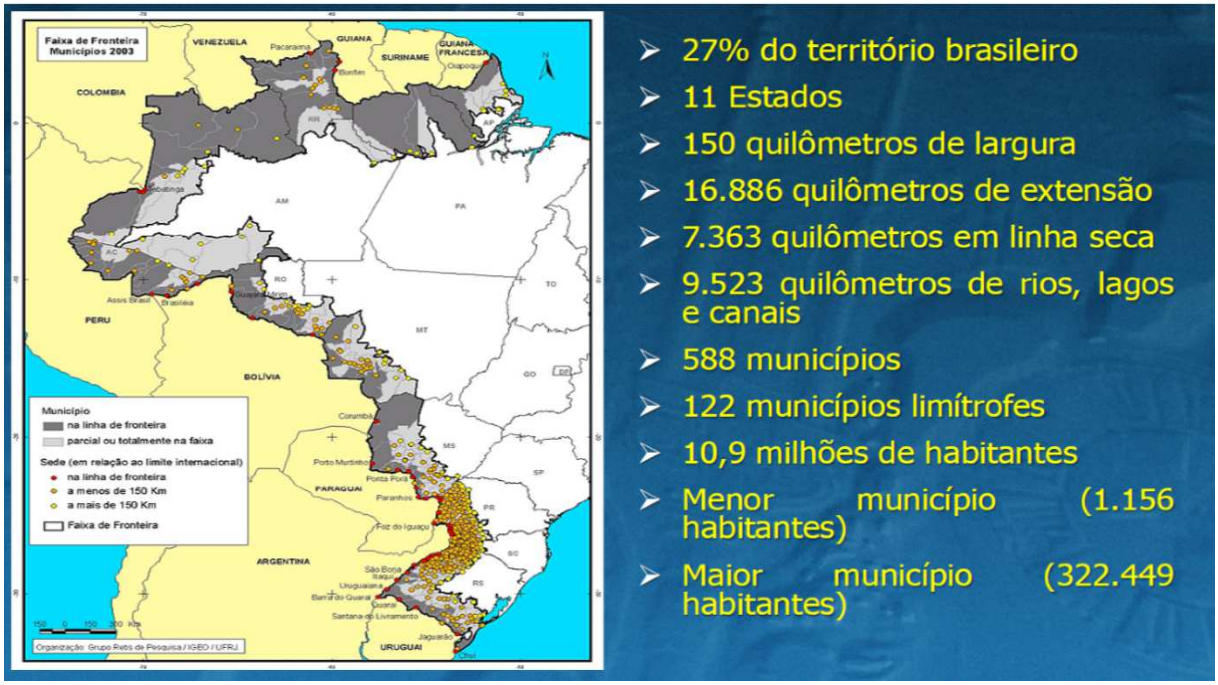
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2. Visão Geral

2.1. Características Gerais

17. A faixa de fronteira corresponde a 27% do território nacional (2.357.850 km²) e caracteriza-se geograficamente por ser uma faixa de até 150 km de largura ao longo dos 16.886 km de extensão da fronteira terrestre brasileira, sendo 7.363 km em linha seca e 9.523 km em rios, lagos e canais ao longo de 11 estados da federação, que fazem divisa com 10 países da América do Sul.

18. Nessa área, há 23.415 km de rodovias federais e nela residem cerca de 10,9 milhões de brasileiros, em 588 municípios, sendo 122 limítrofes, com 28 cidades gêmeas.



19. Segundo o art. 20, §2º, da Constituição Federal/88, a faixa é considerada fundamental para defesa do território nacional, sendo que sua ocupação e utilização são regidas pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

2.2. Histórico

20. Por estar situada no lado oposto àquele onde se iniciou a ocupação do território brasileiro – a costa do Atlântico, em cuja linha ou proximidades desenvolveram-se os principais conglomerados urbanos e aparelhos produtivos do país, a faixa de fronteira é muito menos povoada e desenvolvida que a costa Leste, conquanto seja de vital importância para a defesa nacional, para a segurança pública e para a integração com os países vizinhos.

21. Devido a um processo histórico que teve como base a preocupação com a garantia da soberania territorial desde os tempos coloniais, tanto o Brasil como os países limítrofes da América do Sul deram tratamento especial às áreas próximas à linha de fronteira, classificando-as como "zonas ou faixas de segurança", e impondo a essas áreas restrições com o propósito de evitar ou ao menos limitar a integração entre os habitantes dos dois lados da fronteira, em nome da segurança nacional.

22. Nas últimas décadas, sob o efeito da globalização e do reflorescimento dos regimes democráticos na região, após longo período em que preponderaram regimes de exceção, a zona de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

fronteira deixou de ser considerada uma área de contenção de possível invasão estrangeira e começou a ser vista como um espaço propício a favorecer a integração política e econômica com os países vizinhos.

23. A intensificação das relações entre os países do subcontinente conduziu a um novo dimensionamento dos interesses públicos na região. Incrementaram-se as relações comerciais entre países vizinhos e os investimentos transnacionais, a exemplo da construção da Estrada do Pacífico (Rodovia Interoceânica) e, ao mesmo tempo, passou-se a dar maior atenção aos controles aduaneiros e de controle de pragas e doenças.

24. Contudo, o incremento das relações econômicas entre os países vizinhos também ocasionou um aumento explosivo de atividades ilegais, como o contrabando e os tráficos de drogas, de armas e de pessoas.

25. Dessa forma, as verdadeiras ameaças ao Estado passaram a ser a progressiva destruição da ordem social, o crescente engajamento da população sem perspectivas de ascensão social no crime organizado e a falta de integração de suas políticas com as dos países vizinhos.

26. Tais fatores contribuíram sobremaneira para os crescentes índices de violência dos municípios de fronteira, aonde a elevação nas taxas de homicídio, como em muitas outras cidades brasileiras, vem sendo associada ao crescimento do tráfico de drogas e das disputas dele decorrentes. Supõe-se que outras economias ilegais, como contrabando, tráfico de armas e de pessoas possam também incrementar as taxas de homicídio.

27. Em estudo sobre crime organizado transnacional (UNODC: 2010), ao abordar as principais economias ilegais, a ONU apontou o Brasil como corredor de escoamento da cocaína produzida na região andina e canal de passagem para grande parte de cocaína consumida na Europa (UNODC: 2010, p. 6).

28. E, segundo o mesmo relatório da ONU (UNODC: 2010, p. 82), o Brasil é um dos maiores mercados consumidores dessa droga. Dos cerca de 2,4 milhões de consumidores estimados na América do Sul, um milhão está no Brasil.

29. Esse mercado atraiu grupos criminosos internacionais e organizações criminosas locais que competem nas regiões metropolitanas de todo o país pelo monopólio da distribuição no varejo de maconha, cocaína e crack.

30. Pesquisa realizada pelo Grupo UN de Notícias, divulgada no endereço eletrônico http://culturaverde.org/2012/08/30/5612-dos-homicidios-no-brasil-tem-ligacao-direta-com-o-trafico/ apurou que 56,12% dos assassinatos cometidos no Brasil têm ligação direta com o tráfico de drogas e que nas regiões Sudeste e Centro-Oeste o narcotráfico é responsável por mais de 60% de todas as ocorrências envolvendo homicídios e roubos.

31. Em consequência, todos os dias a imprensa registra mortes por disputa de controle de distribuição de drogas, por dívida de consumidores ou distribuidores de drogas ou ainda por assaltos cometidos por dependentes para conseguir dinheiro para comprar drogas.

32. Essa situação fez com que a sociedade identificasse a necessidade de se aumentar o controle sobre as fronteiras para reduzir a criminalidade e passasse a exigir do governo federal uma atitude mais efetiva quanto ao controle das fronteiras.

2.3. Delimitação das Políticas Públicas aplicadas à fronteira

33. Políticas públicas “são um conjunto articulado e estruturado de ações e incentivos que buscam alterar uma realidade em resposta a demandas e interesses dos atores envolvidos” (MARTINS, 2007).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

34. Participam da implementação das políticas públicas na fronteira vários entes públicos, no âmbito das três esferas de governo, com o objetivo de fortalecê-la, sob os aspectos do desenvolvimento socioeconômico, da segurança, da fiscalização transfronteiriça e da integração com os países vizinhos.

35. Não há política formalizada específica para o território fronteiriço, fato que poderá ser viabilizado pelo Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, PLS nº 380/2012, já aprovado pelo Senado Federal e que tramita na Câmara dos Deputados, sob o nº 6.460/2013.

36. Dessa forma, conquanto o universo de problemas seja amplo e relacionado a inúmeras demandas da faixa, delimita-se neste trabalho a rede de políticas públicas federais que ocupam posição de destaque no cenário nacional, haja vista o enfoque à segurança, ante os altos índices de violência do país e a sua relação com a criminalidade advinda da fronteira, sem desconsiderar, contudo, as iniciativas voltadas para o desenvolvimento e integração da região, sobretudo pelo envolvimento de questões econômicas e sociais.

37. Assim, embora sejam de alcance nacional, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, instituída pelo Decreto nº 6047, de 22 de fevereiro de 2007, a qual definiu a Faixa de Fronteira como área de tratamento prioritário para a redução de desigualdades regionais, a Política Nacional de Defesa, instituída pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 e a Política Nacional de Segurança Pública, não normatizada, essas duas dedicadas ao controle de ameaças ao Estado, sob o prisma da segurança. Inclui-se, ainda, a Política Externa brasileira, ante as relações com os países vizinhos e as ações que visam a promoção da integração sul-americana.

38. Fazia parte da PNDR, o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. A partir do PPA 2012-2015, aquele programa foi desmembrado em dois: - 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e o 2043 - Integração Sul-Americana.

39. A relação do Programa “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária” com a fronteira restringe-se aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Centro-Oeste.

40. No que tange ao Programa “Integração Sul-Americana”, verifica-se, no PPA em vigor, o objetivo de se estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

41. A segurança, segundo a Política Nacional de Defesa, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.

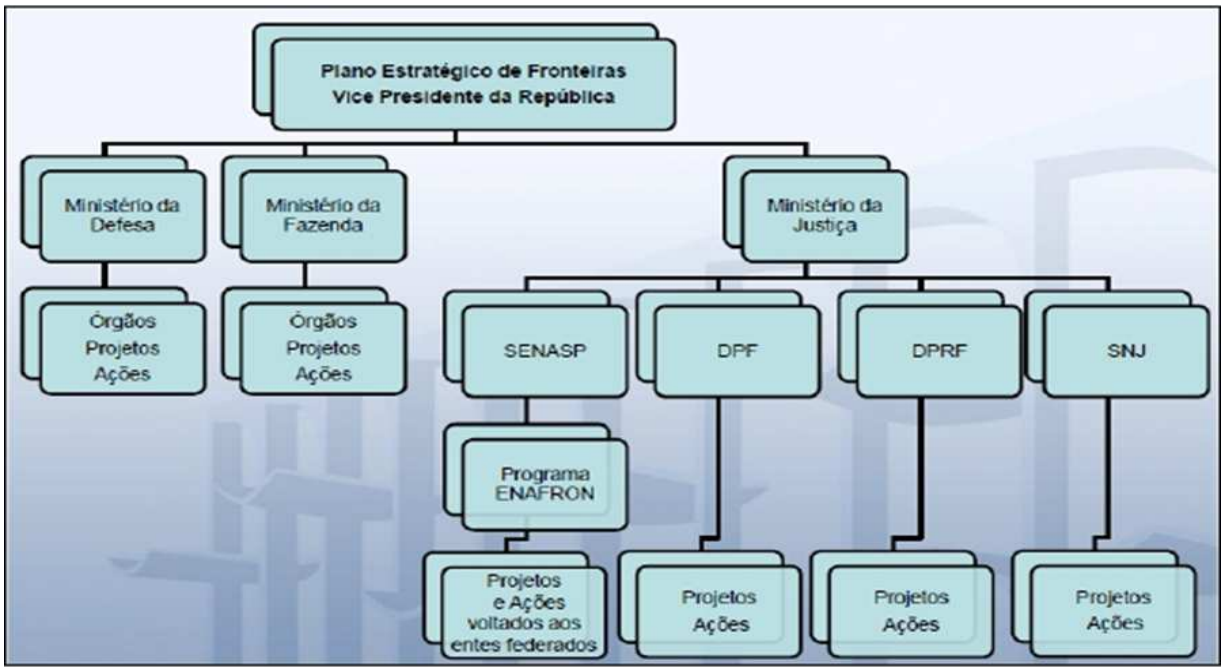
42. Nesse sentido, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, instituída pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, objetivou-se consolidar o sistema de comando e controle para a Defesa Nacional, por intermédio de um sistema integrado de Comando e Controle de Defesa, que deverá ser capaz de disponibilizar, em função de seus sensores de monitoramento e controle do espaço terrestre, marítimo e aéreo brasileiro, dados de interesse do Sistema Nacional de Segurança Pública, em função de suas atribuições constitucionais específicas.

43. Da parte da política nacional de segurança pública, apresenta-se a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – Enafron, criada para promover a articulação dos atores governamentais, das três esferas de governo, no sentido de incentivar e fomentar políticas públicas de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

segurança, uniformizar entendimentos e ações e aperfeiçoar o investimento de recursos públicos nas regiões de fronteira.

44. O programa Enafron faz parte do Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, para a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira, sob a coordenação dos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, conforme mostra o quadro adiante.



45. Relativamente à Política Externa brasileira, pode-se afirmar que a integração sul-americana é um dos seus objetivos estratégicos e tem no MERCOSUL e na UNASUL seus principais pilares.

46. O Art. 4º da Constituição Federal, referente aos princípios que orientam as relações internacionais da República Federativa do Brasil, além da "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" (inciso IX), estabelece como prioridade, em seu parágrafo único, a busca pela "integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações".

47. No mesmo sentido, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, firmado em 23 de maio de 2008 e promulgado pelo Decreto nº 7.667/2012, assenta, em seu art. 2º, que a UNASUL tem por objetivo "construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos".

48. Com base nos objetivos, programas e instrumentos governamentais mencionados pretende-se reunir dados suficientes para a compreensão da real política aplicada à região e extrair elementos que permitam avaliar a efetividade da ação estatal quanto à tentativa de resolução dos problemas da fronteira.

2.4. Grupos de interesse envolvidos

49. No que se refere à faixa de fronteira, os principais grupos de interesse envolvidos são, por ordem alfabética:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa/MS:

50. Seu papel é coordenar as ações de vigilância sanitária nos postos, aduanas e travessias oficiais de fronteira. Seu interesse é manter a saúde pública livre de ameaças.

Agências Oficiais de Crédito e Fomento

51. Para realização de investimentos em municípios localizados na fronteira, sejam públicos ou privados, é comum a participação de instituições oficiais de crédito, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia.

52. Quanto ao fomento, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, tem por objetivo o fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições, públicas ou privadas, que exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Agentes de Capacitação

53. Nesse mister cabe citar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) como agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte. Ademais, articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito) a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento. Também orienta os empreendedores para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio.

Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

54. Várias são as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados que possuem em suas atribuições que podem relacionar ao tema políticas públicas de fortalecimento da fronteira, tais como: Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).

55. No Senado Federal existem as seguintes Comissões permanentes: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. Englobando as duas casas legislativas federais, têm-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI.

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI

56. É atribuição do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República o assessoramento pessoal ao Presidente da República em assuntos militares e de segurança, assim como a coordenação das atividades de inteligência federal e de segurança da informação.

57. Compete ainda ao GSI, relativo ao tema em exame, executar as atividades permanentes, técnicas e de apoio administrativo, necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional - CDN, de conformidade com o disposto na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991 e exercer as atividades de Secretaria Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo, de conformidade com regulamentação específica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Governos dos países vizinhos

58. Os governos dos países limítrofes - Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa - têm, a princípio, interesses coincidentes com os do governo brasileiro para a região: garantia da defesa e soberania nacionais, manutenção da segurança pública, promoção do desenvolvimento social e econômico da população residente nas respectivas faixas de fronteira, integração dessas populações com as vizinhas e aumento do intercâmbio comercial para complementar e incrementar suas economias.

59. Entretanto, existem dificuldades na implementação de políticas transnacionais, derivadas de diferenças legais e socioeconômicas entre o Brasil e os países vizinhos, que propiciam ambiente favorável à proliferação de atividades ilícitas, em especial aquelas relacionadas com o tráfico de drogas e armas.

60. Essas dificuldades precisam ser vencidas mediante ações do governo brasileiro no sentido de auxiliar esses países a criarem condições e incentivos para que os agricultores e industriais dos dois lados da fronteira tenham possibilidade de alcançar lucratividade suficiente em atividades produtivas lícitas.

Instituições de Estudos, Ensino e Pesquisa

61. Muitos órgãos, entidades e setores de algumas universidades realizam estudos e pesquisas sobre o tema envolvendo políticas públicas aplicadas à fronteira, em especial nas áreas de desenvolvimento, integração e segurança. Nessa linha podemos enumerar as seguintes instituições: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Grupo Retis - Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro de Integração do Mercosul – Núcleo de Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Pelotas, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF/UFMS), Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (que produz o Anuário Brasileiro de Segurança Pública).

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

62. Executa as ações da defesa sanitária vegetal e animal nos postos, aduanas e travessias oficiais de fronteira, para fiscalizar o ingresso e certificar a saída de produtos de origem animal e vegetal do País e, por intermédio da Secretaria de Relações Internacionais – SRI, negocia eventuais barreiras sanitárias a produtos exportáveis nacionais e produtos importáveis de origem animal ou vegetal, com o objetivo de evitar o ingresso de pragas e doenças que possam causar danos à saúde pública, à produção agropecuária nacional e à confiabilidade desta nos mercados internacionais.

Ministério da Defesa – MD

63. Coordena as ações das Forças Armadas na linha e faixa de fronteira para garantir a soberania nacional; coopera com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; atua e coopera com órgãos federais na repressão de delitos transfronteiriços. Objetiva adensar a presença de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea nas fronteiras e desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o território e as águas jurisdicionais brasileiras.

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

64. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi criado pela Medida Provisória nº 1.911-8, de 29/07/1999 - DOU 30/07/1999, tendo como área de competência os seguintes assuntos: política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, propriedade intelectual e transferência de tecnologia; metrologia, normalização e qualidade industrial, políticas de comércio exterior, regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior; aplicação dos mecanismos de defesa comercial e participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior.

Ministério da Integração Nacional – MI

65. Formula planos e programas regionais de desenvolvimento e estabelece estratégias econômicas e sociais de integração. Para auxiliá-lo nesse intento, criou a CDIF, que congrega as iniciativas dos Núcleos de Fronteira no sentido de desenvolver um projeto de dimensões nacionais para o desenvolvimento da faixa de fronteira. Seus principais interesses são: (1) Propor medidas e coordenar ações que visem ao desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação do Governo Federal naquela região e (2) Definir, respeitadas as especificidades de atuação dos órgãos competentes, critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e a integração na área abrangida pela Faixa de Fronteira, estimulando a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos, visando à complementaridade das ações.

Ministério Público da União e dos Estados

66. Ao Ministério Público cabe atuar na defesa dos interesses sociais e na defesa da ordem jurídica, caberá a essa instituição zelar pela efetiva implementação e funcionamento dos conselhos gestores de políticas públicas.

Ministério das Relações Exteriores – MRE

67. Negocia e celebra tratados, acordos e demais atos internacionais com os países vizinhos, visando promover a integração política, econômica e social com eles.

Organismos Internacionais

68. Dada a particularidade do tema, de natureza transnacional, é natural a participação de organismos internacionais em acordos de cooperação técnica tais como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

69. Merece destaque ainda o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, união aduaneira (livre-comércio intrazona e política comercial comum) de cinco países membros (Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai). Registra-se que Chile, Colômbia, Bolívia, Peru e Equador possuem o status de países associados. Nota-se, à exceção do Chile e Equador, a existência de fronteiras desses países com o Brasil.

Polícia Federal – PF/MJ

70. Seu papel é exercer as funções de polícia de fronteiras; exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores e o tráfico de pessoas; e coibir a internalização de bens e valores de origem ilícita. Seus interesses são: inibir a ação do tráfico de armas e drogas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

reduzir os níveis de contrabando e descaminho na fronteira e inibir e reprimir a ocorrência de crimes transfronteiriços.

Polícia Rodoviária Federal – PRF/MJ

71. Realiza o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em lei. Seu propósito é colaborar na atuação contra o tráfico de armas e drogas, na redução dos níveis de contrabando e descaminho e na inibição e repressão de crimes transfronteiriços.

Receita Federal do Brasil – RFB/MF 011150877013003

72. Executa a fiscalização e controle aduaneiro nos postos, aduanas e travessias oficiais de fronteira e promove a repressão ao contrabando e descaminho, no limite da sua alçada, objetivando arrecadar tributos, combater a sonegação fiscal e os ilícitos relacionados ao comércio internacional, bem como proteger a indústria e comércio nacionais.

Secretarias Estaduais de Segurança Pública / Justiça

73. Têm por função promover a segurança pública nos seus respectivos Estados, por meio do controle e prevenção dos fatores e agentes geradores de criminalidade e violência.

74. Para isso, estabelecem programas de cooperação de segurança pública com os municípios e comandam ações integradas dos órgãos e instituições que lhe são subordinados, variáveis conforme o Estado, mas tendo como componentes mais característicos as Polícias Civil e Militar, esta última incluindo os Corpos de Bombeiros e batalhões/pelotões especializados, como os de Trânsito, Ambiental, Táticos e de ações especiais, podendo ser um deles o de Fronteiras. Contam ainda com o auxílio dos Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs e dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGI-Frons de seus respectivos Estados.

75. Seus principais interesses são: reduzir os índices de criminalidade no Estado; controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência; estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade; celebrar convênios com a União para receber recursos para seu aparelhamento e custeio.

Secretarias Estaduais afetas ao Desenvolvimento

76. Promovem o desenvolvimento dos seus respectivos Estados em ações globais e localizadas, formulam planos e programas regionais de desenvolvimento e estabelecem estratégias de integração econômica e social com outras unidades da federação e países vizinhos. No que diz respeito às ações relacionadas à faixa de fronteira, constituíram, sob a égide do Ministério da Integração Nacional – MI, Núcleos de Fronteira que atuam sob a coordenação da CDIF para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços.

77. Com relação à faixa de fronteira, objetivam propor medidas e coordenar ações que visem ao desenvolvimento de iniciativas necessárias à atuação do Estado naquela região e definir, respeitadas as especificidades de atuação dos órgãos competentes, critérios de ação conjunta governamental para o desenvolvimento e a integração naquela área, estimulando a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos, para a complementaridade das ações.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI

78. A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República – SRI, por intermédio da Subchefia de Assuntos Federativos, desempenha importante papel de articulação nas políticas públicas em decorrência de suas atribuições, entre as quais se destacam: acompanhar o desenvolvimento das ações federais no âmbito das unidades da Federação, subsidiar e estimular a integração das unidades federativas nos planos e programas de iniciativa do Governo Federal, contribuir com os órgãos do Governo Federal nas ações que tenham impacto nas relações federativas, contribuir com os órgãos da Presidência da República na constituição de instrumentos de avaliação permanente da ação governamental junto aos entes federados e à sociedade, estimular e apoiar processos de cooperação entre os entes federados e subsidiar e apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em suas atividades e projetos de cooperação técnica.

Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp/MJ

79. Seu papel é promover a integração dos órgãos de segurança pública e estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade. Também celebra convênios com os Estados fronteiriços e libera recursos para a formação e operação das unidades de Policiamento Especializado na Fronteira.

80. Seus interesses são: Intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras; Ampliar a presença do Estado na faixa de fronteira; Fortalecer a interlocução entre os órgãos federais, estaduais e municipais; Estabelecer convênios com os Estados para o aparelhamento da Polícia de Fronteira; Uniformizar a política de segurança pública dos Estados fronteiriços; e Aumentar a segurança pública do País mediante contenção do tráfico de drogas, armas e munições, da externalização de bens de origem ilícita e do tráfico de pessoas.

Setores produtivos nacionais e estrangeiros

81. Ao longo da zona de fronteira, que compreende a faixa de fronteira brasileira e as dos países limítrofes, que estabelecem como tal a distância de 50 km da linha de fronteira, há uma grande diversidade de interesses econômicos, que variam conforme a vocação produtiva e grau de desenvolvimento de cada região, desde a exploração do extrativismo mineral ou vegetal até a produção e comercialização de serviços ou produtos industrializados. Os empresários que, de ambos os lados, investem em empreendimentos transnacionais têm importante papel no desenvolvimento da região e merecem atenção quanto às suas reivindicações relativas às políticas governamentais para a integração e desenvolvimento da zona de fronteira.

Sociedade Civil

82. Dada a complexidade das políticas públicas de fortalecimento da fronteira é natural o envolvimento de vários grupos de interesse. Além da participação dos órgãos públicos na condição de gestores ou executores de tais políticas já enumerados, há a possibilidade de envolvimento dos mais variados setores da sociedade civil.

83. A efetiva participação de diversos atores da sociedade deve ser considerada de fundamental importância para a implantação de políticas públicas que atendem às reais necessidades da população e estabeleçam seus limites e alcances.

84. A participação pode ocorrer em vários momentos no ciclo de uma política pública, pois, embora ela seja especialmente relevante nas fases do planejamento e da avaliação, também deve

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

ser incentivada nos processos decisórios e consultivos, além da própria cooperação executiva na implementação das ações.

85. Enumera-se a seguir, de forma não exaustiva, vários grupos de interesse relativos às políticas públicas de fortalecimento da fronteira, tais como:

ASSOCIAÇÕES
- Associação Brasileira de Municípios
- Confederação Nacional de Municípios
- Frente Nacional de Prefeitos
- Comitês de Fronteira Binacionais
- Fórum de Governadores da Amazônia Legal

CONSELHOS
- Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
- Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul – CODESUL

OUTROS
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - Grupo Retis - Departamento de Geografia
- UFPel/RS – Centro de Integração do Mercosul – Núcleo de Estudos Fronteiriços
- Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA
- Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas – OBID
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Anuário Brasileiro de Segurança Pública
- IPEA
- IBGE
- SIM/DATASUS/MS- Sistema de Informações sobre Mortalidade
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Unidades da Federação

86. Na faixa de fronteira há 588 municípios, pertencentes aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Aos interesses das administrações municipais, que abrangem todos os aspectos relacionados ao bem-estar socioeconômicos de suas populações, somam-se os das respectivas administrações estaduais.

Vice-presidência da República

87. Em que pese o fato de que o art. 9º do Decreto Nº 7.496/2011, com a redação dada pelo Decreto Nº 7.638/2011, estabelecer que a coordenação do plano Estratégico de Fronteiras será exercida pelos Ministros de Estado da Justiça, da Defesa e da Fazenda, há referências oficiais no sítio oficial do Planalto (http://www2.planalto.gov.br/vice-presidencia/vice-presidente/plano-estrategico-de-fronteiras) que indicam que a coordenação do Plano Estratégico de Fronteiras está a cargo do vice-presidente da República.

2.5. Atuação dos órgãos governamentais

2.5.1. Estratégia

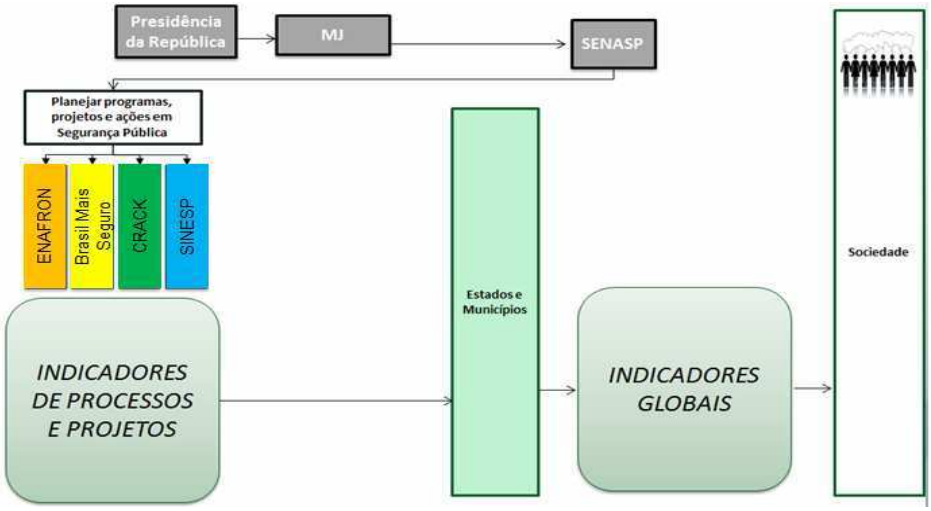
88. Assim como não há uma política pública específica para a fronteira, também não há um planejamento estratégico amplo que reúna aspectos de segurança, desenvolvimento e integração da região. Cada órgão atuante na fronteira tem o seu próprio.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

89. No que tange à segurança, verificam-se objetivos relacionados à fronteira no mapa estratégico do Ministério da Justiça, que congrega órgãos com atuação direta ou indireta na fronteira, como a SENASP, o Departamento de Polícia Federal - DPF e Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, tais como no processo interno da Segurança Pública Transversal onde se destacam os objetivos de enfrentar o tráfico de pessoas, drogas e armas, enfrentar o crime organizado e a lavagem de dinheiro e intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras. No processo interno da Cidadania e da Justiça destaca-se o objetivo de ampliar a presença do estado em territórios vulneráveis.

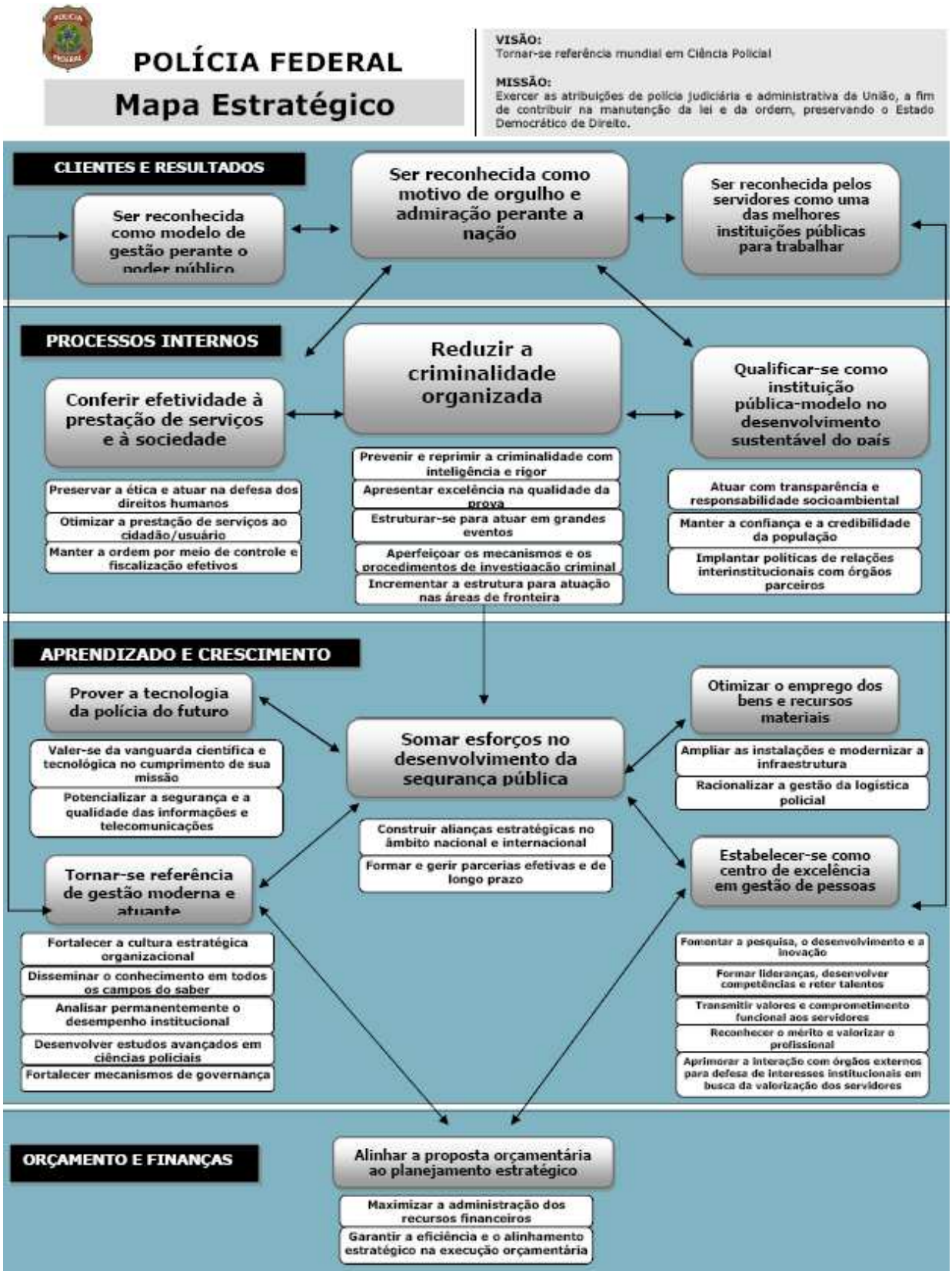
87. O mapa estratégico da Política Nacional de Segurança Pública, elaborado sob a coordenação da SENASP é o que se segue:

90. Já o planejamento estratégico da própria SENASP, consoante determinação da Presidência da República, centra-se na execução de quatro das ações estratégicas de Governo: Programas ENAFRON; “Crack, é possível vencer”, “Brasil mais seguro” e Projeto SINESP:



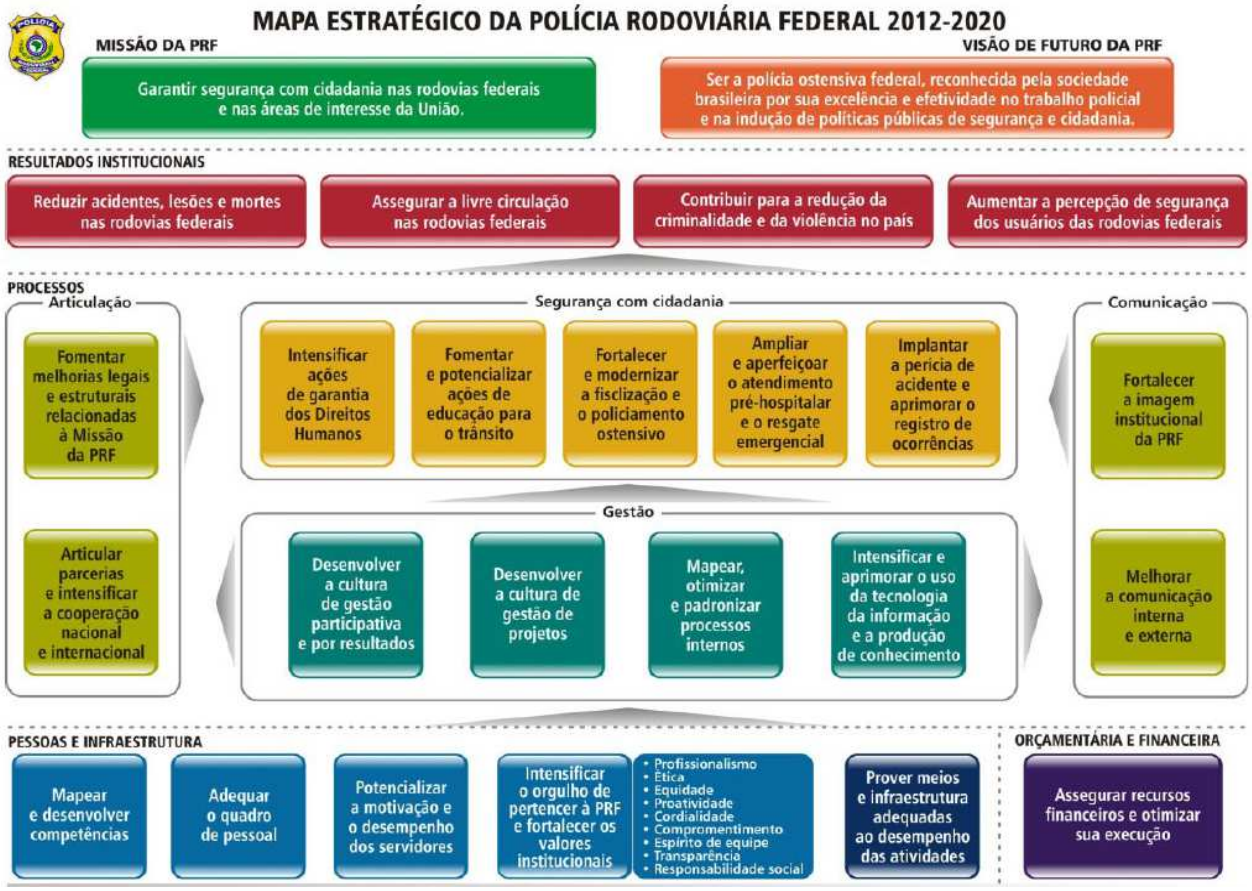
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

91. No que tange ao Departamento de Polícia Federal – DPF, a Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, estabelece que seu planejamento estratégico para o período 2010/2022 é composto por: I – Histórico; II – Negócio; III – Missão; IV – Visão; V – Valores; VI – Fatores Críticos de Sucesso; VII – Políticas Corporativas; VIII – Macro Objetivos; IX – Objetivos Institucionais e X–Ações Estratégicas. Seu mapa estratégico é exibido a seguir:



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

92. Por seu turno, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF instituiu seu Plano Estratégico por intermédio da Portaria nº 28, de 12 de fevereiro de 2014, e seu mapa estratégico para o período 2012-2020 inclui em seus processos no grupo "Segurança com Cidadania" o objetivo de fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo e no grupo "Articulação" o objetivo de articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional, objetivos esses que, apesar de pré-existentes, se alinham ao Plano Estratégico de Fronteiras.

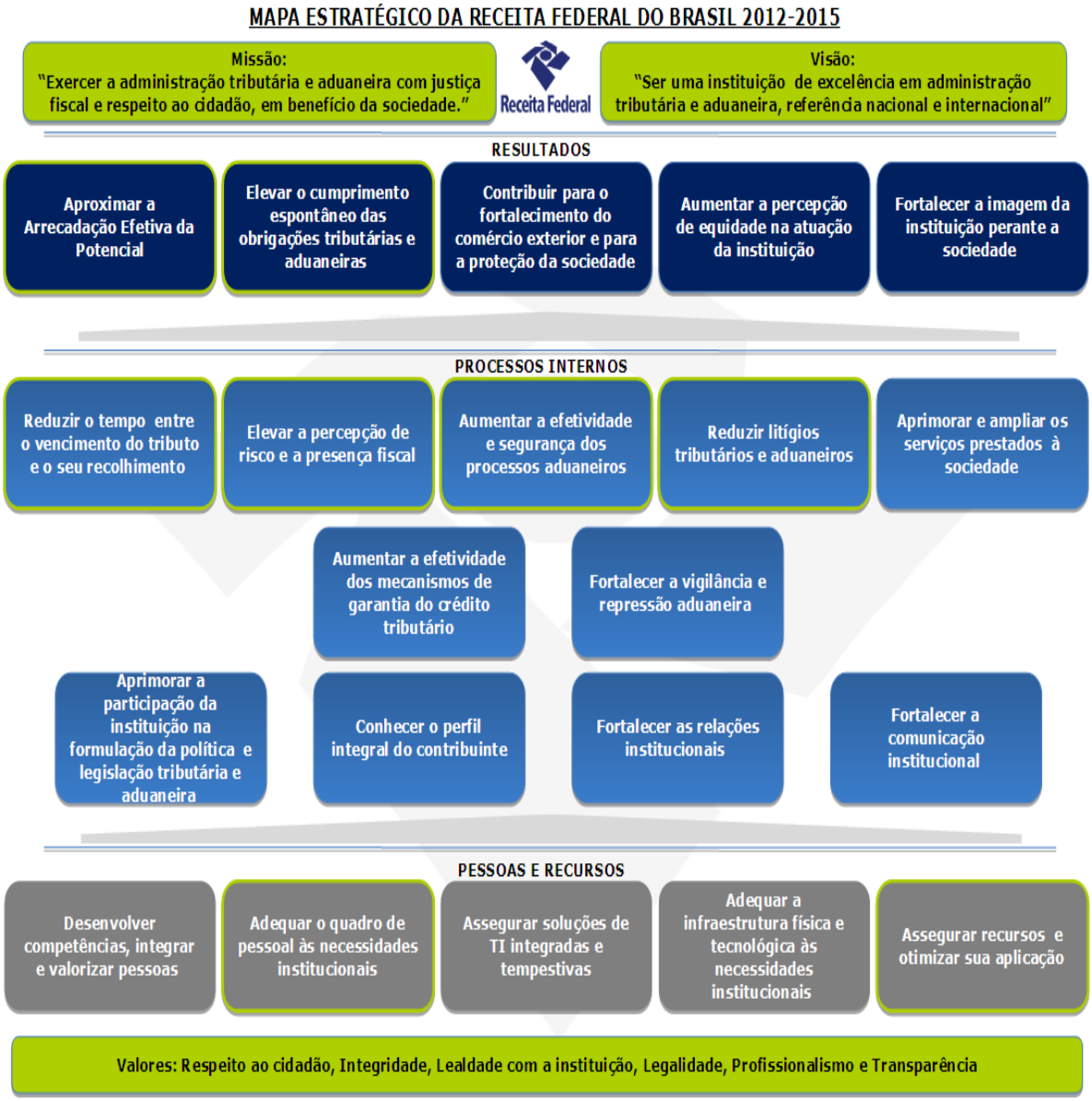


93. Quanto ao Ministério da Defesa, a Portaria nº 1.789/MD, de 24 de novembro de 2010, determinou estudar a criação de um sistema de planejamento estratégico para o órgão, de forma que ele acolhesse os atuais sistemas congêneres das Forças Armadas e estabelecesse cenários, diretrizes e prioridades da Defesa, dando suporte para que cada Força elaborasse seus próprios planejamentos.

94. Atendendo a essa determinação, em fevereiro de 2011 foi ativado o Grupo de Trabalho SISPED, que elaborou a metodologia a ser aplicada no Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa - SISPED, a qual foi aprovada pelo Ministro da Defesa por meio da Portaria Normativa nº 3.962/MD, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 244, Seção 1, página 23. Atualmente, esse trabalho está na etapa de desenvolvimento da fase Análise, para a qual foi ativado o Grupo de Trabalho SISPED/Análise.

95. No que se refere à Receita Federal do Brasil, o atual ciclo de planejamento estratégico abrange o período de 2012 a 2015 e é representado pelo mapa a seguir:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.



96. No âmbito do Ministério da Integração Nacional - MI, O planejamento estratégico, foi construído com base em diagnóstico situacional, realizado após coleta de informações e percepções das áreas finalísticas do MI. Esses dados foram analisados criticamente com foco, sobretudo, na transversalidade das ações existentes nas diversas áreas, considerando as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, para definição dos seguintes eixos temáticos ou prioridades do MI:

- Superar desigualdades regionais e erradicar a miséria;
- Ampliar e garantir a eficiência da irrigação;
- Garantir segurança hídrica;
- Assegurar proteção civil;
- Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva.

97. O mapa estratégico do MI é apresentado a seguir:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

98. Por fim, o Ministério das Relações Exteriores, órgão político-administrativo encarregado de auxiliar a Presidência da República na formulação da política externa, possui a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, que tem como objetivo estratégico promover a adequada implementação da política exterior brasileira, assegurando a prestação dos serviços diplomáticos e consulares pelas unidades gestoras do Ministério das Relações Exteriores. Este objetivo geral efetiva-se por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer um espaço econômico e político integrado na América do Sul e consolidar a União de Nações Sul-Americanas.
- Assegurar a participação do Brasil na tomada de decisões que afetam diretamente os interesses nacionais no plano da paz e segurança internacionais, em particular na esfera

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

multilateral do Sistema das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, e oferecer contribuição brasileira à reformulação e gerenciamento da ordem internacional.

- Consolidar a reforma das instituições da governança financeira e econômica global, de modo que a participação do Brasil reflita seu peso crescente no cenário econômico mundial.
- Diversificar e aprofundar as relações políticas e econômicas com os países da África.
- Diversificar e aprofundar as relações políticas e econômicas com os países da Ásia.
- Diversificar e aprofundar as relações políticas e econômicas com os países do Oriente Médio.
- Diversificar e aprofundar o diálogo com os países desenvolvidos, tendo em vista as relações do Brasil com esses países em contexto de uma ordem internacional multipolar.
- Promover parcerias internacionais para expandir a capacidade de inovação do setor produtivo brasileiro e para a capacitação e autonomia do País em tecnologias de interesse estratégico.
- Negociar acordos comerciais e defender os interesses do Brasil em fóruns multilaterais relativos ao comércio, em especial no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

99. Por sua natureza de órgão central de direção, a elaboração de mapa / plano estratégico não se aplica à Secretaria Geral do Ministério.

2.5.2. Capacidade organizacional

100. No plano federal, as cidades localizadas na faixa de fronteira contam com uma série de unidades dos Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas.

101. O Departamento da Polícia Federal dispõe de 46 delegacias nas cidades localizadas ou com atuação na faixa de fronteira. Cabe ressaltar que não há delegacias de polícia federal com atividades exclusivas de polícia de fronteiras, haja vista que todas elas realizam atividades de polícia judiciária da União e outras atividades administrativas.

102. No que se refere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, este dispõe de um efetivo de 1.565 policiais rodoviários federais com atuação na faixa de fronteira distribuídos em 07 Superintendências Regionais e 03 Distritos Regionais.

103. Já a Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe de 20 unidades organizacionais (delegacias, inspetorias e a Alfândega de Manaus-AM) na 1ª, 2ª, 9ª e 10ª Regiões Fiscais, que compreendem a totalidade dos Estados fronteiriços, Goiás, Tocantins e Distrito Federal. Essas unidades, que abrangem a faixa de fronteira mas também incluem capitais populosas como Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Goiânia, Manaus e Porto Alegre, contam atualmente com 766 Auditores-Fiscais e 854 Analistas Tributários.

104. Vale observar que a atuação das unidades da Receita Federal do Brasil na fronteira não difere, em essência, da desempenhada em outras regiões do país. Não obstante, a Secretaria dispõe de Equipes de Repressão Aduaneira para atuação em zona secundária, usualmente lotadas em cidades fora da zona primária.

105. As Forças Armadas, no seu papel de defesa da soberania nacional, dispõem ao longo da faixa de fronteira de unidades militares das três forças. No caso do Exército Brasileiro as unidades podem pesquisadas no sítio http://www.eb.mil.br/web/guest/quarteis-por-estado1. A estrutura organizacional da Marinha do Brasil pode ser acessada no link https://www.marinha.mil.br/estrutura-organizacional. E as organizações que compõem a Força Aérea podem ser acessadas no endereço http://www.fab.mil.br/organizacoes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

106. A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, como órgão responsável pela promoção da integração e estímulo à modernização e ao reaparelhamento dos órgãos de segurança pública, dispõe de estudos e estatísticas das estruturas dos entes federados na área de segurança. Segundo estes, o efetivo de policiais civis e militares lotados na fronteira totalizou o montante de 29.038 em abril de 2014.

107. No plano estadual, registra-se a atuação das unidades de polícia civil e batalhões ou comandos de polícia militar, alguns deles contando com grupos especiais de Policiamento Especializado em Fronteiras (DOF, GEFron, CIPOFron etc.) criados para atuar de forma preventiva e repressiva nas regiões de fronteira e divisas, dentro de suas atribuições, no controle aos crimes típicos da região.

108. Ressalvados os Núcleos de Fronteira localizados nas capitais dos estados fronteiriços e vinculados às Secretarias de Estado de Desenvolvimento ou similares as funções de Desenvolvimento e Integração, não dispõem da mesma capilaridade observada nos órgãos de segurança e fazendários, ficando a cargo dos Ministérios ou órgãos centrais.

109. Sistemas de Informação têm como um dos grandes desafios assegurar agilidade da informação, a qualidade, que são mandatórios para seus gestores e as corporações. O principal benefício proporcionado pela tecnologia aos Sistemas de Informação é a habilidade de processar um enorme volume dados e informações, simultaneamente, tornando a disponibilização destas, praticamente imediata.

110. Nos parágrafos seguintes descreveremos os principais sistemas de informação da área finalística dos órgãos da Administração Pública Federal relacionados direta ou indiretamente à fronteira.

111. No âmbito do Ministério da Defesa destacam-se o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) e o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

112. O SISFRON é desenvolvido pelo Exército e baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, interligada a sistemas de comando e controle, que, por sua vez, estarão interligados às unidades operacionais com capacidade de dar resposta, em tempo real, aos problemas detectados. O referido sistema envolve o uso de radares, sistemas de comunicação e veículos aéreos não tripulados.

2.5.3 Sistemas de Informação

113. Sistemas de Informação têm como um dos principais desafios assegurar agilidade e qualidade da informação, que são essenciais para seus gestores e as corporações. O principal benefício proporcionado pela tecnologia aos Sistemas de Informação é a habilidade de processar simultaneamente grande volume dados e disponibilizar as informações requeridas no momento em que são requeridas.

114. Nos parágrafos seguintes são citados os principais sistemas de informação da área finalística dos órgãos da Administração Pública Federal relacionados, direta ou indiretamente, à fronteira.

115. No Ministério da Defesa destacam-se o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON e o Sistema de Vigilância da Amazônia -SIVAM.

116. O SISFRON é desenvolvido pelo Exército e baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, interligada a sistemas de comando e controle, que, por sua vez, estarão interligados às unidades operacionais com capacidade de dar resposta, em tempo real, aos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

problemas detectados. O referido sistema envolve o uso de radares, sistemas de comunicação e veículos aéreos não tripulados.

117. O Sistema de Vigilância da Amazônia ou SIVAM é um projeto elaborado pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia. Conta com uma parte civil, o Sistema de Proteção da Amazônia, ou SIPAM.

118. Pelo Decreto nº 1778/1980 foi instituído o SISDABRA - Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro com a finalidade de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro.

119. O SISDABRA é um sistema que organiza todas as unidades de caça, artilharia antiaérea, reconhecimento eletrônico, em prol da defesa contra qualquer ameaça aeroespacial. O SISDABRA conta com um órgão Central, o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro - COMDABRA, localizado em Brasília e ativado em dezembro de 1995.

120. O Ministério da Justiça é o responsável pela gestão do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. O órgão deverá orientar e acompanhar as atividades integradas; coordenar as ações da Força Nacional de Segurança Pública; promover programas de aparelhamento, treinamento e modernização das polícias e corpos de bombeiros; implementar redes de informação e troca de experiências; realizar estudos e pesquisas nacionais; consolidar dados e informações estatísticas sobre criminalidade e vitimização; e coordenar as atividades de inteligência da segurança pública.

121. A criação deste sistema ainda depende da aprovação do Projeto de Lei 3734/2012, da Câmara dos Deputados. O eixo do sistema, de acordo com a proposta, será garantir a segurança pública e os direitos fundamentais, individuais e coletivos do cidadão. A União terá o papel de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

coordenação e definição das regras gerais do sistema, que devem ser respeitadas pelos estados e Distrito Federal na instituição de suas políticas de segurança pública.

122. A Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP é responsável pela Rede INFOSEG, que integra os bancos de dados das secretarias de segurança pública de todos os estados e distrito federal, incluindo termos circunstanciados e mandados de prisão; o sistema de controle de processos do Superior Tribunal de Justiça; o sistema de CPF e CNPJ da Receita Federal; o RENACH - Registro Nacional de Carteira de Habilitação e RENAVAM - Registro Nacional de Veículos Automotores, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN; o SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, do Exército; o SINARM - Sistema Nacional de Armas, da Polícia Federal e o SINIC - Sistema Nacional de Informações Criminais, ambos da Polícia Federal. Estão em estudos e negociações outros sistemas para comporem a grande Rede INFOSEG.

123. A SENASP gerencia o SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas, que é um portal de informações integradas, em parceria com os entes federados, possibilitando consultas estatísticas, operacionais, investigativas e estratégicas relacionadas a drogas, segurança pública, justiça criminal, sistema prisional, entre outras. O SINESP subsidiará diagnósticos de criminalidade, formulação e avaliação de políticas de segurança pública e promoverá a integração nacional de informações de forma padronizada. Desse sistema se originou o SINESP Cidadão, cujo primeiro módulo é o Consulta Veículo que permite a qualquer pessoa consultar, principalmente por meio de dispositivos móveis, em segundos, se determinado veículo consta como roubado, furtado ou clonado em todo o país.

124. Merece destaque ainda o sistema SINIVEM (Sistema Integrado Nacional de Identificação de Veículos em Movimento) e é o nome do sistema de tecnologia que gera informações para o Projeto Fronteiras. O sistema SINIVEM é composto por hardwares e softwares integrados que trabalham em conjunto para atender aos requisitos estabelecidos pelos Projetos aos quais o sistema se aplica.

125. A Polícia Rodoviária Federal criou o Sistema Alerta Brasil, que tem por objetivo controlar o tráfego de veículos e permitir a rápida identificação de irregularidades pelo confronto de dados em tempo real, o que resultará em uma reação mais rápida e efetiva da PRF no combate a irregularidades, sejam elas de ordem administrativa ou criminal.

126. O Sistema Nacional de Armas - SINARM, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, com circunscrição em todo o território nacional, é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população, conforme previsto na Lei 10.826/03.

127. A Agência Brasileira de Inteligência é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, SISBIN, que foi criado para integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do Brasil, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

128. A Receita Federal do Brasil é um dos órgãos responsáveis pelo Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, instituído pelo Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, é um sistema informatizado responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, através de um fluxo único e automatizado de informações. O SISCOMEX permite acompanhar tempestivamente a saída e o ingresso de mercadorias no país, uma vez que os órgãos de governo intervenientes no comércio exterior podem, em diversos níveis de acesso, controlar e interferir no processamento de operações para uma melhor gestão de processos. Por intermédio do próprio Sistema, o exportador (ou o importador) trocam informações com os órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização.

129. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária gerencia o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, que foi instituído com o objetivo de promover a integração e sistematização da coleta, pesquisa e tratamento de dados e informações sobre o uso e posse da terra,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

compreenderá a implantação e manutenção dos seguintes cadastros, previsto na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e legislação complementar.

130. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável pelo Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internacional de Produtos e Insumos Agropecuário - SIGVIG, que destina-se a atender a necessidade de gerenciamento e controle do recebimento, envio e fiscalização das mercadorias importadas e exportadas através dos portos, aeroportos e fronteiras, com um cadastro único dos estabelecimentos, representantes autorizados e de requerimentos de importação e exportação com seus respectivos termos.

131. O Ministério da Integração Nacional dispõe, na área de proteção e defesa civil, do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID que visa a informatizar o processo de transferência de recursos em virtude de Desastres. O objetivo é qualificar e dar transparência à gestão de riscos e desastres no Brasil, já que, além de agilizar o processo, garantirá o acesso a informações sobre desastres em diversos níveis.

2.5.3. Integração

132. Na esfera das quatro políticas públicas selecionadas, verificam-se planos e ações conduzidos pelo Governo Federal que demonstram a estratégia adotada.

133. O Decreto de 8 de setembro de 2010 instituiu a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), formada por 20 órgãos do Governo Federal e oito entidades convidadas, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira, estimulando a articulação com os governantes locais.

134. Para a execução de suas atribuições, essa Comissão conta com uma secretaria executiva, exercida pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, e núcleos estaduais formados por instituições que contribuem para o desenvolvimento fronteiriço.

135. O Ministério da Integração Nacional, enquanto órgão coordenador da CDIF, elaborou o Plano Brasil Fronteira, ainda não oficializado, que contempla o programa de segurança pública e solução de contenciosos que garantam ambiente propício ao desenvolvimento e integração da faixa de fronteira.

136. A proposta desse plano, ao articular aspectos considerados fundamentais para o êxito de uma política regional, está alinhada ao debate em torno da revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR e leva em consideração as contribuições de cada um dos estados nos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Integração de Fronteiras.

137. No que tange à segurança, em junho de 2011, foi dado início ao Plano Estratégico de Fronteiras, que tem como diretrizes:

I - a atuação integrada dos órgãos de segurança pública e das Forças Armadas; e
II - a integração com os países vizinhos.

138. Complementando essa orientação, o artigo 4º afirma que o Plano Estratégico de Fronteiras será efetivado mediante:

I - ações de integração federativa entre a União e os estados e municípios situados na faixa de fronteira;

II - implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

III - ações de cooperação internacional com países vizinhos.

139. O plano tem por base a atuação conjunta entre o Ministério da Defesa, da Justiça e da Fazenda em duas vertentes.

140. A primeira, denominada “Operação Sentinela”, coordenada pelo Ministério da Justiça, atua permanentemente, baseada em fiscalizações e inteligência. Prevê a congregação de forças federais, estaduais e municipais, bem como sua capacitação, formação e aparelhamento.

141. A segunda, denominada “Operação Ágata”, coordenada pelo Ministério da Defesa, de atuação temporária, tendo como foco o emprego das Forças Armadas – em conjunto com os órgãos de segurança pública – no combate preventivo e repressivo em áreas previamente determinadas.

142. As Forças Armadas, responsáveis pela defesa do território nacional, com forte presença na região fronteiriça, atuam, em caráter subsidiário, no combate a delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, inclusive com poder de polícia, com amparo no art. 16-A da Lei Complementar nº 136, de 25 de Agosto de 2010.

143. As ações do Plano Estratégico de Fronteiras são implementadas por meio de:

I - Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGIF; e

II - Centro de Operações Conjuntas - COC.

144. Os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira têm como objetivo a integração e a articulação das ações da União com as ações dos estados e municípios. Cada GGIF foi constituído por ato do Governo Estadual e é composto pelas autoridades federais e estaduais e por representantes dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal da região de fronteira.

145. O Centro de Operações Conjuntas, cuja sede encontra-se nas instalações do Ministério da Defesa, é composto por representantes de todas as instituições partícipes das operações, mediante assinatura de acordo de cooperação, sem hierarquia, com decisões tomadas por consenso. Compete ao COC realizar a integração entre os partícipes, o acompanhamento e a coordenação das ações do Plano Estratégico de Fronteiras.

146. Em dezembro de 2012, foi assinado o termo de adesão dos 11 Estados fronteiriços com o Ministério da Justiça pelo Programa Enafron - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, que prevê a execução de inúmeras ações e projetos com foco nos órgãos estaduais de segurança pública, buscando o aprimoramento da prestação de segurança pública e consequente fortalecimento da cidadania e melhoria das condições de vida das pessoas que residem nos municípios localizados na faixa de fronteira.

147. Recursos federais são repassados por meio de convênios e são utilizados para o fortalecimento de ações de inteligência, estruturação de unidades especializadas de fronteira, inovações tecnológicas de monitoramento e controle e o reaparelhamento de postos integrados de fiscalização. Os Estados também recebem auxílio de peritos e policiais civis e militares da Força Nacional, coordenada pela Senasp, para realizar os inquéritos, cumprir mandados de prisão e reforçar o policiamento ostensivo em áreas prioritárias.

148. Para incrementar a capacidade de o Estado brasileiro monitorar a fronteira terrestre, o Exército, seguindo as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, desenvolveu o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - Sisfron, projeto baseado em uma rede de sensores colocados sobre a linha de fronteira, que produzirá informações para a tomada de decisões interagências, a ser implantado em toda a faixa, no prazo de 10 (dez) anos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

2.5.4. Orçamento

149. A maioria das ações relacionadas à faixa de fronteira não têm individualização orçamentária específica, ou seja, os recursos consignados no PPA e na LOA podem se referir exclusivamente a essa região, parte a ela e o restante a outras, ou ainda, podem ser totalmente direcionados a outros locais.

150. Isso dificulta sobremaneira, quando não impossibilita, a tarefa de aferir em que medida a execução financeira das ações do Governo Federal direcionadas à faixa de fronteira está de acordo com o planejamento para o qual estas foram dotadas de recursos nas leis orçamentárias.

151. Essa é mais uma consequência de não existir uma política pública federal para a faixa de fronteira: o prejuízo da efetividade das ações de controle exercidas pelos órgãos especializados e pela sociedade em geral acerca dos esforços governamentais para a solução dos problemas estruturais da fronteira.

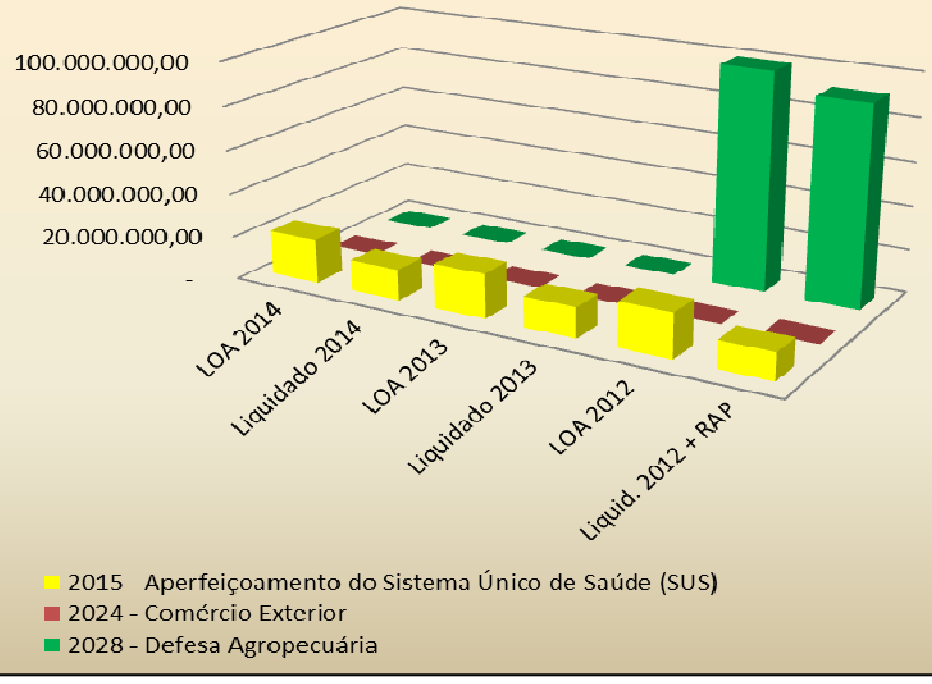
152. Diante da limitação acima descrita, na análise empreendida neste trabalho dos aspectos orçamentários das políticas federais para o desenvolvimento, integração, segurança e defesa das fronteiras procurou-se identificar tanto quanto possível as ações governamentais que atuassem em problemas inerentes à faixa de fronteira, segundo quatro aspectos estruturais, como se verá adiante.

I - Controle de mercadorias que ingressam pelas fronteiras do país

153. Nesse aspecto, a faixa de fronteira, é contemplada no Plano Plurianual – PPA 2012-2015 por iniciativas dos seguintes programas:

- 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), gerido pelo Ministério da Saúde;
- 2024 – Comércio Exterior, sob responsabilidade do Ministério da Fazenda;
- 2028 – Defesa Agropecuária, alçada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Gráfico 1 - Execução orçamentária das iniciativas voltadas ao controle de mercadorias que ingressam no País



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

154. Quanto à destinação de recursos nos exercícios de 2012 a 2014, verifica-se que, até o dia 17/12/2014:

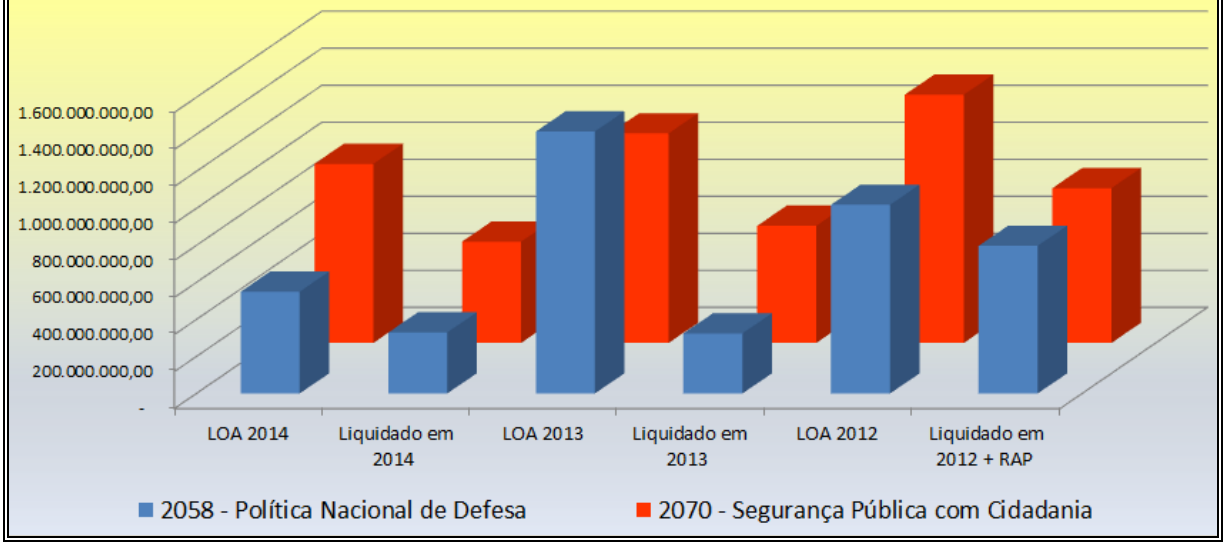
- O programa 2015 tem uma única iniciativa fortemente vinculada à fronteira - 02Q2, a qual se resume à ação "6138 - Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados". Essa ação orçamentária teve dotações iguais nos três exercícios, de R$ 20.412.000,00, sendo que os valores desembolsados referentes a 2012, 2013 e 2014 foram, respectivamente, R$ 12.571.704,63 (61,6% da dotação), R$ 14.029.048,15 (68,7% da dotação) e R$ 14.148.957,58 (69,3% da dotação);
- No Programa 2024, as iniciativas pertinentes à fronteira sequer tiveram qualquer dotação de recursos nas Leis Orçamentárias de 2012 e 2014;
- Já no Programa 2028, a única iniciativa identificável como relacionada à fronteira foi a "012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários", cujas ações tiveram destinação de recursos somente no exercício de 2012, quando foram consignadas dotações totais de R$ 99.948.742,00 para elas, com execução financeira de 97,6%, já incluídos os pagamentos efetuados em 2013.

II - Segurança pública

155. No que diz respeito à fronteira, no PPA 2012-2015 a segurança pública tem previstas iniciativas dentro dos programas:

- 2058 – Política Nacional de Defesa, competência do Ministério da Defesa, com orçamento de R$ 1.018.999.169,00 para 2012, R$ 1.414.824.196,00 para 2013 e de R$ 549.377.991,00 para 2014;
- 2070 – Segurança Pública com cidadania, no âmbito do Ministério da Justiça com orçamento de R$ 1.340.582.368,00 para 2012, R$ 1.131.471.227,55 para 2013 e de R$ 966.939.216,00 para o exercício de 2014.

Gráfico 2 – Execução orçamentária de iniciativas voltadas à Segurança Pública



156. No tocante à real aplicação de recursos, as ações concernentes à fronteira do programa 2058 receberam, até 17/12/2014, 78,2%, 22,9% e 59,9% dos totais estipulados, respectivamente,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

para os exercícios de 2012, 2013 e 2014. Ressalte-se que o menor índice de execução, 22,9% foi justamente para o maior valor, R$ 1.414.824.196,00. Com isso, o grau de liquidação das despesas estimadas para a soma dos três exercícios foi de 48,6%.

157. Dentro desse programa, merecem destaque, pela materialidade e grau de inexecução financeira, as ações "1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte" e "14T5 - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON".

158. A primeira, cujos recursos previstos nos exercícios de 2012 e 2013, somados, atingiram R$ 1.095.490.310,00, teve apenas 34,2% desse valor liquidado. De vital importância para o combate aos crimes transfronteiriços, A segunda teve dotações somadas de R$ 453.000.000,00 nos exercícios de 2013 e 2014, mas recebeu aporte de apenas 42,2% desses recursos, R$ 191.175.585,53.

159. Já as iniciativas voltadas à fronteira do programa 2070 não tiveram muito melhor sorte: até 17/12/2014, receberam, respectivamente, 62,3%, 57,5% e 62,6% dos recursos consignados para os exercícios de 2012, 2013 e 2014.

160. Nesse panorama de inexecução financeira sobressaem-se, pela materialidade e nível de inexecução, a ação 20IC - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, que teve dotações somadas de R$ 1.052.383.927,00 nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 e execução de somente 48,9% desse valor - R$ 514.379.546,57 e a ação 20ID - Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, cujas dotações nos exercícios de 2012 e 2013 perfizeram R$ 510.691.177,00, enquanto os desembolsos, incluindo os realizados em 2014, perfizeram 40,7% desse valor, R$ 208.092.088,04.

III - Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira

161. Esse aspecto é contemplado no PPA 2012-2015 por iniciativas do programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, do Ministério da Integração Nacional.

162. Nesse programa, o objetivo 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva tem como meta "Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados, sendo 20.000 na Faixa de Fronteira, 22.520 em mesorregiões diferenciadas, 57.550 na região do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim e 6.700 no semiárido".

163. Entretanto, não há sequer uma iniciativa ou ação dentro desse objetivo cuja descrição permita divisar que seja aplicável à faixa de fronteira.

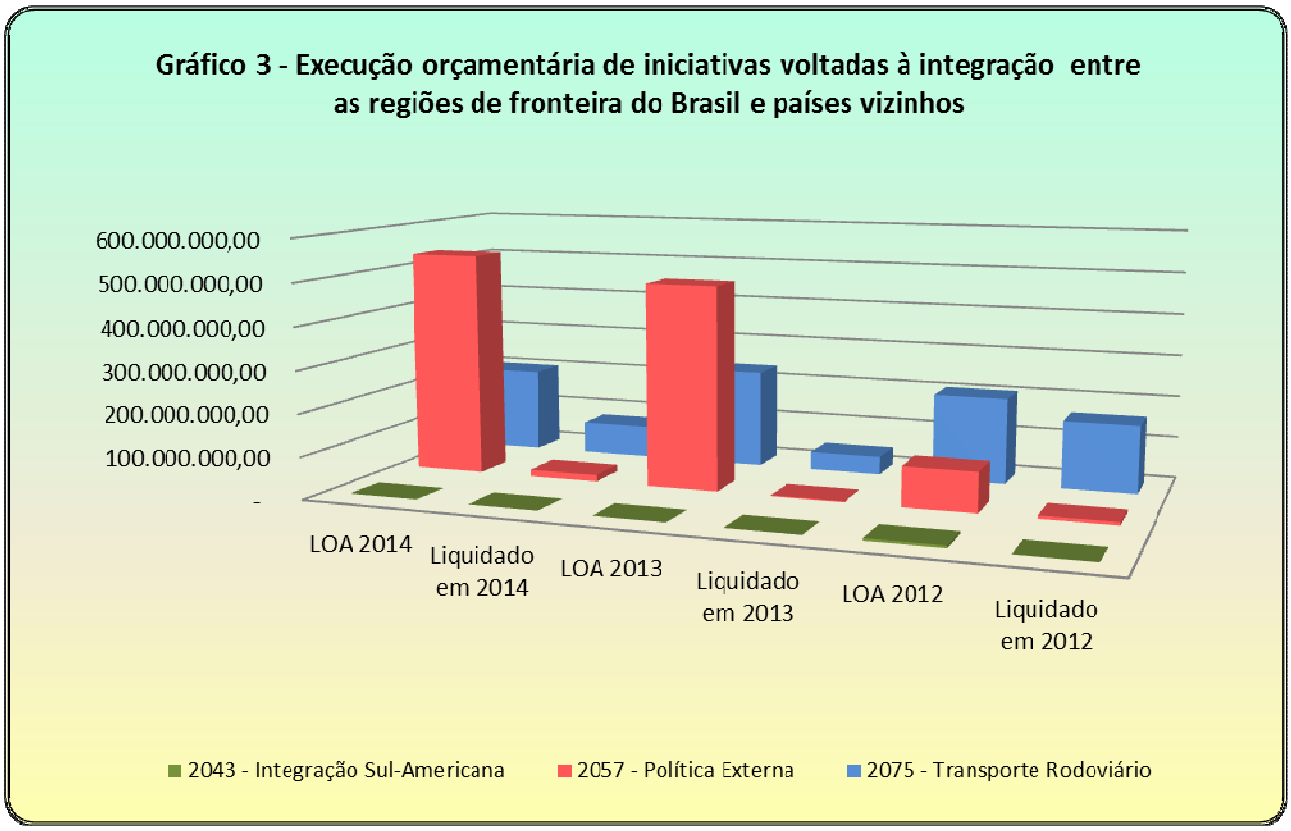
164. Assim, fica impossibilitada a avaliação que se pretendia fazer quanto a esse ponto.

IV - Integração entre as regiões de fronteira do Brasil e países vizinhos

165. Esse aspecto é contemplado no PPA 2012-2015 por iniciativas ligadas à fronteira dos programas:

- 2043 – Integração Sul-Americana, a cargo do Ministério da Integração Nacional, com orçamento de R$ 5.750.000,00 em 2012 e sem dotação orçamentária em 2013 e 2014;
- 2057 – Política Externa, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, cujas dotações orçamentárias para ações voltadas à fronteira somaram R$ 94.575.346,00 em 2012, R$ 483.375.000,00 em 2013 e R$ 533.347.086,00 no exercício de 2014;
- 2075 – Transporte Rodoviário, no âmbito do Ministério dos Transportes, cujas dotações orçamentárias para ações voltadas à fronteira somaram R$ 205.984.998,00 em 2012, R$ 235.200.000,00 em 2013 e R$ 202.508.000,00 em 2014.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.



166. No que tange à concretização dessas iniciativas nos exercícios de 2012 a 2014, constata-se que, até 17/12/2014:

- Aquelas pertinentes do programa 2043 receberam somente 6,1% dos R$ 5.750.000,00 previstos para 2012 e sequer tiveram dotação orçamentária nos exercícios de 2013 e 2014;
- As iniciativas orientadas para a fronteira do programa 2057 obtiveram pífios 8,0%, 0,5% e 3,0% das verbas alocadas, respectivamente, para os exercícios de 2012, 2013 e 2014, com destaque para a atividade 20WW – Relações e negociações bilaterais que, no período, teve liquidados desprezíveis 0,4% - R$ 4.009.641,07 – dos R$ 990.079.084,00 que lhe foram reservados nas Leis Orçamentárias de 2013 e 2014;
- Já as iniciativas dirigidas à fronteira do programa 2075 foram agraciadas com 103,3%, 31,5% e 63,3% dos recursos a elas destinados, respectivamente, em 2012, 2013 e 2014, atingindo uma média de 64,4% de execução orçamentária no período.

167. Por sinal, o programa 2075 deixa bem evidente a imponderabilidade do orçamento público federal: enquanto a ação 1422 – Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul na BR-364, no Estado do Acre, teve liquidados **R$ 100.504.873,12** ante uma dotação original de R$ 3.167.600,00 com execução financeira de **3.029,4%** da dotação orçamentária para o triênio, as ações 110O – Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277, no Estado do Paraná, e 112N – Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul, cujas respectivas dotações totais no período foram de R$ 151.589.000,00 e R$ 103.728.009,00, não receberam recurso algum para sua realização.

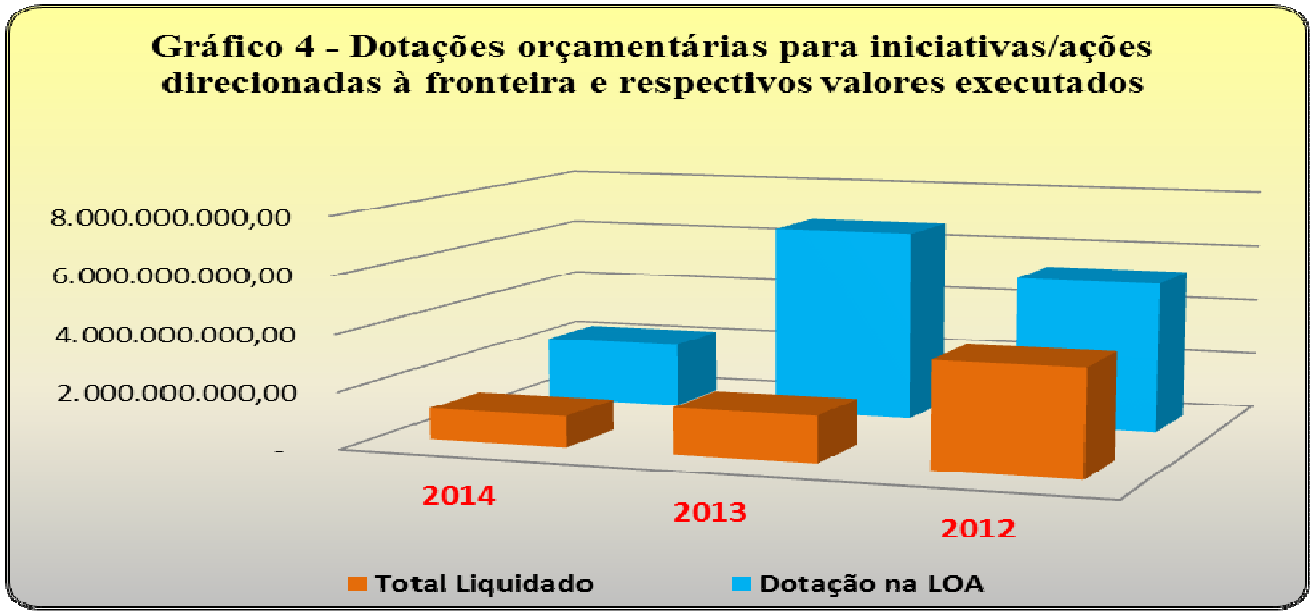
168. Para que se tenha uma visão geral da execução orçamentária acumulada das iniciativas/ações direcionadas à fronteira, faz-se no próximo quadro o confronto das somas das dotações das Leis Orçamentárias de 2012 a 2014 com os totais desembolsados nesses três exercícios:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Valores programados nas LOAs 2012 a 2014 e efetivamente executados (em Reais)				
	Programa	Dotação nas LOAs de 2012 a 2014	Valores liquidados de 2012 a 2014	% de execução
2015	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	61.236.000,00	40.749.710,36	66,5%
2024	Comércio Exterior	-	-	0,0%
2028	Defesa Agropecuária	99.948.742,00	97.531.735,83	97,6%
2029	Desenv.Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	5.942.190.234,00	2.264.991.621,34	38,1%
2043	Integração Sul-Americana	5.750.000,00	352.817,60	6,1%
2057	Política Externa	1.111.297.432,00	25.741.824,95	2,3%
2058	Política Nacional de Defesa	2.983.201.356,00	1.451.015.296,93	48,6%
2070	Segurança Pública com Cidadania	3.438.992.811,55	2.091.957.112,31	60,8%
2075	Transporte Rodoviário	643.692.998,00	414.806.104,20	64,4%
	TOTAIS	**14.286.309.573,55**	**6.387.146.223,52**	**44,7%**

169. Como se pode ver, as iniciativas/atividades diretamente relacionadas à faixa de fronteira receberam no triênio menos da metade dos recursos dimensionados nas leis orçamentárias dos três primeiros anos do Plano Plurianual 2012-2015.

170. Um panorama geral pode ser visualizado no gráfico a seguir:



171. Esse quadro é preocupante, na medida em que denota baixa capacidade do Governo Federal para executar as políticas públicas para o fortalecimento da faixa de fronteira.

2.5.5. Ambiente de controle

172. Ambiente de controle é a consciência de controle da entidade, sua cultura de controle. Para sua maior efetividade é necessária a existência de setores na estrutura do órgão que tenham atribuições claras de controle, tais como unidades de controle interno, corregedoria e ouvidoria.

173. Quanto à existência de unidade de controle interno nos órgãos operacionais alvos desse trabalho, observou-se que o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores possuem, nos termos do art. 22, inciso II, §2º da Lei 10.180/2001, órgãos setoriais de controle, denominadas Secretarias de Controle Interno (CISET). Os Ministérios da Justiça (Decreto

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

6061/2007), Integração Nacional (Portaria MI 117/2012), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Decreto 7127/2010) possuem em suas estruturas um assessor especial de controle interno.

174. Ainda no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Federal possui um assessor de controle interno. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal não dispõe dessa função. Este órgão alega no Relatório de Gestão do exercício de 2013 que mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual é subordinada, esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF.

175. Todos os órgãos em análise possuem em sua estrutura uma unidade de corregedoria, com exceção, dadas as peculiaridades das forças armadas, do Ministério da Defesa.

176. O Ministério das Relações Exteriores estabelece as atribuições da Corregedoria do Serviço Exterior no art. 49 do Decreto 7304/2010. A Corregedoria Seccional do Ministério da integração encontra-se em processo de formalização. No âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Decreto 7127/2010 nomeia o órgão correcional como Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE – subordinada à Secretaria-Executiva.

177. As atribuições da Corregedoria-Geral do Departamento de Polícia Federal estão disciplinadas no Decreto 75381/2011, que alterou o Decreto 6061/2007. No âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal as atribuições da Corregedoria-Geral estão disciplinadas Portaria MJ nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

178. No que tange à existência de unidade de ouvidoria, todos os órgãos objeto da auditoria possuem em sua estrutura uma unidade de ouvidoria como canal de processamento de comentários, reclamações, críticas, sugestões e elogios.

179. A Secretaria Nacional de Segurança Pública, órgão específico singular do Ministério da Justiça, não possui em sua estrutura unidades de controle interno, corregedoria e ouvidoria. Não obstante, nos termos do Decreto Nº 6061/2007, exerce a função de Ouvidora-Geral das polícias federais.

180. A Secretaria da Receita Federal do Brasil conta com uma Corregedoria-Geral (COGER) e uma Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT) subordinadas diretamente ao Secretário da Receita Federal do Brasil. A referida instituição conta também com uma ouvidoria própria.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

3. Problema de auditoria e objetivos

Problema de auditoria

181. Historicamente, a fronteira tem sofrido os efeitos da desarticulação das políticas públicas aplicadas à região e a consequente pulverização de recursos em investimentos desconectados e projetos fragmentados, com baixo impacto na geração de emprego e renda da população daquele território.

182. As estatísticas revelam que os entraves ao desenvolvimento dessa área trazem reflexos diretos à saúde, educação e segurança de seus habitantes.

183. Esse cenário aliado às diferenças legais e socioeconômicas entre o Brasil e os países vizinhos propicia ambiente favorável à proliferação de atividades ilícitas, em especial aquelas relacionadas com o tráfico de drogas e armas.

184. Além disso, a fragilidade no controle transfronteiriço de bens, veículos e pessoas, de responsabilidade do Estado brasileiro, causado especialmente pela ausência de investimentos em infraestrutura e equipamentos, pela carência de recursos humanos e distanciamento entre os órgãos que lá atuam, dificulta a detenção de infratores, que se valem da grande capilaridade da rede viária nacional e do limite internacional para se organizarem e se beneficiarem de forma impune.

185. O conjunto desses fatores repercute no interior do país, na medida em que se instalam rotas de tráfico ilícito, definidas por um poder paralelo, que destrói a capacidade regulatória do Estado, mina a efetividade dos governos e afeta o desenvolvimento da economia.

186. A solução proposta pelo Executivo Federal para minimizar os efeitos desse quadro contém elementos de cooperação e integração, com a intenção de se evitar duplicidades de esforços e descontinuidades de ações no processo de implementação das políticas públicas para a região.

187. Eis o foco de atuação deste Tribunal para o trabalho que ora se apresenta, cujo objetivo é a avaliação dos aspectos de governança das políticas públicas aplicadas à fronteira.

188. Para tanto, aplicou-se o Referencial aprovado pela Portaria/TCU nº 230, de 25 de agosto de 2014, que é um modelo de análise de políticas públicas baseado em fatores de governança, acompanhado de questões avaliativas.

189. Nesta auditoria, foram utilizados oito componentes de avaliação, cujo resultado fornecerá elementos que possibilitarão fazer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança.

190. Em consonância com o que se adverte no Referencial do TCU, a avaliação que se realiza apenas visa contribuir para que se conheçam os problemas de governança existentes no arcabouço normativo que sustenta a política nacional direcionada à fronteira.

191. O processo de tratamento, ou seja, a forma como essa governança precisa ser melhorada, nos casos concretos, cabe aos gestores públicos responsáveis pela política pública.

1.4. Metodologia

Organização e escopo

192. Preliminarmente à realização da presente auditoria foi realizado um Levantamento, no bojo do TC 017.367/2013-1, no qual a equipe serviu-se das técnicas da Árvore de Problemas, Análise Stakeholder, Modelo Lógico, Análise SWOT, Diagrama de Verificação de Risco e Matriz de Planejamento, expediu ofícios de solicitação, realizou entrevistas, aplicou questionários, consolidou

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

as informações e elaborou uma Matriz de Riscos, em função da qual propôs a realização de ações de controle.

193. A ação de controle que constitui o objetivo desta auditoria é estabelecer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança das políticas públicas voltadas à faixa de fronteira.

194. Para perseguir esse intento, o objeto dos trabalhos foi identificar a eficiência, a eficácia e a efetividade da execução das políticas federais aplicadas naquele espaço.

195. Contudo, como ficou constatado no Levantamento que não existe uma política pública específica para a faixa de fronteira, adotou-se a abordagem ilustrada pela figura a seguir:

196. Nessa figura, a circunferência maior representa as políticas públicas nacionais e a menor (central) as parcelas dessas políticas que são aplicadas na região de fronteira. O setor evidenciado como “Política Pública para a Fronteira” é composto por essas parcelas das políticas federais mais vinculadas aos principais problemas da faixa de fronteira, que são desenvolvimento, integração, defesa e segurança pública: Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, Política Externa, Política Nacional de Defesa e Política Nacional de Segurança Pública.

197. Esse conjunto de políticas será analisado sob a ótica de cada um dos seus componentes, tal como definidos no Referencial do TCU para Avaliação de Governança em Políticas Públicas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Componentes do Modelo Referencial do TCU para Avaliação de Governança em Políticas Públicas

198. Para realizar essa análise, foram formuladas nove questões de auditoria relacionadas aos principais aspectos de cada um dos componentes de governança adotados pelo TCU, quais sejam: (1) Em que medida a política nacional de fronteira está formal e adequadamente institucionalizada; (2.1) De que forma a lógica de intervenção da política nacional de fronteira está alinhada com seus componentes e resultados esperados; (2.2) De que forma os órgãos partícipes estabelecem o planejamento estratégico da política nacional de fronteira e como se alinham à política; (3) De que maneira ocorre a participação social e das partes interessadas no âmbito da política pública; (4) Em que medida os órgãos governamentais estão estruturados e dispõem de recursos suficientes para executar a Política Nacional de Fronteira; (5) Em que medida as esferas de governo e os órgãos envolvidos com a política pública atuam de maneira coerente e coordenada; (6) Em que medida o sistema de monitoramento e avaliação da política pública está adequadamente estruturado para produzir informações com vistas a retroalimentar os processos decisórios de forma a favorecer o aprendizado e o aperfeiçoamento das ações para o alcance dos resultados; (7) De que maneira os controles internos envolvidos estão estruturados para identificar e responder aos principais riscos da política pública e (8) Se os arranjos para promoção da accountability preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, que assegurem a transparência das ações e dos resultados da política pública.

199. Para responder às questões de auditoria foi construída a Matriz de Planejamento (Anexo I), que orientou a definição dos órgãos e unidades detentores das informações requeridas e dos instrumentos de coleta de dados.

200. A consolidação dessas informações possibilitará que se alcance conclusões a respeito das questões suscitadas, de forma a permitir um diagnóstico geral da situação da governança das políticas federais para a região, de forma a permitir que sejam formuladas recomendações aos diversos órgãos envolvidos para que se aumente a efetividade das suas ações para o alcance pretendido para o conjunto de políticas públicas para a região.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Não escopo

201. Cumpre destacar que a Defesa Sanitária Animal e Vegetal, responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, não foi incluída no escopo da auditoria por já ter sido objeto de auditoria operacional realizada pela mesma equipe em 2011, no bojo do TC 026.155/2011-7.

202. Também deve ser esclarecido que o escopo desta auditoria não inclui avaliar a gestão dos diversos órgãos federais responsáveis pela concretização das políticas públicas para a faixa de fronteira e, tampouco, avaliar a governança dos órgãos estaduais e municipais envolvidos.

Critérios

203. Os principais critérios de avaliação que serão adotados nos trabalhos desta auditoria serão:

- Constituição Federal de 1988, notadamente os artigos 21, 91 e 144;
- Decreto nº 7496/2011, que criou o Plano Estratégico de Fronteiras, sua Exposição de Motivos e os Termos de Adesão dos Estados e Acordos de Cooperação dele decorrentes;
- Regimentos Internos do Centro de Operações Conjuntas - COC e dos 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira - GGIF;
- Decreto de 8 de setembro de 2010, que instituiu a CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira e sua Exposição de Motivos;
- Decretos Estaduais que criaram os 11 Núcleos de Fronteira e Regimentos internos destes;
- Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, que dispôs sobre a Política Nacional de Defesa;
- Decreto nº 6703/2008, que estabeleceu a Estratégia Nacional de Defesa;
- Normativos regentes da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON e do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON;
- Texto para Discussão do Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável para a Faixa de Fronteira – Plano Brasil Fronteira;
- Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, já aprovado pelo Senado Federal, sob o nº 380/2012, e que tramita na Câmara dos Deputados, sob o nº 6.460/2013;
- Processos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão dos órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI;
- Regulamentações e atas dos colegiados;
- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 e seus anexos;
- Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2012, e seus anexos;
- Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2013, e seus anexos;
- Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2014, e seus anexos;
- Dados sobre Gastos Diretos do Governo e Transferências de Recursos, disponíveis no Portal da Transparência, endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Locais visitados

204. O critério de escolha dos locais a serem visitados durante a fase de execução da auditoria, além dos órgãos centrais, foi o de importância no volume de comércio internacional em cada Estado fronteiriço em que existam vias de acesso aos países vizinhos. Dentre todos os Estados fronteiriços, o único que não teve localidades selecionadas foi o Pará, por não ter vias de acesso e postos aduaneiros na fronteira. As localidades selecionadas foram:

Estado	Cidades selecionadas
Acre	Assis Brasil
Amapá	Oiapoque
Rondônia	Guajaramirim
Roraima	Pacaraima
Amazonas	Tabatinga
Mato Grosso	Cáceres
Mato Grosso do Sul	Ponta Porã e Corumbá
Paraná	Foz do Iguaçu e Guaíra/Mundo Novo-MS
Santa Catarina	Dionísio Cerqueira
Rio Grande do Sul	Uruguaiana e Santana do Livramento

Instrumentos de Coleta de Dados

205. Para que as questões de auditoria fossem respondidas a contento, adotaram-se como instrumentos de coleta de dados, os a seguir dispostos e relacionados na matriz de planejamento anexa:

- Ofícios de solicitação de informações;
- Entrevistas de questões abertas e fechadas;
- Questionários eletrônicos;
- Revisão documental;
- Revisão Legal;
- Estudo orçamentário comparativo;
- Estudo financeiro comparativo;
- Observação direta; e
- Cruzamentos de bases de dados.

Conformidade com as NAT do TCU:

206. As análises e conclusões finais do presente trabalho serão efetuadas em conformidade com as normas e técnicas de auditoria aceitas pelo Tribunal.

207. Todas as evidências coletadas durante a execução do trabalho serão submetidas à aplicação de testes de suficiência, relevância e confiabilidade.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

4. Conclusão

208. Ante o planejamento definido detalhado na matriz, na qual se apresentam cada um dos oito componentes para avaliação da governança das políticas federais para a região de fronteira, seguindo o Referencial do TCU, optou-se por agrupar todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, segurança e integração daquele território, mesmo diante da complexidade de um tema que engloba vasta gama de programas governamentais a cargo de vários órgãos da administração pública.

209. Para que se pudesse ter uma visão completa das políticas implementadas, a equipe entendeu oportuno extrair todas as informações necessárias para avaliar cada um dos componentes do modelo definido pelo TCU durante a fase de execução, aproveitando-se o conteúdo das coletas de dados realizadas tanto na capital federal, em mais de dez órgãos, quanto nos 11 estados fronteiriços, nas diversas unidades federais e estaduais distribuídas ao longo da faixa.

210. O volume levantado reúne um significativo conjunto de inter-relações entre temas que possuem alto grau de conexão, fato que requer exame cuidadoso da matéria para que não haja prejuízo de análise.

211. Como o objetivo é fornecer elementos que possibilitem fazer um diagnóstico do estágio de desenvolvimento em que se situa o sistema de governança, mostrou-se mais apropriado dividir o resultado das evidências por etapas para que se pudesse dar o devido aprofundamento a cada conjunto de componentes tratado.

212. Nesse sentido, após discussões pertinentes com a participação de colegas da Semag, que atuou como tutora, e da SecexAmbiental, que deu apoio técnico à equipe, e submetidas à Coestado, decidiu-se consolidar os componentes “institucionalização” e “planos e objetivos” na etapa inicial e apresentar a sua avaliação neste primeiro relatório. Na sequência, agrupar-se-ão as análises dos quesitos “participação”, “capacidade organizacional e recursos” e “coordenação e coerência”, a serem empreendidas e publicadas em um segundo relatório. Ao final, “monitoramento e avaliação”, “gestão de riscos e controle interno” e “accountability” terão sua avaliação realizada e divulgada no terceiro e último relatório dessa empreitada.

213. Espera-se, assim, contribuir para que se conheçam os problemas de governança existentes nas políticas federais aplicadas para a região de fronteira, indicando-se os caminhos que precisam ser melhorados e promovendo-se os devidos monitoramentos pertinentes.

Secex/MS, em 17 de dezembro de 2014.

Assinado Eletronicamente
Abenathar Lopes de Araújo Jr
AUFC – Matrícula 3063-5

Assinado Eletronicamente
Luís Antônio Guimarães Corrêa
AUFC – Matrícula 3852-0

Assinado Eletronicamente
Mário Júnior Bertuol
AUFC – Matrícula 3057-0
Coordenador

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Referências

BRASIL. Blog da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. A faixa de fronteira. Disponível em http://cdif.blogspot.com.br/.

_____. Blog da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Plano Brasil Fronteira. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B5BeIYgngIvldFlwZHJKT1VIeU0/edit?pli=1.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6460/2013. Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=594072.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 84 de 02/12/2014. Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_02.12.2014/index.shtm.

_____. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira.

_____. Decreto nº 6407, de 22/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=255372&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB.

_____. Decreto s/n de 08/09/2010. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=241832&norma=262726&anexos=.

_____. Decreto nº 7496, de 08/06/2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=263664&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB.

_____. Decreto nº 7638, de 08/12/2011. Altera o Decreto no 7.496, de 08/06/2011, que institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7638.htm.

_____. Lei nº 12.593, de 18/01/2012. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm.

_____. Lei nº 12.595, de 19/01/2012. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12595.htm.

_____. Lei nº 12.798, de 04/04/2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12798.htm.

_____. Lei nº 12.952, de 20/01/2014. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12952.htm.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ab3fdf20-dcf6-43e1-9e64-6248ebd1353&groupId=10157.

_____. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional. Seminário Perspectivas para a Faixa de Fronteira. Disponível em http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/seminario_perspectivas_para_a_faixa_de_fronteira.pdf.

_____. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Secretaria de Acompanhamento e Articulação Institucional. Anexo ao Seminário Perspectivas para a Faixa de Fronteira. Disponível em http://geopr1.planalto.gov.br/saei/images/publicacoes/2010-2011/anexo_do_seminario_perspectivas_para_a_faixa_de_fronteira.pdf.

_____. Tribunal de Contas da União. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/fiscalizacao_controle/normas_auditoria/BTCU-ESPECIAL-12-de-05-07-2011%20Normas%20de%20Auditoria_0.pdf.

_____. Tribunal de Contas da União. Publicações institucionais. Referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2686056.PDF.

GODOI, Rafael e CASTRO, Sérgio de. Fronteiras Abertas – Um retrato do abandono da Aduana Brasileira. Brasília-DF, 2010.

DIAS, Reinaldo e MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. Editora Atlas. 2012.

UFRJ. Departamento de Geografia da UFRJ. Grupo Retis/UFRJ. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Glossário

Accountability - Para a Administração Pública, é a obrigação que têm as pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, às quais se tenham confiado recursos públicos, incluídos os órgãos, as entidades e organizações de qualquer natureza, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades. E, ainda, obrigação imposta, a uma pessoa ou entidade auditada de demonstrar que administrou ou controlou os recursos que lhe foram confiados em conformidade com os termos segundo os quais lhe foram entregues.

Análise stakeholder – Processo sistemático de coleta e análise de informação para a identificação dos principais atores envolvidos, dos seus interesses e do modo como esses interesses irão afetar os riscos e a viabilidade de programas ou projetos.

Análise SWOT – Ferramenta utilizada para fazer análise subjetiva das capacidades internas, para identificar as forças e as fraquezas da organização, e do ambiente externo no qual atua a organização, para apontar as oportunidades e ameaças presentes. A palavra SWOT é um acrônimo formado pelas palavras inglesas Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Estas quatro dimensões de estudo resultam em uma lista de prós e contras que auxiliam na tomada de decisão.

Diagrama de Verificação de Risco - Técnica da Gestão de Risco que visa a gerenciar efeitos adversos que possam comprometer um processo de gestão baseada na análise do impacto e das probabilidades de ocorrência de risco no contexto dos controles existentes.

Matriz de planejamento - Documento que relaciona, embasado no enunciado do objetivo da auditoria, as diversas questões de auditoria e, para responder a cada uma, quais as informações requeridas, as fontes de informações, as técnicas de auditoria, as limitações e os possíveis achados de auditoria.

Modelo Lógico - Recurso metodológico para explicitar de maneira sistemática e visual a estrutura de programa orientado para resultados e facilitar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações programadas e as mudanças ou resultados que se espera alcançar.

Recintos alfandegados – São os pátios, armazéns, terminais e outros locais destinados à movimentação e ao depósito de mercadorias provenientes ou destinadas a outros países.

Zona Primária - É a área que compreende as faixas internas de portos e aeroportos, recintos alfandegados e locais habilitados na fronteira terrestre, além de outras áreas nas quais são efetuadas operações de carga e descarga de mercadorias, sob controle aduaneiro, procedentes ou destinadas ao exterior.

Zona Secundária - É a área que compreende o restante do território aduaneiro, sendo seus recintos alfandegados representados pelos entrepostos, depósitos, terminais e outras unidades destinadas ao armazenamento de mercadorias importadas ou exportadas, para serem movimentadas ou permanecerem sob controle aduaneiro.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

Q1 - Em que medida a política nacional de fronteira está formal e adequadamente institucionalizada?

Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1, 2 e 3. Normas, planos, programas, estratégias, sistemas, tratados, acordos e atos Internacionais e outros disciplinadores da atuação articulada dos órgãos que compõem a Política Nacional de Fronteira.	1, 2 e 3. PPA 2011/2015; Decreto nº 7496/2011-Plano Estratégico de Fronteiras, termos de adesão e acordos de cooperação dele decorrentes; Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005 – Política Nacional de Defesa; Decreto nº 6703/2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Normativos regentes da ENAFRON e do SISFRON; Decreto de 8 de setembro de 2010 (CDIF); Regimentos Internos do COC e CDIF (MI); Decretos Estaduais que criaram os 11 Núcleos de Fronteira; Regimentos internos dos 11 GGIFs e NFs; Tratados, Acordos e Atos Internacionais; legislação pertinente e processos praticados pelo MRE (negociações, etapas, requisitos, formalização); Portais na internet dos órgãos e entidades governamentais; 3. Gestores e servidores indicados como interlocutores.	1, 2 e 3. Consulta a legislação correlata por meio eletrônico, incluindo os Decretos Estaduais que criaram os GGI-Frons/CTs e Núcleos de Fronteira 1, 2 e 3: Expedição de ofícios solicitando: • Chefe de Gabinete da Vice-Presidência da República - VPR: Normativos que regulamentam as atribuições do VPR como coordenador do Plano Estratégico de Fronteira; • MRE, MF, MD, MJ, MI, RFB, PF, PRF, Senasp, Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Secretarias Estaduais responsáveis pelos Núcleos de Fronteira: Atos internacionais, tratados e acordos eventualmente estabelecidos ou em tramitação com entidades congêneres dos países fronteiriços; • MJ/Senasp: Fundamento legal da criação do Enafron; • MD: Fundamento legal da criação do SISFRON; • Coordenadores do COC (MJ, MD e MF): Regimento Interno e/ou normas equivalentes; • MI: Regimento Interno do CDIF e/ou normas equivalentes; • Secretarias Estaduais de Seg. Pública e de Desenvolvimento ou equivalentes: Regimentos internos dos GGI-Frons/CTs e Núcleos de Fronteira; 1, 2 e 3. Entrevistas com: • VPR, Chefe de Gabinete da VPR, a fim de saber quais são as atribuições exercidas pelo VPR, de que forma estão normatizadas e como são tomadas as decisões no âmbito do Plano; • MRE, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), com o objetivo de verificar as demandas por integração com os países vizinhos, nas áreas de desenvolvimento, segurança pública e controle transfronteiriço, as dificuldades enfrentadas e as medidas adotadas; • MJ e MF (Secretários-Executivos) e MD (Secretário de Controle Interno), com o objetivo de verificar quais são as atribuições desempenhadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteira e da CDIF, as medidas adotadas relativamente às demandas conhecidas por integração com países vizinhos, os processos decisórios e as fontes de recursos; • MI (Secretário-Executivo), com o objetivo de verificar quais são as atribuições desempenhadas no âmbito da CDIF, bem como as medidas adotadas relativamente às demandas conhecidas por integração com países vizinhos, os processos decisórios e as fontes de recursos;	1, 2 e 3. A partir da consulta e respostas dos ofícios, identificar se: a) os normativos existentes possuem legitimidade, competência e suficiência para o que se propõem e b) se estabelecem papéis, competências, responsabilidades e regulamentação dos processos decisórios; 2 e 3: A partir das entrevistas e questionários, identificar papéis, competências, responsabilidades e regulamentação dos processos decisórios e confronta-los com os normativos.	Dificuldades de obtenção das informações nos órgãos pesquisados.	Se o arcabouço normativo que sustenta a Política Nacional de Fronteira (contemplando as áreas de Segurança, Desenvolvimento e Integração): 1) disciplina, com legitimidade e competência, a atuação dos diversos órgãos, instituições e esferas de governo envolvidos; 2) estabelece claramente as competências, atribuições, responsabilidades, direitos e deveres de cada uma das partes interessadas, assim como as origens dos recursos para as atividades e projetos específicos da fronteira; 3) dispõe sobre a forma como os processos decisórios referentes à política pública estão institucionalizados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

		• RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais) e Senasp (Secretária), com o objetivo de verificar quais são as atribuições desempenhadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteira, bem como as medidas adotadas relativamente às demandas conhecidas por integração com países vizinhos, os processos decisórios e as fontes de recursos; 1, 2 e 3: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de verificar: a) termos de adesão e acordos de cooperação no âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras; • atribuições desempenhadas no âmbito do Plano Estratégico de Fronteira e as medidas adotadas relativamente às demandas conhecidas por integração com países vizinhos; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, com o objetivo de verificar quais são as atribuições desempenhadas no âmbito da CDIF, como funciona o seu processo decisório e as medidas adotadas relativamente às demandas conhecidas por integração com países vizinhos; • Chefias regionais dos órgãos federais.			

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

PLANOS E OBJETIVOS					
Q2 - De que forma a lógica de intervenção da política nacional de fronteira está alinhada com seus componentes e resultados esperados?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1.Componentes da política (Mecanismos + Recursos + Atividades, Produtos + Resultados Intermediários + Resultados Finais = Resultado Almejado), resultados esperados e lógica de intervenção; 2. Processo de planejamento da política nacional de fronteira.	1. Plano Estratégico de Fronteira - Decreto 7496/2011; Decreto de 8 de setembro de 2010; PPA 2012/15 e Leis Orçamentárias 2012/13 e 14; 2. Exposições de motivos dos Decretos 7496/2011 e de 8 de setembro de 2010; avaliações do PPA 2012/15 (anos-base 2012 e 2013); Texto para Discussão do Plano de Desenvolvimento Regional e Sustentável para a Faixa de Fronteira – Plano Brasil Fronteira; Matriz do Plano Brasil Fronteira; Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Vice-Presidência, MD, MJ e MI.	1. Consulta das fontes de informação por meio eletrônico; 2. Expedição de Ofício de solicitação para a Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos), solicitando a exposição de motivos do Decreto 7496/2011 – PEF; Coleta de dados por meio eletrônico; Entrevistas com: • VPR, Chefe de Gabinete da VPR, com o objetivo de obter eventuais estudos documentados que deram origem ao Plano Estratégico de Fronteira que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados; • MJ (Secretários-Executivos) e MD (Secretário de Controle Interno), com o objetivo de obter eventuais estudos documentados que deram origem ao Plano Estratégico de Fronteira que identificaram e definiram objetivamente os resultados esperados • MI (Secretário-Executivo), com o objetivo de obter eventuais estudos documentados que deram origem à Política de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.	1.Extração dados do PPA/ LOAs, construção de planilha para identificação e análise dos componentes da política pública, com previsões e alocações de recursos; 2. Identificar nas exposições de motivos, bem como nas avaliações do PPA e Plano Brasil Fronteira, aspectos relacionados ao planejamento da política.	1. Dificuldade de individualização das ações que compõem os planos; 2. Inexistência da exposição de motivos.	1. Se há consistência interna na lógica de intervenção da política pública e, caso não haja consistência, quais são as fragilidades no encadeamento entre recursos, ações, produtos e efeitos; 2. Se o planejamento identificou e definiu os resultados esperados pela política.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Q3 – De que forma os órgãos partícipes estabelecem o planejamento estratégico da política nacional de fronteira e como se alinham à política?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. Planejamento Estratégico da Política Nacional de Fronteira, que contemple diretrizes, objetivos, metas, priorização, responsáveis, prazos e orientação estratégica; 2. Planejamento Estratégico dos órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI, destacando os objetivos que concorram para a implementação das ações das políticas de segurança, integração e desenvolvimento da fronteira, as metas estabelecidas e os respectivos indicadores de desempenho.	1 e 2. Órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI para a fronteira;	1 Expedição de Ofícios para o MJ, MD, MF, MRE e MI, solicitando o processo gerencial de formulação, execução e acompanhamento do Política Nacional de Fronteira (planejamento estratégico), que contemple objetivos estratégicos de curto, médio e longo prazos, metas e respectivos indicadores de desempenho, 2. Expedição de Ofícios para os órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE, MI e Secretarias de Segurança Pública e de Desenvolvimento solicitando seus planejamentos estratégicos, destacando os objetivos que concorram para a implementação das ações das políticas de segurança, integração e desenvolvimento da fronteira, as metas estabelecidas e os respectivos indicadores de desempenho. 1 e 2. Entrevistas com: • VPR, Chefe de Gabinete da VPR, a fim de obter informações acerca do referencial estratégico específico para o Plano Estratégico de Fronteira • MRE, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), com o objetivo de verificar o alinhamento dos objetivos estratégicos do órgão com o Plano Estratégico de Fronteira e do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira; • MJ e MF (Secretários-Executivos) e MD (Secretário de Controle Interno), com o objetivo de obter informações acerca do referencial estratégico específico para o Plano Estratégico de Fronteira, assim como os objetivos estratégicos do Ministério que se alinham a ele; • MI (Secretário-Executivo), com o com o objetivo de obter informações acerca do referencial estratégico específico para o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, assim como os objetivos estratégicos do Ministério que se alinham a ele; • RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais) e Senasp (Secretária), com o objetivo de verificar o alinhamento dos objetivos estratégicos do órgão com o Plano Estratégico de Fronteira; 1 e 2: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de verificar o alinhamento dos objetivos estratégicos da Secretaria com o Plano Estratégico de Fronteira; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, com o objetivo de verificar o alinhamento dos objetivos estratégicos do órgão com o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira; • Chefias regionais dos órgãos federais.	1. Verificar qualidade e completude da composição do planejamento estratégico; 2. Identificar alinhamento à Política Nacional de Fronteira dos planejamentos estratégicos dos órgãos envolvidos.	1. Ausência do planejamento estratégico da Política Nacional de Fronteira 2. Ausência do planejamento estratégico dos órgãos responsáveis.	1. Se o Planejamento Estratégico da Política Nacional de Fronteira contempla diretrizes, visão estratégica de longo prazo, objetivos precisos e coerentes, metas exequíveis, priorizações adequadas, responsabilidades pelas execuções, prazos e indicadores de desempenho; 2. Se os planejamentos estratégicos dos órgãos envolvidos contêm objetivos específicos alinhados à Política Nacional de Fronteira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

PARTICIPAÇÃO					
Q4 - De que maneira ocorre a participação social e das partes interessadas no âmbito da política pública?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. Normas regulamentares, atos, atas e decisões dos colegiados (COC, GGIFs, CDIF e NFs); 2. Estudos documentados que embasaram as criações do Plano Estratégico de Fronteira e ao Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira 3. Informações de bases abertas de dados.	1 a 3. Membros participantes do COC, GGIFs, CDIF e NFs no âmbito do MJ, MD, MF e MI e Secretarias Estaduais de Segurança e de Desenvolvimento; Sítios na internet dos colegiados e órgãos coordenadores da Política Nacional de Fronteiras.	1 a 3. Expedição de Ofícios para os coordenadores do Plano Estratégico de Fronteiras (VPR, MD, MJ e MF), para o MI, para os Secretários Estaduais de Segurança Pública, aos Coordenadores dos Núcleos de Fronteira, solicitando o Regimento Interno ou norma equivalente dos colegiados, assim como atos, atas e decisões, a fim de identificar a participação social e/ou de partes interessadas; 1 a 3. Entrevistas com: • VPR, Chefe de Gabinete da VPR, MJ e MF (Secretários-Executivos) e MD (Secretário de Controle Interno), a fim de obter informações acerca da participação social e/ou de partes interessadas na formulação e execução do Plano Estratégico de Fronteira • MI (Secretário-Executivo), a fim de obter informações acerca da participação social e/ou de partes interessadas na formulação e execução do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira; • MRE, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), com o objetivo de obter informações acerca da participação social e/ou interessados no âmbito dos processos de negociação para celebração de atos, acordos e tratados internacionais relacionados ao Plano Estratégico de Fronteira e ao Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira; • RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais) e Senasp (Secretária), com o objetivo de verificar, a fim de se obter informações acerca da participação social e/ou de partes interessadas na execução do Plano Estratégico de Fronteiras; 1 e 2: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de verificar, a fim de se obter informações acerca da participação social e/ou de partes interessadas na formulação e execução do Plano Estratégico de Fronteiras; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, a fim de obter informações acerca da participação social e/ou de partes interessadas na formulação e execução das ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF e do Núcleo de Fronteira; • Chefias regionais dos órgãos federais (sub judice) 2. Pesquisa nos portais web dos órgãos e ou colegiados.	1 a 3. Identificar nos estudos documentados e nas normas regulamentares, atos, atas e decisões dos colegiados (COC, GGIFs, CDIF e NFs) como ocorre a participação social e das partes interessadas; Verificar se as partes interessadas possuem acesso a informações técnicas e bases abertas de dados.	Inexistência de estudos documentados, normativos e registro de atos dos colegiados.	1. Se a participação social e/ou das partes interessadas na política pública é formalizada e prevista no processo decisório; 2. Em que momentos da política pública ocorre a participação social das partes interessadas. 3. Se as partes interessadas possuem acesso a bases de dados mantidas pelos executores da política, de forma a permitir sua participação nesta.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

CAPACIDADE ORGANIZACIONAL E RECURSOS					
Q5 - Em que medida os órgãos governamentais estão estruturados e dispõem de recursos suficientes para executar a Política Nacional de Fronteira?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. (a) Estudos de lotação realizados pelos órgãos que atuam na fronteira; (b) Efetivo de pessoal existente e necessário no âmbito dos órgãos do MJ, MD, MF e Pelotões Estaduais de Fronteira; (c) Capacitação e experiência dos gestores e servidores locais; 2. (a) Estudos sobre a necessidade de recursos materiais; (b) Recursos materiais existentes e necessários (instalações, armamentos, munição, radares, scanners móveis, viaturas, aeronaves, embarcações, equipamentos de informáticas, softwares etc.); 3. Programação e execução orçamentárias; 4. Estrutura interna de representação dos órgãos nos colegiados (COC, GGIFs e CDIF).	1 e 2. MD, PF, PRF, Senasp e RFB; 3. PPA e LOAs; 4. Órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MI e Secretarias Estaduais de Segurança; 1 a 4. Relatórios de gestão.	1 e 2. Expedição de Ofícios para o MD, PF, PRF, Senasp e RFB solicitando estudos relativos a sua atuação na fronteira: efetivo de pessoal existente e necessário, recursos materiais existentes e necessários (instalações, armamentos, munição, radares, scanners móveis, viaturas, aeronaves, embarcações, equipamentos de informáticas, softwares etc.); 3. Pesquisas na internet; 4. Expedição de Ofícios para os órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MI, Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Secretarias Estaduais de Desenvolvimento/Produção/Turismo, solicitando a especificação do(s) seu(s) representante(s) no GGI-Fron e/ou CDIF e/ou eventual estrutura interna voltada para atuação nesses colegiados. 1, 2 e 4. Entrevistas com: • MJ e MF (Secretários-Executivos), MRE Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), com o objetivo de obter informações acerca da estrutura interna específica para representá-los nos colegiados; • MD (Secretário de Controle Interno) RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais) e Senasp (Secretária), a fim de se obter informações acerca da disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros para o desempenho das atividades afetas ao Plano Estratégico de Fronteira; • MI (Secretário-Executivo a fim de se obter informações acerca da disponibilidade de recursos materiais e financeiros para o desempenho das atividades afetas à Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF; 1 e 2: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), a fim de se obter informações acerca da disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros para o desempenho das atividades afetas ao Plano Estratégico de Fronteira; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, a fim de obter informações acerca da disponibilidade de recursos materiais e financeiros para o desempenho das atividades afetas ao Núcleo de Fronteira; • Chefias regionais dos órgãos federais.	1. (a) Análise da metodologia empregada; (b) Confronto dos quantitativos existentes e necessários; (c) Confronto das capacitações requeridas e existentes; 2. (a) Análise da metodologia empregada; (b) Confronto dos quantitativos existentes e necessários; 3. Confronto dos valores orçamentários previstos e realizados; 4. Análise qualitativa.	1 e 3. Inexistência de estudos de lotação e/ou de recursos materiais.	1. Se os órgãos possuem estrutura de pessoal qualificado e em quantidade suficiente para executar a política nacional de fronteira; 2. Se os órgãos dispõem dos recursos materiais necessários ao desenvolvimento da política pública; 3. Se há um planejamento orçamentário plurianual da política que proporcione dotação orçamentária suficiente para cobrir todas as despesas programadas, bem como se os recursos financeiros vêm sendo liberados conforme previsto; 4. Se os órgãos envolvidos dispõem de estrutura interna específica para representá-lo nos colegiados (COC, GGIFs, CDIF e NFs).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

COORDENAÇÃO E COERÊNCIA

Q6 - Em que medida as esferas de governo e os órgãos envolvidos com a política pública atuam de maneira coerente e coordenada?

Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. Instâncias de coordenação e respectivos órgãos participantes; 2. Processo de formulação e definição conjuntas dos planos, projetos e decisões; 3. Canais de comunicação existentes; 4. Sistemas de informação e respectivos compartilhamentos; 5. Práticas de compartilhamento de infraestrutura e recursos materiais; 6. Dinâmica de atuação integrada; 7. Interação entre os colegiados; 8. Formas de divulgação dos resultados (eventos, publicações, e-mails etc.) e sua utilização.	1 . Plano Estratégico de Fronteiras, Decreto de 08/09/2010 e eventuais normas regulamentares, incluindo as dos colegiados (COC, GGI-Frons, CDIF e NFs); gestores dos órgãos envolvidos; 2. Regulamentações e atas dos colegiados; Projetos existentes (Sisfron, Alerta Brasil, etc.); gestores dos órgãos envolvidos; 3. Regulamentações dos colegiados; gestores dos órgãos envolvidos; 4. gestores dos órgãos envolvidos; 5. gestores dos órgãos envolvidos; 6. gestores dos órgãos envolvidos; 7. Regulamentações e atas dos colegiados 8.portais oficiais dos órgãos envolvidos; blogs relacionados à atuação na fronteira; gestores dos órgãos envolvidos.	1. Pesquisa na internet: Plano Estratégico de Fronteiras, Decreto de 08/09/2010 e eventuais normas regulamentares; atas de reunião do COC, GGI-Frons, CDIF e NFs; 2. Expedição de ofícios aos órgãos componentes dos colegiados, solicitando a regulamentação dos colegiados atinente ao Plano Estratégico de Fronteiras; 1 a 8. Entrevistas com: VPR (Chefe de Gabinete), MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno), para obter informações sobre suas atribuições na coordenação do Plano estratégico de Fronteiras; canais de comunicação existentes, sistemas de informação e respectivos compartilhamentos; práticas de compartilhamento de infraestrutura e recursos materiais; dinâmica de atuação integrada; formas de divulgação dos resultados (eventos, publicações, e-mails etc.) e sua utilização; interação entre os colegiados; • MRE, Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe (SGAS), com o objetivo de obter informações acerca de suas atribuições/ participações no Plano estratégico de Fronteiras e na Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF; • MI (Secretário-Executivo) a fim de se obter informações acerca das atividades exercidas no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF; • RFB, Senasp (Secretários), PF e PRF (Diretores-Gerais), para obter informações sobre o Plano estratégico de Fronteiras acerca dos canais de comunicação existentes, sistemas de informação e seus compartilhamentos; compartilhamento de infraestrutura e recursos materiais; dinâmica de atuação integrada; formas de divulgação dos resultados (eventos, e-mails etc.) e sua utilização; interação entre os colegiados; 1 e 2: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), a fim de se obter informações relativas ao Plano estratégico de Fronteiras acerca dos canais de comunicação existentes, sistemas de informação e respectivos compartilhamentos; práticas de compartilhamento de infraestrutura e recursos materiais; dinâmica de atuação integrada; formas de divulgação dos resultados (eventos, publicações, e-mails etc.) e sua utilização; e interação entre os colegiados; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, a fim de obter informações acerca das atividades exercidas no âmbito da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF e atividades afetas ao Núcleo de Fronteira; • Chefias regionais dos órgãos federais.	1 Identificar a instância de coordenação da PNF e respectiva normatização; 2. Identificar a coerência na formulação e definição conjuntas dos planos, projetos e decisões; 3 a 7. Identificar o uso dos recursos de integração e a dinâmica de coordenação praticada pelos órgãos que atuam na fronteira; 8. Verificar a divulgação dos resultados da atuação integrada na formulação de novas políticas.	Ausência de normativos regulamentares, atas etc.;	1. Se existe e se está legalmente instituída instância de coordenação política e estratégica para alinhar as ações dos diversos atores na Política Nacional de Fronteira; 2. Como se dá a articulação e cooperação entre os diversos atores da política pública na formulação e definição dos planos, projetos e decisões; 3. Se há canais estabelecidos para o intercâmbio regular de informações entre os envolvidos, cujo uso seja normatizado, registrado e avaliado; 4. Se há compartilhamento de informações entre os atores envolvidos por meio de sistemas informatizados; 5. Se há compartilhamento de infraestrutura e recursos materiais entre os órgãos; 6. Como os papéis e responsabilidades estão definidos para a dinâmica de atuação integrada; 7. Se os colegiados centrais e descentralizados têm participações recíprocas nas respectivas decisões (COC x GGIFs, CDIF x NFs); 8. Se os resultados obtidos pela atuação integrada são conhecidos por todos os órgãos envolvidos e influenciam a formulação de aperfeiçoamentos na política.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO					
Q7 - Em que medida o sistema de monitoramento e avaliação da política pública está adequadamente estruturado para produzir informações com vistas a retroalimentar os processos decisórios de forma a favorecer o aprendizado e o aperfeiçoamento das ações para o alcance dos resultados?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. Estrutura para monitoramento e avaliação da política; 2. Indicadores utilizados para monitorar a política; 3. Relatórios de monitoramento e avaliação; 4. Modificações e atualizações da política.	1 a 4. Órgãos partícipes do Plano Estratégico de Fronteira, MI e Núcleos de Fronteira.	1. Expedição de ofícios aos órgãos componentes dos colegiados, solicitando informar se há estrutura para monitoramento e avaliação da política pública; 1 a 4. Entrevistas com os Coordenadores - VPR (Chefe de Gabinete), MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) - e membros - RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais), Senasp (Secretária) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - do Plano Estratégico de Fronteiras e com o coordenador (Secretário-Executivo do MI) e alguns membros - MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de monitoramento e avaliação aplicada; 1 a 4: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de monitoramento e avaliação aplicada. • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de monitoramento e avaliação aplicada.	1 a 4. Identificar a estrutura utilizada para o monitoramento e avaliação da política, seus indicadores, sistemas de gerenciamento e metodologia de retroalimentação.	Ausência de uma estrutura formal de monitoramento e avaliação.	1. Se o sistema de monitoramento e avaliação da política dispõe de processos, procedimentos e meios suficientes (recursos financeiros, pessoas, estrutura etc.) para assegurar o monitoramento e avaliação que forneça informações confiáveis, tempestivas e necessárias para a tomada de decisão; 2. Se há indicadores-chave de monitoramento e avaliação da política; 3. Se há disponibilidade suficiente de dados confiáveis e relevantes para dar suporte aos relatórios de desempenho da política; 4. Se há clara definição dos fluxos de comunicação das informações avaliativas de modo a promover a retroalimentação tempestiva no âmbito do ciclo de políticas públicas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO					
Q8 - De que maneira os controles internos envolvidos estão estruturados para identificar e responder aos principais riscos da política pública?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1 a 4. Processos de gestão de riscos da política.	1. Órgãos partícipes do Plano Estratégico de Fronteira, MI e Núcleos de Fronteira.	1 a 3. Expedição de ofícios aos órgãos componentes dos colegiados e do controle interno, solicitando informar se existe uma sistemática de gerenciamento de riscos da política e o seu detalhamento; 1 a 4. Entrevistas com os Coordenadores - VPR (Chefe de Gabinete), MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) - e membros - RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais), Senasp (Secretária) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - do Plano Estratégico de Fronteiras e com o coordenador (Secretário-Executivo do MI) e alguns membros - MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de gerenciamento de riscos; 1 a 4: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de gerenciamento de riscos aplicada. • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, com o objetivo de obter informações acerca da sistemática de gerenciamento de riscos aplicada.	1 a 4. Identificar a estrutura utilizada para o gerenciamento de riscos da política, seus mecanismos e métodos de avaliação.	Ausência de uma estrutura formal de gerenciamento de riscos.	1. Se há estrutura e responsáveis formalmente estabelecidos pelo processo de gestão de riscos da política; 2. Se os mecanismos de gestão de riscos da política estão formalmente estabelecidos; 3. Se há avaliação e revisão dos riscos e controles a eles aplicados.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

ACCOUNTABILITY					
Q9 - Os arranjos para promoção da accountability preveem mecanismos e instrumentos adequados de comunicação e responsabilização, que assegurem a transparência das ações e dos resultados da política pública?					
Informação Requerida	Fonte de Informação	Método de Coleta de Dados	Método de Análise	Limitações	O que a análise vai permitir dizer
1. Processo de prestação de contas sobre as ações, operações e os resultados alcançados; 2. Unidade de comando responsável pelos resultados; 3. Estruturas de correições existentes nos órgãos e relação de atos correcionais ocorridos contra gestores e servidores; 4. Formas de divulgação das ações, operações e resultados da Política Nacional de Fronteiras e do Plano Nacional de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.	1. Processos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão dos órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI; 2. Coordenadores da política; 3. órgãos vinculados: PF, RFB e PRF; 4. órgãos no âmbito do MJ, MD, MF, MRE e MI. Secretarias de Segurança Pública e NFs.	1 e 4. Pesquisa na internet; 2 a 4. Expedição de ofícios a RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais), solicitando informar sobre estrutura de correição e respectivos atos; 1 a 4. Entrevistas com os Coordenadores - VPR (Chefe de Gabinete), MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) - e membros - RFB (Secretário), PF e PRF (Diretores-Gerais), Senasp (Secretária) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - do Plano Estratégico de Fronteiras e com o coordenador (Secretário-Executivo do MI) e alguns membros - MJ e MF (Secretários-Executivos), MD (Secretário de Controle Interno) e MRE (Subsecretário-Geral da América do Sul, Central e do Caribe-SGAS - da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, com o objetivo de obter informações acerca do comando, controle, responsabilização e divulgação dos resultados; 1 a 4: Questionário aplicado a: • Secretário Estadual de Segurança Pública (Secretário e/ou indicado), com o objetivo de obter informações acerca de ações de controle ocorridas e divulgação dos resultados das ações dos órgãos de segurança pública do Estado no âmbito do Plano; • Coordenador do Núcleo de Fronteira no Estado, com o objetivo de obter informações acerca de ações de controle ocorridas e divulgação dos resultados das ações do Estado no âmbito do Plano.	1. Identificar, nos Processos de Prestação de Contas e Relatórios de Gestão informações específicas relativas às ações, operações e os resultados alcançados pela PNF; 1 a 4. Identificar unidade de comando, instâncias de controle, supervisão e responsabilização, bem como formas de divulgação praticadas.		1. Se há um processo sistemático e formal de prestação de contas sobre as ações, operações e os resultados alcançados; 2. Se há unidade de comando no que diz respeito à responsabilidade pelos resultados da política e pela coordenação e esforços para alcançá-los; 3. Se há mecanismos e instâncias de supervisão e controle capazes de impor a adoção de medidas corretivas e sanções (responsabilização) em casos de irregularidades; 4. Se existem canais formais de comunicação para receber e fornecer informações sobre as ações, objetivos, metas, operações e resultados das políticas e se essas informações são divulgadas à sociedade, de forma clara, ampla e periódica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
2015					**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**		**20.412.000,00**	**14.148.957,58**	**69,3%**	**20.412.000,00**	**14.029.048,15**	**68,7%**	**20.412.000,00**	**12.571.704,63**	**-**	**61,6%**
	0714				Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.											
					Órgão Responsável: Ministério da Saúde											
				02Q2	Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação											
				6138	Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária	20.412.000,00	14.148.957,58	69,3%	20.412.000,00	14.029.048,15	68,7%	20.412.000,00	12.571.704,63	-	61,6%
	0729				Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.											
					Órgão Responsável: Ministério da Saúde											
					Meta: Promover a regulamentação do acesso à saúde em área de fronteira, por meio de constituição ou reativação de comissões de saúde na fronteira, Acordos de Localidades Fronteiriças Vinculadas e promoção da celebração de contratos de prestação de serviços fronteiriços pelos Estados e Municípios											
				02TV	Fortalecimento, negociação e apoio a mecanismos de integração regional e ações em área de fronteira, no âmbito da saúde.											
2024					**Comércio Exterior**		**-**	**-**	**0,0%**	**-**	**-**	**0,0%**	**-**	**-**	**-**	**0%**
	0795				Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.											
					Órgão Responsável: Ministério da Fazenda											
				0375	Desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado de Trânsito Internacional Aduaneiro (SINTIA) para possibilitar a integração entre as aduanas dos países membros do Acordo sobre Trânsito Internacional Terrestre (ATIT), o que resultará em maior agilidade do fluxo de veículos e mercadorias nas fronteiras terrestres e maior controle e segurança.											
				0376	Desenvolvimento e implantação do sistema Sistema de Apoio às Atividades de Retenção e Apreensão (SAARA) para uniformizar os procedimentos e sistematizar o registro, o controle e o acompanhamento das retenções e apreensões.											
				0377	Desenvolvimento e implantação do Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (SISAM), que visa melhorar a qualidade da seleção fiscal, com redução no número de declarações de importação selecionadas e aumento do acerto na identificação da fraude aduaneira.											
	0802				Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.											
					Órgão Responsável: Ministério da Fazenda											
					Meta: Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras.											
				038Q	Implantação de novos equipamentos e sistemas para auxilio às atividades de fiscalização, vigilância e repressão aduaneiras.											
				038R	Implantação do Centro Nacional de Cães de Faro e os Centros de Cães de Faro nas principais unidades aduaneiras.											
				038S	Implantação do Plano de Fronteiras da Receita Federal para o combate ao contrabando e descaminho de forma mais atuante e eficiente.											
				038T	Implantação do Sistema de Comunicação da RFB para atividades de vigilância e repressão.											
				038Y	Utilização de inovações tecnológicas para monitoramento de cargas e veículos e detecção de substâncias ilícitas.											
2028					**Defesa Agropecuária**		**-**	**-**	**0,0%**	**-**	**-**	**0,0%**	**99.948.742,00**	**91.759.713,28**	**5.772.022,55**	**97,6%**
	0364				Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.											
					Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento											
					Meta: Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos											
					Meta: Obter o Reconhecimento Internacional de Pais Livre de Febre Aftosa											
					Meta: Reduzir de 2% para 1 % o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem											
				012H	Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais											
				2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		10.000.000,00	5.146.428,17	437.910,08	55,8%
				2143	Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		3.039.262,00	4.509.181,59	568.729,72	167,1%
				012I	Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais											

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
				4842	Erradicação da Febre Aftosa	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		46.065.930,00	37.915.451,99	3.695.250,42	90,3%
				8592	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		2.000.000,00	1.067.655,11	60.701,69	56,4%
				8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		30.843.550,00	37.627.235,48	636.098,08	124,1%
				012J	Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários											
				2180	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		4.000.000,00	2.479.031,26	166.393,89	66,1%
				2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos	22101 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				-	-		4.000.000,00	3.014.729,68	206.938,67	80,5%
2029	**Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**						**-**	**-**	**0,0%**	**3.443.070.106,00**	**540.230.622,70**	**15,7%**	**2.499.120.128,00**	**1.724.759.887,32**	**1.111,32**	**69,0%**
	0790				Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável											
					Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional											
					Meta: Avaliar anualmente o desempenho do FINAM e FINOR											
					Meta: Avaliar anualmente o desempenho dos Fundos de Desenvolvimento Regional											
					Meta: Avaliar anualmente o desempenho dos incentivos fiscais na Amazônia e Nordeste											
					Meta: Avaliar semestralmente o desempenho das aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento											
				035X	Aplicações dos Fundos Constitucionais de Financiamento											
				035Y	Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional											
				0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (LC nº 129, de 08/01/2009)	74907 Recursos sob Supervisão do Ministério da Integração Nacional				1.434.000.000,00	-	0,0%	87.000.000,00	-	-	0,0%
				0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (MP nº 2.157-5, de 24/08/2001)	74907 Recursos sob Supervisão do Ministério da Integração Nacional				1.397.512.880,00	517.688.659,08	37,0%	1.397.512.880,00	1.588.718.719,68	-	113,7%
				0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (MP nº 2.156-5, de 24/08/2001)	74907 Recursos sob Supervisão do Ministério da Integração Nacional				2.022.481.635,00 não considerados	R$ 685.750.000,00 não considerados	-	R$ 2.022.481.635,00 não considerados	R$ 193.685.028,78 não considerados	-	0,0%
				035Z	Criação e aperfeiçoamento de instrumentos de apoio, financiamento, investimento e incentivos fiscais para implementação da PNDR											
				140V	Estruturação do Sistema de Informações Gerenciais sobre Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	53101 Ministério da Integração Nacional				-	-		1.500.000,00	-	-	0,0%
				8350	Gerenciamento e Avaliação das Aplicações dos Fundos Regionais e Incentivos Fiscais	53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				-	-		100.000,00	-	-	0,0%
				0361	Incorporação das estratégias e diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico na definição das condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial											
	0792				Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.											
					Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional											
					Meta: Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais											
					Meta: Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia											
					Meta: Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste											
				036O	Desenvolvimento de Programas de Inovaçao em Arranjos Produtivos Locais - APLs e cadeias produtivas											
				0502	Apoio à Dinamização do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural na Amazônia Ocidental	28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA				-	-		R$ 202.943,00 não considerados	-	-	-
				036Q	Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações											
				8340	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação	53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				1.000.000,00	-	0,0%	500.000,00	2.360.000,00	1.111,32	472,2%
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 9.347.859,00 não considerados			R$ 31.159.530,00 não considerados		-	-

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				3.500.000,00			100.000,00		-	0,0%
				036R	Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização											
				8918	Ampliação e Fortalecimento das Estruturas Produtivas	53101 Ministério da Integração Nacional				-	-		1.000.000,00		-	0,0%
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 1.474.361,00 não considerados	-		R$ 1.000.000,00 não considerados	R$ 419.104,63 não considerados	-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				-	-		200.000,00	-	-	0,0%
	0840				Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.											
					Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional											
					Meta: Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados, sendo 20.000 na Faixa de Fronteira, 22.520 em mesorregiões diferenciadas, 57.550 na região do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim e 6.700 no semiárido											
				03G3	Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs											
				20N9	Apoio ao Associativismo e Cooperativismo - Plano Brasil sem Miséria	53101 Ministério da Integração Nacional				10.200.000,00	391.447,86	3,8%	6.351.372,00	2.194.815,56	-	34,6%
						53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 200.000 ,00 não considerados		-	-		-	
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 1. 200.000,00 não considerados		-	R$ 1. 200.000,00 não considerados		-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				-			200.000,00		-	0,0%
				03G7	Promoção e desenvolvimento de canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território											
				20N8	Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria	53101 Ministério da Integração Nacional				34.400.000,00	1.921.702,19	5,6%	12.343.476,00	3.903.983,57	-	31,6%
						53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 400.000 ,00 não considerados		-	-		-	-
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				713.324,00		0,0%	-		-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				500.000,00		0,0%	1.700.000,00		-	0,0%
				03G8	Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio as cadeias produtivas e arranjos produtivos locais											
				0506	Apoio a Projetos de Desenvolvimento na Área de Atuação da Suframa, com ênfase em Arranjos Produtivos Locais e Cadeias Produtivas	28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA				-	R$ 7.000.000,00 não considerados		R$ 40.500.000,00 não considerados	R$ 27.968.000,00 não considerados	-	-
				12P6	Recuperação de 53,5 km de estradas vicinais, no Estado da Bahia	53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 1.004.169,00 não considerados	-	-	R$ 450.000,00 não considerados	-	-	-
				2E46	Promoção de Práticas Produtivas Ambientalmente Sustentáveis	53101 Ministério da Integração Nacional				-	-		1.400.000,00	-	-	0,0%
				20NC	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs	53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 200.000,00 não considerados	R$ 82.748,32 não considerados	-	R$ 200.000,00 não considerados	R$ 138.412,00 não considerados		-
				20NK	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Subregionais	53101 Ministério da Integração Nacional				10.000.000,00	193.528,17	1,9%	115.950.000,00	318.369,00	-	0,3%

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
						53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 5.000.000,00 não considerados		-	R$ 9.300.000,00 não considerados		-	-
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				2.550.000,00		0,0%	2.229.414,00		-	0,0%
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				1.000.000,00		0,0%	2.250.000,00		-	0,0%
				20N7	Provimento de infraestrutura produtiva para arranjos produtivos locais - APLs - Plano Brasil sem Miséria	53101 Ministério da Integração Nacional				125.846.043,00	698.240,06	0,6%	118.525.504,00	5.649.184,70	-	4,8%
						53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 40.200.000,00 não considerados		-	R$ 64.969.826,00 não considerados		-	-
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				1.500.000,00		0,0%	-		-	0,0%
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 2.000.000,00 não considerados		-	R$ 4.250.000,00 não considerados		-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				-			39.636.396,00		-	0,0%
				7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	53101 Ministério da Integração Nacional				136.680.000,00	15.256.497,41	11,2%	296.398.895,00	84.373.570,11	-	28,5%
						53201 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF				R$ 296.700.000,00 não considerados		-	R$ 214.144.000,00 não considerados		-	-
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				-		0,0%	49.000.000,00		-	0,0%
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 650.000,00 não considerados		-	-		-	-
						53204 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS				R$ 8.600.000,00 não considerados		-	R$ 6.820.000,00 não considerados		-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				6.700.000,00		0,0%	3.500.000,00		-	0,0%
				8902	Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica	53101 Ministério da Integração Nacional				140.618.331,00	4.080.547,93	2,9%	163.450.000,00	37.241.244,70	-	22,8%
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia				29.900.000,00		0,0%	75.500.000,00		-	0,0%
						53203 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste				R$ 5.195.000,00 não considerados		-	R$ 52.000.000,00 não considerados		-	-
						53207 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO				106.449.528,00		0,0%	122.772.191,00		-	0,0%
2043	**Integração Sul-Americana**						**-**	**-**	**0,0%**	**-**	**-**	**0,0%**	**5.750.000,00**	**352.817,60**	**-**	**6,1%**
	0765				Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais. Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional Meta: Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros, 3 na região Centro-Oeste, 5 na Região Norte e 4 na Região Sul Meta: Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as										

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
				031D	Aprimoramento das Áreas de Livre Comércio (ALC) da Amazônia Ocidental e Amapá											
				13DK	Estudo para Implantação do Centro de Comercialização Fronteiriço nas Áreas de Livre Comércio	28233 Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	-	-	0,0%	-	-		200.000,00	-	-	0,0%
				031E	Capacitação de atores locais em elaboração de projetos, cooperação internacional e outros temas afetos à integração fronteiriça											
				6593	Formação de Agentes para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Faixa de Fronteira	53101 Ministério da Integração Nacional	-	-	0,0%	-	-		500.000,00	352.817,60	-	70,6%
				031F	Celebração de acordos que permitam ações conjuntas e a compra e venda de materiais, equipamentos e serviços de saúde pública em faixa de fronteira											
				031G	Celebração e implementação de acordos sobre localidades fronteiriças vinculadas, com vistas a melhorar a qualidade de vida e facilitar as atividades cotidianas do cidadão fronteiriço											
				031H	Desenvolvimento de Cursos e Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da fronteira terrestre brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros, tendo como base a complementaridade da oferta, a adaptação pedagógica às necessidades locais, o ensino de idiomas e o incremento de pesquisas integradas											
				031I	Estruturação e Integração de Arranjos Produtivos Locais na faixa de fronteira, conforme as potencialidades identificadas na região											
				20NG	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira	53101 Ministério da Integração Nacional	-	-	0,0%	-	-		3.550.000,00	-	-	0,0%
						53202 Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	-	-	0,0%	-	-		1.500.000,00	-	-	0,0%
				031J	Estudos e análises para fortalecimento do caráter estratégico da faixa de fronteira											
				031L	Harmonização de políticas públicas mediante articulação institucional de entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas à complementaridade de ações e ao apoio à realização de projetos conjuntos por atores locais brasileiros e de países vizinhos											
				031M	Promoção da formalização de trabalhadores em áreas fronteiriças, com foco no setor de mineração											
		0796			Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros											
					Órgão Responsável: Ministério da Fazenda											
					Meta: Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs											
				037C	Aprovação de atos normativos referentes ao aperfeiçoamento e à modernização da atuação dos controles integrados											
				037F	Implementação efetiva do controle integrado nas ACIs (Áreas de Controle Integrado)											
				037H	Pacto entre organismos nacionais intervenientes no controle fronteiriço: Receita											
				037I	Pacto entre os organismos estrangeiros intervenientes no controle fronteiriço, a fim de possibilitar a atuação coordenada e harmônica no âmbito das Áreas de Controle Integrado											
2057	**Política Externa**						**533.347.086,00**	**15.769.968,40**	**3,0%**	**483.375.000,00**	**2.383.521,32**	**0,5%**	**94.575.346,00**	**7.588.335,23**	**-**	**8,0%**
		0900			Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais											
					Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores											
				03PD	Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros											
				6092	Relações e Negociações com Cuba e os demais Países da América Central e do Caribe	35101 Ministério das Relações Exteriores	-	-	0,0%	-	-		20.323.560,00	-	-	0,0%
				6093	Relações e Negociações com os Países do Tratado de Cooperação Amazônica e no Departamento Ultramarino da Guiana Francesa	35101 Ministério das Relações Exteriores	-	-	0,0%	-	-		20.987.319,00	1.417.637,45	-	6,8%

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
				6284	Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados	35101 Ministério das Relações Exteriores	-	-	0,0%	-	-		35.294.907,00	2.214.994,36	-	6,3%
				20WW	Relações e Negociações Bilaterais	35101 Ministério das Relações Exteriores	515.784.084,00	3.244.839,95	0,6%	474.295.000,00	764.801,12	0,2%	-	-	-	-
				20WX	Relações e Negociações Multilaterais	35101 Ministério das Relações Exteriores	3.592.000,00	623.849,11								
			03Q3		Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira											
				2536	Demarcação de Fronteiras	35101 Ministério das Relações Exteriores	1.892.002,00	1.470.483,96	77,7%	2.080.000,00	1.618.720,20	77,8%	1.133.000,00	1.354.643,77	-	119,6%
			03Q5		Promoção de eventos internacionais de Política Externa											
				8495	Eventos Internacionais Oficiais	35101 Ministério das Relações Exteriores	12.079.000,00	10.430.795,38	86,4%	7.000.000,00	-	0,0%	8.811.000,00	2.338.389,72	-	26,5%
	0901				Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha											
					Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores											
					Meta: Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral											
					Meta: Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral											
					Meta: Negociar acordos de cooperação nas áreas de prevenção ao terrorismo e de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil											
			03QA		Aperfeiçoamento do processo de Cúpulas das Américas e consolidação como instância para consensuar, no mais alto nível, linhas de ação voltadas ao desenvolvimento e prosperidade das Américas											
				6107	Relações e Negociações no âmbito dos demais Organismos Internacionais Sediados nas Américas	35101 Ministério das Relações Exteriores	-	-	0,0%	-	-		4.640.760,00	-	-	0,0%
			03QD		Aprofundamento da atuação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA)											
				6109	Relações e Negociações com a Organização dos Estados Americanos - OEA	35101 Ministério das Relações Exteriores	-	-	0,00%	-	-		3.384.800,00	262.669,93	-	7,8%
2058	**Política Nacional de Defesa**						**549.377.991,00**	**329.130.061,15**	**59,9%**	**1.414.824.196,00**	**324.607.038,14**	**22,9%**	**1.018.999.169,00**	**323.359.850,63**	**473.918.347,01**	**78,2%**
	0482				Implantação e adequação das Instalações do Comando do Exército em Pirassununga – SP											
					Órgão Responsável: Ministério da Defesa											
			01LS		Adequação de instalações militares para implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)											
				20SB	Adequação de Instalações Militares para Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	52121 Comando do Exército	-	-	0,0%	-	-		24.000.000,00	988.634,11	17.717.729,31	77,9%
			01LT		Implantação de pelotões especiais de fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)											
				14IA	Implantação de Pelotões Especiais de Fronteira do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	52121 Comando do Exército	-	-	0,0%	-	-	0,0%	8.500.000,00	-		0,0%
			01LV		Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)											
				13DA	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	52121 Comando do Exército	-	-	0,0%	-	-		172.884.745,00	10.216.265,47	106.197.938,57	67,3%
				14T5	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON	52121 Comando do Exército	213.000.000,00	148.203.782,29	69,6%	240.000.000,00	42.971.803,24	17,9%	-	-	-	-
			01LW		Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal											
				11UB	Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto	52121 Comando do Exército	20.000.000,00	14.570.054,56	72,9%	40.000.000,00	40.000.000,00	100,0%	40.500.000,00	59.908.276,67	381.372,86	148,9%
				13D9	Construção da Próprios Nacionais Residenciais para o Exército	52121 Comando do Exército			0,0%	-		0,0%	7.000.000,00	378.546,37	12.396.756,28	182,5%
				20PY	Adequação de Organizações Militares	52121 Comando do Exército	143.500.000,00	82.591.965,05	57,6%	166.583.000,00	93.045.001,66	55,9%	134.489.950,00	39.158.044,35	-	29,1%
	0520				Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica											
					Órgão Responsável: Ministério da Defesa											
					Meta: Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira, na Região Norte											
					Meta: Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares na Região Norte											
					Meta: Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas na Região Norte											
					Meta: Adequação de 40 aeródromos na Região Norte											

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
		Meta: Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes - na Região Norte														
		Meta: Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA), na Região Norte														
				01Z4	Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte											
				20SX	Infraestrutura de Unidades Militares na Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-		41.256.000,00	13.033.861,52	19.729.322,58	79,4%
				2452	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	12.765.480,00	8.562.972,32	67,1%	12.765.480,00	10.594.252,38	83,0%	12.816.000,00	6.479.373,62		50,6%
				01Z7	Adequação de aeródromos na região do Calha Norte											
				2441	Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	1.425,00	0,0%	2.304.000,00	1.732.935,68	1.425,00	75,3%
				01Z9	Adequação de embarcações da região do Calha Norte											
				20S8	Adequação de Embarcações para Controle, Segurança da Navegação Fluvial e Infraestrutura na Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	21.578.174,00	5.780.861,88	2.743.564,45	39,5%
				01ZA	Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte											
				2439	Logística Operacional para Apoio às Atividades do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	4.176.000,00	1.728.145,03	466.010,96	52,5%
				20X6	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa	59.234.520,00	26.132.484,52	44,1%	59.234.520,00	15.019.940,69	25,4%	-	-	-	-
				01ZC	Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte											
				1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	52101 Ministério da Defesa			0,0%	707.710.310,00		0,0%	387.780.000,00	107.311.603,59	267.174.839,56	96,6%
	0522	Implantar o Sistema de Cartografia da Amazônia, visando aprofundar o conhecimento das características fisiográficas da região, contribuindo para o desenvolvimento e para o monitoramento regional, segurança e defesa nacional, com especial ênfase nas áreas de fronteira														
		Órgão Responsável: Ministério da Defesa														
		Meta: Atualizar 74 cartas náuticas na Amazônia Legal														
		Meta: Editar 1.561 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR) na Amazônia Legal														
		Meta: Editar e imprimir 606 cartas topográficas da Amazônia Legal														
		Meta: Elaborar 2.292 arquivos de estratificação vegetal da Amazônia Legal														
		Meta: Executar o imageamento de 731.046 Km² em áreas de floresta e não-floresta na Amazônia Legal														
		Meta: Processar 1.478 Modelos Digitais de Superfície (MDS) na Amazônia Legal														
		Meta: Processar 1.478 Modelos Digitais do Terreno (MDT) na Amazônia Legal														
		Meta: Processar 1.478 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR) na Amazônia Legal														
		Meta: Produzir 433 cartas aerogeofísicas na Amazônia Legal														
		Meta: Produzir 70 cartas geológicas da Amazônia Legal														
				01ZK	Sistema de Cartografia Aplicada ao Desenvolvimento Regional da Amazônia Legal											
				20T8	Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	23.832.000,00	6.500.724,50	11.998.872,31	77,6%
	0524	Adequar a infraestrutura das instalações terrestres para o suporte aos meios operativos da Marinha														
		Órgão Responsável: Ministério da Defesa														
				01ZT	Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres											
				1485	Construção de Próprios Nacionais Residenciais para a Marinha	52931 Fundo Naval	-	-	0,0%	-	-	0,0%	25.000.000,00	3.936.605,12	20.951.942,84	99,6%
				20SE	Adequação e construção de Organizações Militares da Marinha	52131 Comando da Marinha	22.708.033,00	18.359.144,27	80,8%	35.538.437,00	25.614.658,97	72,1%	26.012.341,00	17.029.138,64	-	65,5%
				8962	Aquisição de Próprios Nacionais Residenciais para as Forças Armadas	52931 Fundo Naval	-	-	0,0%	-	-	0,0%	15.000.000,00	15.000.000,00	47.808,10	100,3%
	0533	Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.														
		Órgão Responsável: Ministério da Defesa														
				020H	Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal											
				13F9	Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam	52101 Ministério da Defesa	4.600.000,00	-	0,0%	-	-	0,0%	5.000.000,00	-	-	0,0%
				20AY	Sistema de Telecomunicações Críticas, Tecnologia da Informação, Base de Dados e Sensores	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	10.000.000,00	3.796.357,47	1.047.952,35	48,4%
				20X4	Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	52101 Ministério da Defesa	71.119.958,00	29.344.107,10	41,3%	62.392.000,00	25.029.519,99	39,5%	-	-	-	-

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
						52111 Comando da Aeronáutica	900.000,00		0,0%	910.000,00	93.382,00	10,3%	-		-	-
				4091	Capacitação de Recursos Humanos	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-		0,0%	1.000.000,00	356.168,95	93.382,00	45,0%
				4322	Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	910.000,00	802.878,47	359.028,71	127,7%
				6808	Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	1.000.000,00	761.009,00	411.001,59	117,2%
				8110	Sensoriamento Remoto	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	11.338.000,00	26.216,95	828.887,09	7,5%
	0534				Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle											
					Órgão Responsável: Ministério da Defesa											
				020I	Implantação e integração dos centros de comando e controle do Ministério da Defesa e das Forças Armadas											
				1489	Implantação de Centros de Operações Conjuntas	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	3.533.696,00	2.542.314,93	1.680.951,54	119,5%
				020L	Intensificação da presença das Forças Armadas nas áreas de fronteira											
				6499	Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	6.560.082,00	4.335.573,63	2.636.246,90	106,3%
				020M	Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto											
				4222	Sensoriamento Remoto para Apoio à Inteligência	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	2.500.000,00	1.059.776,71	1.211.781,00	90,9%
				020R	Realização de exercícios militares conjuntos											
				4229	Operações Militares Combinadas ou Conjuntas	52101 Ministério da Defesa	-	-		-	-		29.678.181,00	20.286.772,63	5.758.950,83	87,8%
				4229	Operações Militares Combinadas ou Conjuntas	52131 Comando da Marinha			0,0%	500.000,00	50.000,00	10,0%	-	-	-	-
				20XT	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas	52101 Ministério da Defesa		-	0,0%	87.640.449,00	70.786.109,72	80,8%	-	-	-	-
	0547				Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e aprimoramento da Mobilização Nacional											
					Órgão Responsável: Ministério da Defesa											
				023A	Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização											
				4427	Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	190.000,00	128.989,09	5.473,06	70,8%
				5136	Implantação do Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB	52101 Ministério da Defesa	-	-	0,0%	-	-	0,0%	160.000,00	80.776,25	29.396,20	68,9%
				20X3	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional	52101 Ministério da Defesa	1.550.000,00	1.365.551,04	88,1%	1.550.000,00	1.400.944,49	90,4%	-	-	47.712,92	-
2070	**Segurança Pública com Cidadania**						**966.939.216,00**	**605.191.341,68**	**62,6%**	**1.131.471.227,55**	**650.988.745,89**	**57,5%**	**1.340.582.368,00**	**641.417.021,95**	**194.360.002,79**	**62,3%**
	0825				Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório											
					Órgão Responsável: Ministério da Justiça											
					Meta: Ampliar de 1.195.641 para 5.314.891 o número de ações de fiscalização nas fronteiras (pessoas, veículos, aeronaves e embarcações)											
					Meta: Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras, 3 para a Região Centro-Oeste, 8 para a Região Norte e 4 para a Região Sul.											
					Meta: Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados											
					Meta: Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas											
					Meta: Implantar 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras											
					Meta: Implantar 51 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)											
					Meta: Implantar um Plano de Aviação Policial em Segurança Pública											
					Meta: Implantar 12 Sistemas de Comunicação Integrados de Fronteiras											
					Meta: Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal											
					Meta: Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil											
					Meta: Implantar e aprimorar mecanismos de fiscalização ostensiva de fronteiras, por meio da utilização de inovações tecnológicas: 01 Laboratório de Tecnologia para Fronteiras (LAB Fronteiras); 22 Sistemas de Comunicação; 33 Sistemas Integrados de Inteligência											
					Meta: Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras											
					Meta: Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras											

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
		Meta: Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal														
		Meta: Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador														
		Meta: Modernizar e reestruturar 85 Unidades de Segurança Pública e Postos de Fiscalização, inclusive os integrados, que se encontram na área fronteiriça e seus pontos estratégicos														
		Meta: Realizar 8 Operações Especiais Integradas nas regiões de fronteiras														
		Meta: Realizar uma Pesquisa Nacional de Parametrização das Vulnerabilidades nas Fronteiras														
			03DM		Consolidação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e seus produtos											
				8217	Implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)	30101 Ministério da Justiça	-	-	0,0%	-	-	0,0%	1.000.000,00	1.046.728,53	383.216,51	143,0%
			03DN		Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, a pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, a lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições											
				148D	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II	25101 Ministério da Fazenda		-		1.850.000,00	-	0,0%	2.000.000,00	-	298.410,61	14,9%
				2B00	Força Nacional de Segurança Pública	30911 Fundo Nacional de Segurança Pública	154.818.794,00	144.837.514,38	93,6%	172.213.166,00	125.530.513,70	72,9%	91.458.640,00	49.877.164,53	-	54,5%
				2586	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros Estrangeiros	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL				90.000.000,00	124.617.683,41	138,5%	133.000.000,00	132.282.995,86	58.304.943,38	143,3%
						30108 Departamento de Polícia Federal	170.000.000,00	59.021.947,52	34,7%							
				2679	Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL		-		-	-		25.300.000,00	8.929.148,93	7.290.101,98	64,1%
				2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL				157.600.000,00	157.600.000,00	100,0%	156.860.348,00	124.452.445,18	-	79,3%
						30108 Departamento de Polícia Federal	118.900.000,00	137.293.154,12	115,5%							
				4679	Serviço de Proteção ao Depoente Especial	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL		-			-		600.000,00	1.980,36	-	0,3%
			03DO		Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões											
				20IC	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON	30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal	116.736.000,00	152.971.469,95	49,8%	155.768.000,00	171.994.648,49	56,0%	80.017.000,00	189.413.428,13		52,9%
						30108 Departamento de Polícia Federal	104.448.000,00			74.211.000,00		0,0%	20.080.000,00			
						30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	-			-			80.000.000,00			
						30911 Fundo Nacional de Segurança Pública	86.016.000,00			77.221.000,00		0,0%	257.886.927,00			

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
				03DP	Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, conforme Decreto 5.948, de 26/10/2006											
				8204	Implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	30101 Ministério da Justiça	-	-	0,0%	-	-	0,0%	1.900.000,00	847.655,04	159.537,18	53,0%
	0828				Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos											
					Órgão Responsável: Ministério da Justiça											
				03DQ	Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como açoes e mecanismos de valorização e de promoçao dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestao e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção bio-psicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperaçao com as instituições de segurança pública das unidades federativas											
				2320	Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional	30911 Fundo Nacional de Segurança Pública	54.537.272,00	21.578.111,33	39,6%	60.678.323,00	29.742.769,55	49,0%	64.430.436,00	38.222.880,91	-	59,3%
				8858	Valorização de Profissionais e Operadores de Segurança Pública	30101 Ministério da Justiça	33.008.150,00	9.094.053,09	27,6%	7.756.456,55	7.705.186,79	99,3%	39.846.097,00	32.454.117,87	7.391.979,13	100,0%
	0830				Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material											
					Órgão Responsável: Ministério da Justiça											
				03DV	Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incl. o desenvolvimento da Rede Infoseg, do SINISP e do SISP											
				20ID	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública	30911 Fundo Nacional de Segurança Pública	-	32.726.511,93	0,0%	199.988.257,00	18.548.007,37	9,3%	310.702.920,00	50.375.721,03	106.441.847,71	50,5%
				20UD	Prevenção à Violência e à Criminalidade	30108 Departamento de Polícia Federal	60.000.000,00	7.714.809,72	12,9%		-		-	-	13.690.736,69	-
				20UE	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal	30108 Departamento de Polícia Federal	41.475.000,00	21.403.316,42	51,6%	104.185.025,00	13.359.642,48	12,8%	-	-	-	-
				03DW	ção e operações de inteligência policial											
				20V2	Implantação, Manutenção e Atualização do Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica - CINTEPOL	30108 Departamento de Polícia Federal	27.000.000,00	18.550.453,22	68,7%	30.000.000,00	1.890.294,10	6,3%	-	-	-	-
				2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	-	-	0,0%	-	-	0,0%	24.000.000,00	5.329.194,69	26.702,09	22,3%
				2816	Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	30107 Departamento de Polícia Rodoviária Federal	-	-	0,0%	-	-	0,0%	1.500.000,00	1.218.298,47	151.886,71	91,3%
				03DZ	Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)											
				128K	Implantação de Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados - SISVANT	30909 Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	-	-	0,0%	-	-	0,0%	50.000.000,00	6.965.262,42	220.640,80	14,4%
2075	**Transporte Rodoviário**						**202.508.000,00**	**128.090.170,68**	**63,3%**	**235.200.000,00**	**73.971.188,23**	**31,5%**	**205.984.998,00**	**202.433.537,74**	**10.311.207,55**	**103,3%**
	0138				Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região											
					Órgão Responsável: Ministério dos Transportes											
					Meta: Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças, sendo 349,00 km no Eixo Amazônico, 553,20 no Eixo do Escudo-Guianês e 305,50 km no Eixo Peru-Brasil-Bolívia											
					Meta: Construir 3 pontes internacionais: Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná, Eixo de Capricórnio e Eixo do Escudo-Guianês.											
				00BG	Construçao da BR-364/AC											
				1422	Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	860.000,00	15.011.846,62	1745,6%	1.500.000,00	28.444.207,85	1896,3%	957.600,00	57.048.818,65	-	5957,5%

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.

Execução Orçamentária

PPA 2012–2015

Atividades e projetos no Transparência Brasil
http://www.portaltransparencia.gov.br/

Gastos Diretos EG + (Transferências EG)
Valores consignados até 17/12/2014

Programa	Objetivo	Meta	Iniciativa	Ação	Descrição	Unidade Orçamentária	Dotação na LOA 2014	Liquidado em 2014	% 2014 executado	Dotação na LOA 2013	Liquidado em 2013	% 2013 executado	Dotação na LOA 2012	Liquidado em 2012	Restos a Pagar liquidados em 2013 E 2014	% 2012 executado
			00BH		Construção da BR-429/RO											
				113Y	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	22.800.000,00	66.096.404,52	289,9%	12.000.000,00	38.751.859,78	322,9%	90.014.428,00	73.539.207,68	10.276.639,46	93,1%
			00BI		Construção de pontes internacionais											0,0%
				110O	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná (Binacional) - na BR-277 - no Estado do Paraná	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	34.400.000,00		0,0%	86.000.000,00	-	0,0%	31.189.746,00	-	-	0,0%
				112N	Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116 - no Estado do Rio Grande do Sul	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	30.000.000,00		0,0%	45.000.000,00	-	0,0%	28.728.009,00	-	-	0,0%
				126R	Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque (Fronteira Brasil/Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	1.000.000,00	1.050.232,35	105,0%	28.700.000,00	65.244,00	0,2%	9.576.003,00	482.499,26	9.427,76	5,1%
				14Y4	Construção de Pontes sobre os Rios Ribeirão e Araras em Nova Mamoré - na BR-425/RO	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	1.300.000,00		0,0%	-	-	0,0%	-	-	-	-
				7S41	Construção de Ponte (Ponte Internacional Brasil/Bolívia) - No Município de Guajará-Mirim - Na BR-425 - No Estado de Rondônia	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	-		0,0%	10.000.000,00	-	0,0%	-	-	-	-
				7V33	Construção da Ponte Internacional Brasil/Bolívia em Guajará-Mirim - na BR-425/RO	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	28.648.000,00		0,0%	-	-	-	-	-	-	-
			00BJ		Construçao de rodovias fronteiriças											
				1418	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	33.500.000,00	11.236.087,20	33,5%	51.000.000,00	4.680.265,19	9,2%	40.219.212,00	64.443.953,96	-	160,2%
				7M64	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-472 - Fronteira Brasil/Argentina - na BR-468 - no Estado do Rio Grande do Sul	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	-	195.599,99	-	-	2.029.611,41	-	5.300.000,00	6.919.058,19	25.140,33	131,0%
				13YK	Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156 - no Estado do Amapá	39252 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT	50.000.000,00	34.500.000,00	69,0%	1.000.000,00	-	0,0%	-	-	-	-
							2.272.584.293,00	**1.092.330.499,49**		**6.728.352.529,55**	**1.606.210.164,43**	**23,9%**	**5.285.372.751,00**	**3.004.242.868,38**	**684.362.691,22**	69,8%
									0,0%					684.362.691,22		
									-				**69,8%**	**3.688.605.559,60**		

2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**	20.412.000,00	14.148.957,58	69,3%	20.412.000,00	14.029.048,15	68,73%	20.412.000,00	12.571.704,63	-	61,6%
2024	**Comércio Exterior**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
2028	**Defesa Agropecuária**	-	-	-	-	-	-	99.948.742,00	91.759.713,28	5.772.022,55	97,6%
2029	**Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**	-	-	-	3.443.070.106,00	540.230.622,70	15,7%	2.499.120.128,00	1.724.759.887,32	1.111,32	69,0%
2043	**Integração Sul-Americana** **(Substituto 2 do PDFF)**	-	-		-	-	0,0%	5.750.000,00	352.817,60	-	6,1%
2057	**Política Externa**	533.347.086,00	15.769.968,40	3,0%	483.375.000,00	2.383.521,32	0,5%	94.575.346,00	7.588.335,23	-	8,0%
2058	**Política Nacional de Defesa**	549.377.991,00	329.130.061,15	59,9%	1.414.824.196,00	324.607.038,14	22,9%	1.018.999.169,00	323.359.850,63	473.918.347,01	78,2%
2070	**Segurança Pública com Cidadania**	966.939.216,00	605.191.341,68	62,6%	1.131.471.227,55	650.988.745,89	57,5%	1.340.582.368,00	641.417.021,95	194.360.002,79	62,3%
2075	**Transporte Rodoviário**	202.508.000,00	128.090.170,68	63,3%	235.200.000,00	73.971.188,23	31,5%	205.984.998,00	202.433.537,74	10.311.207,55	103,3%
		2.272.584.293,00	1.092.330.499,49	48,1%	6.728.352.529,55	1.606.210.164,43	23,9%	5.285.372.751,00	3.004.242.868,38	684.362.691,22	69,8%

		LOA 2012 a 2014	EXEC. 2012 a 2014		LOA 2012 + 2013	EXEC. 2012 + 2013	
2015	**Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**	61.236.000,00	40.749.710,36	66,5%	40.824.000,00	26.600.752,78	65,2%
2024	**Comércio Exterior**	-	-	0,0%	-	-	0,0%
2028	**Defesa Agropecuária**	99.948.742,00	97.531.735,83	97,6%	99.948.742,00	97.531.735,83	97,6%
2029	**Desenv. Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**	5.942.190.234,00	2.264.991.621,34	38,1%	5.942.190.234,00	2.264.991.621,34	38,1%
2043	**Integração Sul-Americana**	5.750.000,00	352.817,60	6,1%	5.750.000,00	352.817,60	6,1%
2057	**Política Externa**	1.111.297.432,00	25.741.824,95	2,3%	577.950.346,00	9.971.856,55	1,7%
2058	**Política Nacional de Defesa**	2.983.201.356,00	1.451.015.296,93	48,6%	2.433.823.365,00	1.121.885.235,78	46,1%
2070	**Segurança Pública com Cidadania**	3.438.992.811,55	2.091.957.112,31	60,8%	2.472.053.595,55	1.486.765.770,63	60,1%
2075	**Transporte Rodoviário**	643.692.998,00	414.806.104,20	64,4%	441.184.998,00	286.715.933,52	65,0%
		14.286.309.573,55	6.387.146.223,52	44,7%	12.013.725.280,55	5.294.815.724,03	44,1%

Total de dotações ligadas à fronteira nas Leis Orçamentárias de 2012 a 2014: **14.286.309.573,55**

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 52814113.